

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

THAÍS LINHARES FABI DOS SANTOS

**VIVENDO NO ESCURO:
os anos de clandestinidade da Federação Anarquista Uruguaia (1967-1976)**

**Marília
2021**

THAÍS LINHARES FABI DOS SANTOS

**VIVENDO NO ESCURO:
os anos de clandestinidade da Federação Anarquista Uruguaia (1967-1976)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração de Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio

Marília

2021

S237v

Santos, Thaís Linhares Fabi dos
VIVENDO NO ESCURO: os anos de clandestinidade da
Federação Anarquista Uruguaia (1967-1976) / Thaís Linhares
Fabi dos Santos. -- Marília, 2021
137 p. : fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Marcos Tadeu Del Roio

1. Anarquismo. 2. Uruguai. 3. FAU. 4. Especificismo. 5. ROE.
I. Título.

THAÍS LINHARES FABI DOS SANTOS

VIVENDO NO ESCURO:

os anos de clandestinidade da Federação Anarquista Uruguaia (1967-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Professor Doutor Marcos Tadeu Del Roio, UNESP – FFC

2º Examinador: _____

Doutor Leandro Galastri de Oliveira, UNESP – FFC

3º Examinador: _____

Doutor Felipe Corrêa Pedro, UNICAMP – EACH

Marília, 10 de dezembro de 2021

In Memoriam

Aos mais de 600 mil mortos na pandemia do Covid-19

AGRADECIMENTOS

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas, p. 219).

Não foi uma jornada fácil. Logo quando me matriculei no Mestrado, o ex-Ministro da Educação disse que a Ciências Sociais e a Filosofia eram a balbúrdia das universidades brasileiras. Mais à frente, estendeu o “elogio” a Ciências Humanas de modo geral. A pós-graduação se tornou o primeiro alvo de ataques. A panela de pressão apitava ainda mais. Ainda nos restou enfrentar a pandemia da COVID-19 no meio do desgoverno e mais de 600 mil mortos no Brasil. Perdi um tio por conta da falta de vacina, por lobby de farmacêuticas, por propina de 2 dólares por dose no meio de um “choppinho”. Não foi fácil. O isolamento afetou a todos diretamente, não fugi dessa regra. Muito pelo contrário. Essa dissertação só foi possível por essas pessoas, nas quais agradeço profundamente.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e me respeitaram em todas as etapas de minha vida. Compreenderam as minhas debilidades, me abrigaram com todo o carinho e amor possível.

Ao Marcos Tadeu Del Roio, que aceitou embragar nessa jornada comigo; pelo apoio e liberdade científica que nunca faltaram. Ao Felipe Corrêa e a Leandro Galastri, que contribuíram diretamente nessa pesquisa e na minha trajetória acadêmica.

À Júlia, Larissa, Maria, Mariana, Priscilla, Pão, Thabata, essas foram o meu respiro. O alívio em meio ao caos. Quando me vi perdida, eu as encontrei. Me abraçaram, me permitiram um novo olhar para velhas questões, me deram um novo caminho.

À Laís, Bruna e Daphne, que, como sempre, foram uma fortaleza, um porto seguro. Deram forças para trilhar, continuar e a lutar. Elas compram o barulho, defendem e enfrentam qualquer coisa. São potência. Elas inspiram na força e na sensibilidade.

À Fernanda e Wendy e ao Rafael, Jean, Ivan e Gustavo. Minha rede de apoio, meus companheiros de vida. Dá saudade dos nossos cafés da tarde que emendavam do bar a noite até ver o Sol nascer. Só com vocês. Conhecem em meu lado mais sombrio, meus medos, fragilidades e preconceitos, mas também o lado mais alegre, mais risonha, mais amiga. Não há momento que não posso contar com eles. São fundamentais nesse trabalho, e na vida.

À Fernanda, Rodrigo, Caique e Renan. A nossa amizade amadureceu na medida certa, e se mantém louca na mesma medida. Encaram minhas conversas sobre bobagem, mas também as sérias. Aprendemos juntos e debochamos juntos também. Me acolheram nas tristezas, mas encaro qualquer aventura ao lado deles.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. À CAPES pela bolsa imprescindível para a realização dessa dissertação.

Ao Júlio. Só nós sabemos o que enfrentamos, o que vivemos esse período. Mas não faltou companheirismo, não faltou apoio. E sobrou risada. Risada dos nossos defeitos, das nossas roubadas, das nossas diferenças e das nossas conquistas, das nossas bobagens e das nossas alegrias. Um brinde à risada. Que continue a vontade de viver, afeto, o amor e as risadas ao seu lado.

Ao Movimento Estudantil que é uma outra grade curricular. O aprendizado das Ciências Sociais começou lá. Mas não só. Aprendi dialogar, mas também a brigar; a negociar e, a também defender. Conheci as melhores pessoas nas suas fileiras, e as piores também. Ensinou a lutar por uma Universidade Pública e Gratuita. A quem serve o nosso conhecimento.

À Resistência Popular, e aos todos os seus militantes que por lá passaram. A experiência mais completa que tive o prazer de compartilhar. A vida e a luta nos ensinam que somente a autorganização é capaz de mudar. É entender que tudo é nosso sempre esteve em nós. A Resistência mostra isso. Compartilhei o companheirismo, a confiança e solidariedade.

Aos lutadores, aos marginalizados, aos sonhadores. Que não se deixam abater. Que respiram luta, raça, gana, e sempre, com graça.

A realização dessa dissertação precisou do enfrentamento, de muita luta, houve momentos que balancei, foi difícil, mas sempre com coragem. E como diria o poeta, a vida nos pede coragem.

¡Ni olvido, ni perdón para que nunca más!

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar os anos de clandestinidade da Federación Anarquista Uruguaya, compreendido no período de 1967-1976, principalmente, a estrutura interna da organização e a atuação nos níveis político e político-social. Através das experiências mais combativas no país, a FAU foi fundada em 1956, e reuniu em seu entorno diversas vertentes do pensamento libertário do Uruguai. Após o racha interno da organização, serviu de maneira fundamental o aprofundamento teórico, ideológico, político; as diversas linhas e militantes com distintas experiências presentes no início do partido serviram de base ideológica. O avanço das forças repressivas uruguaias, com o recrudescimento do estado, impôs a clandestinidade às organizações de esquerda revolucionária, incluindo a FAU. Nesse período compreendido pela organização por “ditadura constitucional”, fundou duas frentes de atuação, visando uma capilaridade maior do anarquismo e uma organização da classe trabalhadora combativa. No setor de massas, impulsionou a *Tendencia Combativa*, um agrupamento sindical que sustentavam uma oposição de esquerda à linha política do Partido Comunista Uruguaio, participando ativamente em uma das principais centrais sindicais do país, *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT). Sua principal área de influência foi a fundação o agrupamento de tendência *Resistencia Obrera Estudiantil* (ROE), militância envolvia os setores: sindical, estudantil e comunitária. A fim de proteger a organização e desenvolver táticas de ação direta, impulsionando dentro dos movimentos populares, foi criado o aparato armado, a *Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales* (OPR-33); contudo, a linha armada se diferenciou da concepção foquista desenvolvida em toda a América Latina. Em 1973, a consolidação da ditadura militar, parte FAU se transfere para Buenos Aires, e a organização atua a militância em dois países; até sua desarticulação em 1976.

Palavras-chave: Anarquismo, especificismo, FAU, ROE, OPR,

ABSTRACT

The present dissertation has the goal to analyze clandestine years of the Federación Anarquista Uruguaya, through 1967-1976 period, mostly, the organization's internal structure and activity in the political and political-social levels. A presente dissertação tem como objetivo analisar os anos de clandestinidade da Federación. Amidst more combative experiences in the country, FAU was founded in 1956, and reunited in its surroundings many sides of the Uruguyan's libertarian thinking. After the organization's split, the theoretical, ideological and political deepening; the diverse strands and militants with diferente experiences in the organization's beginning served as ideological basis. The repressive forces advances, the upsurge of the state, imposed the cladestinity to revolutionary leftist organizations, included FAU. In this period understood by the organization as "constitutional dictatorship", it founded two activity fronts, aiming more capillarity for anarchism and a combative class organization. In mass sector, it boosted the Tendencia Combativa, a trade union group which sustained a leftist oposition to Uruguyan Communist Party, actively participating in one of the main trade union central of the country, Convención Nacional de Trabajadores (CNT).

Its main influence was the founding of the tendency group Resistencia Obrera Estudiantil (ROE), with militancy involved in the sectors: trade and student union and communitarian. To protect the organization and develop direct action tactics, boosting from the inside of popular movements, was created the armed apparatus, the Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales (OPR-33); however, the armed interpretation differed from the foquism conception developed all over Latin America. In 1973, with the consolidation of militar dictatorship, parts of FAU transfered to Buenos Aires, and the organization acts in two countries; until its disarticulation in 1976.

Keywords: uruguyan anarchism, ROE, OPR, especificism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores (1ª Internacional)

ALU – Alianza Libertaria Uruguay

ANCAP - Asociación Nacional de Combustibles Alcohol y Portland

CCD – Centros Clandestinos de Detención

CNT – Confederación Nacional del Trabajo (Espanha)

CNT – Convención Nacional de los Trabajadores (Uruguai)

DII – Dirección de Información y Inteligencia

F.A. – Frente Amplio

F.F.A.A. - Forças Armadas

FAI – Federación Anarquista Ibérica

FAU – Federación Anarquista Uruguay

FAKB – Ferderação dos Anarco-comunistas da Bulgária

FARO – Frente Armado de Revolución Oriental

FEUU – Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay

FER – Frente Estudiantil Revolucionario

FLU – Federación Libertaria Uruguay

FMI – Fondo Monetário Internacional

FNR – Frente Nacional de Resistencia

FORU – Federación Obrera Regional Uruguay

FRT – Frente Revolucionaria de los Trabajadores

FUNSA – Fabrica Uruguay de Neumáticos Sociedad Anónima

GAU- Grupos de Acción Unificadora

IEC – Instituto Escuela de la Constitución

JJLL – Juventud Libertarias

MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria

MLN-T – Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros

MRO – Movimiento Revolucionario Oriental

M26 – Movimiento 26 de Marzo

OCOA – Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas

OLAS – Organização Latinoamericana de Solidariedade

OPR-33 – Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales

PC – Partido Colorado

PCU – Partido Comunista Uruguay

PDC – Partido Demócrata Cristiano del Uruguay

PIT - Plenário Intersindical de Trabajadores

PIT-CNT - Plenário Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores

PLN – Pleno Nacional Anarquista

PN – Partido Nacional (*blanco*)

PS – Partido Socialista

PVP – Partido por la Victoria del Pueblo

ROE – Resistencia Obrera-Estudantil

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UTAA – Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas

VF – Violência FAI

LISTA DE CODINOMES DA FAU

AGUILLAR: Direção do aparato armado

ALEJANDRA: Direção do nível de massas

BANCADA*: Aparato armado da organização

CHOLA: Aparato armado da organização

COCINA*: Grupo dedicado ao trabalho “teórico-político”

FOMENTO: Secretariado Nacional, direção da organização política

*: nomes codificados após a ditadura civil-militar uruguaia em 1973

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. SALUD Y ANARQUÍA: anarquismo uruguaio, fundação e concepções da FAU	19
1.1 História do Anarquismo	20
1.2 Articulação anarquista	23
1.3 Fundação e Primeiros Anos	29
1.4 Concepções e Referências	32
1.4.1 Mikhail Bakunin.....	33
1.4.2 Errico Malatesta.....	39
1.4.3 Makhnovitchina.....	43
1.4.4 Revolução Espanhola.....	46
1.5 Anarquismo Especifista da FAU	49
1.6 Racha e Clandestinidade	57
2. ARRIBA LOS QUE LUCHAN: Luta de massas e Luta armada	63
2.1 Frente de Massas	64
2.1.1 Questão sindical e Tendência Combativa	66
2.1.2 Agrupamento de tendência e Resistencia Obrera Estudiantil (ROE)	73
2.2 Frente Armada	78
2.2.1 Guerrilha Urbana	80
2.2.2 OPR-33.....	82
2.2.3 Abraham GuillénI.....	86
2.2.4 Violência FAI.....	92
2.2.5 Crítica ao foquismo	94
3. RESISTENCIA VIVE: Resistência e Exílio na Argentina	100
3.1 Consolidação da ditadura militar (1973-1985).....	101
3.2 Exílio na Argentina.....	106
3.3 Partido de la Victoria del Pueblo (PVP)	111
4. CONSIDERAÇÕES	116
5. BIBLIOGRAFIA	119
6. ANEXOS	126
7. APÊNDICE – NI OLVIDO, NI PERDÓN	132

INTRODUÇÃO

A proposta dessa dissertação é investigar os anos de clandestinidade da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), e, principalmente, analisar como a organização anarquista se estruturou e articulou suas ações no período. Nos anos de 1960-1970 se caracterizou por uma grande resistência do movimento estudantil e do movimento operário uruguaios, uma população altamente sindicalizada, que aderiu amplamente da greve geral já depois da consolidação do regime militar. O governo civil-militar reprimiu e censurou as formas de organizações políticas mais radicalizadas, a FAU no seu período de clandestinidade foi o maior momento de inserção política nos movimentos populares e atingiu seu ápice organizativo.

A FAU foi uma das mais importantes organizações da esquerda uruguaia, se destacando, inclusive, em contexto internacional, com sua proposta organizacional e teórica dentro da corrente anarquista, o anarquismo especificista. Os estudos desse processo, que ainda é pouco investigado, principalmente no Brasil, pouco ou não se detêm sobre a FAU. Portanto, devido à sua influência no movimento de resistência uruguaio, este estudo é importante para a compreensão do anarquismo como uma forte corrente na luta socialista por uma nova sociedade a partir de uma ruptura desta.

O primeiro capítulo: “**Salud y Anarquía**” aborda a concepção estratégica da FAU atuante em dois eixos centrais: o nível político – desenvolvimento ideológico do anarquismo e o nível de massas, - promovendo as mobilizações radicalizadas populares. O nível político começou a ser desenvolvido mais profundamente a partir dos primeiros anos de fundação da organização. Fundada em 1956, a Federação aglutinou os militantes libertários uruguaios, oriundo de várias correntes do pensamento de tradição anarquista, que estavam desarticulados em meados dos anos de 1950. Influências como de Mikhail Bakunin, Errico Malatesta, as experiências revolucionárias da Espanha e da Ucrânia, o processo histórico do anarcossindicalismo e a atuação de diversos grupos anarquistas expropriadores da Região da Prata foram incorporadas para dentro da organização. Esta fase do partido se apresenta na construção de uma organização específica e fortalece o anarquismo no Uruguai; esta integração no interior da FAU, que uma ampla circulação de experiências e ideias, no primeiro momento não afetou os aspectos organizativos. Posteriormente, temas como compromisso militante e disciplina revolucionária, quais seriam os objetivos da organização, e, principalmente, o uso da violência como um fator revolucionário trouxeram divergências internas. Um dos aspectos de maior discordância foi o apoio crítico a Revolução Cubana (1959), que se por um lado, a revolução encabeçada por Fidel Castro e Che Guevara foi um processo hierarquizado, de vanguarda, resgatando elementos de críticas do pensamento revolucionário; o outro lado, apesar dos amplos desacordos, era um importante processo de autonomia dos povos e um avanço na luta antiimperialista.

O uso da violência foi elemento de discussão que incluiria a formulação de pensadores clássicos do pensamento anarquista. Errico Malatesta, Mikhail Bakunin e outras experiências do anarquismo compreendiam que a base da dominação de classe é a violência. O uso sistemático da violência é cultivado nos mais diversos campos sociais, necessário para a manutenção da sociedade dividida em classes. O “racha” da FAU em 1964 iniciou a definição mais aprofundada e restrita do aporte referencial teórico-ideológico, definindo com maior rigor elementos estratégicos e objetivos para dar a unidade necessária ao partido.

Em 1967, o Uruguai começa enfrentar uma conjuntura altamente repressiva nos anos de 1967-1973, um período pré-regime militar, denominado como chamada “ditadura constitucional”, que na justificativa de “salvaguardar” a ordem se tornou uma ditadura a passos lentos, através das *Medidas de Seguridad*, censurando as liberdades de organizações políticas e opositores mais combativos nas forças repressivas; nesse período, a FAU é imposta a clandestinidade, estabelecendo uma fase de reestruturação estratégica para enfrentar essa conjuntura. O segundo capítulo “**Arriba los que luchan**” investiga que as preocupações eram em manter estabelecer critérios rígidos estratégicos de atuação nas classes trabalhadoras, estruturar um esquema de segurança e financiamento do partido. Dessa maneira, o nível social teve duas frentes: a atuação nas massas populares e a fundação de um braço armado anarquista. Essas frentes marcam a proposta e consolidam a concepção teórica, política, estratégica e objetiva da organização,

La concepción insurreccional de la destrucción del poder burgués exige el trabajo en los dos niveles: a nivel de masas para crear las condiciones políticas de la insurrección; a nivel armado para crear el aparato armado que, previamente a la insurrección, estructure los cuadros de ésta y sea el elemento de choque, de ruptura del proceso insurreccional (FAU, 1972, p.4)

Segundo a harmonia entre a ação de massas e a luta armada, a mobilização e ação direta são fundamentais. A concepção estratégica e atuação prática precisavam eliminar qualquer subjetivismo por pensamentos abstratos e/ou mecânicos de luta (SANTOS, 2018).

Como já dito acima, a população uruguaia, mesmo pequena, era altamente sindicalizada, por isso, a inserção nos sindicatos e na CNT (Convención Nacional de Trabajadores) foi prioritária. Visando fomentar a mobilização da população segundo critérios revolucionários, a FAU estabeleceu a organização daqueles trabalhadores que eram opositores a linha majoritária da CNT, o Partido Comunista Uruguaio (PCU). e defensores de princípios parecidos com os do partido, mesmo não sendo anarquistas. O PCU defendia uma orientação mais moderada e de diálogo nas resoluções dos conflitos sociais. Primeiro surge a Tendencia Combativa que foi responsável de mapear e organizar esses setores e grupos políticos. Contudo, a FAU sentiu a necessidade de dinamizar mais as deliberações e encaminhamentos dos trabalhadores. O agrupamento de tendência, ROE (Resistencia Obrero-Estudantil), é uma organização do nível político-social que atua nos setores de massas, unido trabalhadores, estudantes e membros do setor comunitário. A ROE é uma estrutura organizada, com

objetivos específicos e de proposta de estabelecer uma leitura e atuação clara ao movimento em que se atua. Na atuação nos movimentos, é a função da tendência refletir e extrapolar as reivindicações dos setores populares.

A FAU enxergava a necessidade estratégica do braço armado por duas concepções importantes. Por se tratar de um aspecto fundamental da prática política de um partido clandestino (BAKUNIN, 1989), a harmonia com o nível era imprescindível para proteção, ação revolucionária e financiamento do partido. A leitura consistia também em compreender as transformações sociais por fora dos processos eleitorais. Diferentemente da concepção da guerra de guerrilhas do foquista, a luta armada constituiu um importante um contraponto ao foquismo, a principal concepção político-militar do continente:

Afirmamos recientemente que la reducción de las posibilidades de realizar concesiones por parte del gobierno dentro del marco de las actuales estructuras, lo conducirán a la adopción de una política represiva con carácter más o menos permanente (...) Tomar todas las medidas que permitan, (...) que el sindicato desarrolle sus tareas, (...) imponga la libertad de los presos. Y con la ocupación de lugares de trabajo (...) obligue al gobierno a retroceder. Así, con menos diálogo y más lucha enfrentaremos las medidas de seguridad (MECHOSO, 2009, p. 84).

O terceiro capítulo “**Resistencia Vive**” expõe como o recrudescimento das forças repressivas uruguaias, o exílio de militantes se intensifica, principalmente na Argentina. Em território argentino se formam diversos grupos e processos de agrupamento de uruguaios, fazendo uma frente contra o regime militar. A consolidação da ditadura civil-militar, a FAU deliberou a transferência de militantes e parte da sua estrutura ao país vizinho, sobretudo, membros da OPR-33, com o isolamento ainda mais da guerrilha. Essa “colônia” uruguaia o *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), tinha cujo objetivo era de formar uma frente de resistência ao novo regime, com a síntese entre anarquistas e marxistas: ao rechaço das lutas por vias institucionais e a ações diretas em todos os níveis políticos. A ditadura civil-militar na Argentina se consolidou em 1976, acarretando uma onda de prisões, assassinatos e sequestros por parte significativa da militância no primeiro ano de existência, que desestruturam a consolidação da nova organização. Sofrendo as repressões de duas ditaduras (uruguaia e argentina), no marco colaborativo da Operação Condor, o PVP exila sua estrutura na Europa.

No processo metodológico adotado visa estabelecer uma definição do anarquista sob um ponto de vista global, entendendo o movimento anarquista fruto de mobilizações populares de trabalhadores no início do século XIX. Dessa forma, a pesquisa rompe com leituras do anarquismo focada apenas em alguns momentos históricos, na qual houve influência anarquista na Europa e nos Estados Unidos (SCHMIDT, van der WALT, 2009). Definindo o pensamento de tradição anarquista como de influência nos setores populares, é possível delimitar e refletir acerca dos desenvolvimentos teóricos, políticos e ideológicos do anarquismo no Uruguai, e como se construiu a concepção própria

anarquista uruguaia; em especial as reflexões e formas de atuação realizadas pela Federação Anarquista Uruguaia. Ao analisar os movimentos sociais uruguaiois, os setores sociais, os sindicatos, movimentos estudantis, os bairros, as instâncias não institucionalizadas, com isso, a análise das “massas autônomas”, a partir da história vista de baixo (THOMPSON, 2009), a fim de compreender a real inserção da FAU nesses setores. Compreendendo que os setores populares foram parte ativa no processo de construção de mobilização do país. A dominação de classe (ERRANDONEA,) é uma categoria relacional de Alfredo Errandonea, sociólogo uruguaio, na qual compreende a exploração econômica e a dominação político-burguesa, coação física e a alienação cultural como critérios da definição das classes sociais. Errandonea estabelece uma tipologia da dominação e das classes sociais que dão corpo a uma fundamentação teórica socialista libertária. Trabalhando com concepções marxistas e anarquistas, auxiliando na compreensão das sociedades contemporâneas por essa ótica. O conceito de dominação englobando a categoria de dominação técnico-burguesa, é possível compreender que o processo de acumulação de forças populares nas quais somam esforços dos distintos níveis: político, político-social e social. Estes círculos concêntricos, estrategicamente coordenados, podem aprofundar os princípios de transformação social (ROCHA, 2009)

O desenvolvimento desta pesquisa aconteceu em sua ampla maioria da pandemia do novo Coronavírus. Isso impediu o acesso a pesquisa de campo, com a ida a bibliotecas e documentos diretamente do Uruguai, e aqui no Brasil, também acesso a arquivos e livros que ajudaram na construção do trabalho. Contudo, a dissertação se baseia em textos-chaves dentro da trajetória da FAU, não comprometendo a fundamentação teórica desta dissertação. A análise de uma bibliografia específica tem como finalidade extrair reflexões das organizações, avaliações das informações contidas, estabelecer a contextualização dos acontecimentos (MECHOSO, S/d; RUGAI, 2012; ALVES, 2016). A utilização das Cartas de FAU (1969-1972), Huerta Grande (1970), El Copey (1972) são analisados de forma a aprofundar análise das discussões, táticas e articulações políticas feitas pelas organizações, assim como, dos documentos e cartilhas da organização (FAU, 1969,1970, 1972, 2009, S/d).

1. SALUD Y ANARQUÍA: anarquismo uruguaio, fundação e concepções da FAU

“Solidariedade não é só uma palavra escrita”

(Lema do anarquismo expropriador uruguaio dos anos 30)

O capítulo visa expor alguns elementos importantes para o contexto de agravamento e deterioração no qual o Uruguai passava na segunda metade do século XX e compreender os elementos que formaram o ascenso das forças repressivas no país durante a década de 1960, mais especificamente, 1967, até a consolidação do golpe militar em 1973. A chamada “ditadura constitucional”, ou uma ditadura a “passos lento”, foi o período em que de fato os setores mais conservadores se articulam, dentro e fora do plenário. Em contrapartida, o início da formação de uma classe trabalhadora sindicalizada, a autonomia sindical e a descrença de transformações sociais por meio eleitoral são aspectos importantes para entender as ações de lutas mais radicalizadas por parte dos setores mais marginalizados, o surgimento de organizações de intenção revolucionárias, incluindo a *Federación Anarquista Uruguaia* (FAU) em 1956.

A FAU surgindo como uma união dos militantes anarquistas uruguaio, passou por um momento fulcral na sua história, em 1964, um racha na organização, expondo diversas divergências entre as vertentes anarquistas em suas instâncias. O partido, então, se aprofunda na própria tradição anarquista, resgatando aspectos teóricos e princípios fundantes do anarquista. Como proposta de estabelecer uma organização coesa, constituir o programa, estratégias, objetivos e táticas; construir a capacidade de influenciar diretamente a classe trabalhadora e constituir uma concepção revolucionária anarquista. Inspirações em pensadores como Mikhail Bakunin (1814-1876), Errico Malatesta (1853-1932) e Nestor Makhno (1888-1934) são incorporadas, assim como análise críticas das experiências da Revolução Ucraniana (1918-1921) e Revolução Espanhola (1936-1939). Com ascenso das forças repressivas em solo uruguaio através das *Medidas Prontas de Seguridad* (1968), as organizações de esquerda revolucionárias são censuradas, limitando suas atuações à clandestinidade.

Na visão estratégica da FAU, o contexto político do país era caracterizado em: o aumento constante da carestia de vida dos setores mais marginalizados, a economia estagnada e cada vez mais dependente do capital estrangeiro dos Estados Unidos. A organização defendia que as manobras burguesas para encontrar medidas de crescimento liberais tinham atingido suas limitações. Para conter as reivindicações populares, o governo de Jorge Pacheco utiliza a rígida repressão das forças armadas. Essas condições constituem uma situação chave para o processo revolucionário. Era, segundo a FAU, uma conjuntura que consequentemente acabaria no agravamento do país, pois além desse contexto, o Uruguai tem uma posição desfavorável geograficamente, ao mesmo tempo que interesas ao capital estrangeiro. O país gaúcho tem território pequeno, contudo seus vizinhos limítrofes são os principais da América do Sul: Brasil e Argentina. A atividade agropecuária de criação

bovina, grandes pastos descampados e pouca empregabilidade, indica, para a FAU, que a luta se desenvolverá principalmente nas cidades, sobretudo, em Montevideú.

A militância clandestina impõe dificuldades à FAU, aumentando os critérios de segurança, protocolos mais rígidos de divulgação de materiais, e a preocupação com a vulnerabilidade dos militantes. Entrando na organização, há necessidade de continuar a exercer o trabalho na classe e incorporar uma luta mais radicalizada. São com essas dificuldades e objetivos que o partido anarquista compõe suas frentes estratégicas, o setor de massas, operando em instâncias de organização da classe trabalhadora (sindicatos, movimento estudantil, comunitário) e a criação do braço armado da organização.

1.1 História do Anarquismo no Uruguai

A formação do movimento de trabalhadores no Uruguai iniciou-se com o processo de industrialização precoce do país e a principal atividade econômica de criação de gado, com grandes pastos e baixa absorção de mão de obra. O ponto inicial é acentuado com o cercamento dos campos e expulsão de grande parte do contingente populacional, tornando-o predominante urbano. O êxodo rural proletarizou um abrangente populacional, sendo uma força de trabalho disponível nas cidades e uma massa de consumidores potenciais para a formação de um mercado interno, facilitando um certo grau de industrialização do país. O movimento se manteve autônomo ao longo do século XX, resistindo às diversas tentativas de regulamentação estatal.

O perfil da população uruguaia é um elemento importante para compreender o movimento de trabalhadores do país. Há grande contingente de trabalhadores imigrantes europeus, com baixa população indígena sobrevivente e pequena proporção de negros que foram escravizados. Estas características demonstram a constituição de uma identidade nacional e de classe no Uruguai: “(...) isso reduziu significativamente a possibilidade de o Estado manejar o nacionalismo como instrumento para segregação e repressão da militância de origem europeia, tal como sucedeu no Brasil e Argentina” (RUGUAI, 2012, p. 290):

La inmigración juega un papel de primer orden en lo referido a la temprana irrupción del ideario socialista en la sociedad uruguaya. Una inmigración que va reformulando en este otro contexto aquellas experiencias, ideas, representaciones que trae del viejo continente. Experiencias que tienen, muchas de ellas, que ver con duras luchas de los de debajo de aquellos lugares (...), es reconocido el papel que jugó la inmigración en la introducción y desarrollo de las ideas socialistas y organización de los primeros sindicatos en nuestro país (TRISTÁN, S/d, p. 4)

A ideologia anarquista chega em solo uruguaio através da imigração dos trabalhadores italianos em meados do século XIX. Os militantes trouxeram consigo as experiências organizativas e autônomas de classe provindas do contexto europeu e o desdobramento do sindicalismo europeu. Os

sindicatos, e a própria organização da classe trabalhadora no Uruguai ainda não tinham se solidificado enquanto classe, por razão de conscientização política, e desenvolvimento industrial (SENDIC, 1983). Nota-se a presença da concepção proudhoniana desde o ano de 1860 no país, mas houve posteriormente desenvolvimento do pensamento bakuninista, ligados a Associação Internacional dos Trabalhadores:

En un primer momento fueron las ideas y propuestas proudhonianas: mutualismo, socorro mutuo las que ganaron terreno en algunos sectores populares, especialmente obreiros y emigrantes. Pero através del inicial movimiento sindical, muy rápidamente, gana terreno lo social-político que proviene de la Internacional (TRISTÁN, S/d, p. 4)

Em solo uruguaio se consolidou, porém, a orientação do pensamento malatestiano. Dentro da perspectiva de Errico Malatesta destaca-se o caráter organizador da classe trabalhadora. No início do século XX, torna-se predominante militante anarquistas que enfatizaram a atuação no sindical e a tendência do sindicalismo revolucionário. O aspecto organizativo de Malatesta teve mais enfoque nos movimentos sociais do que a organização específica anarquista, o partido. O Organicismo se arraigou nas práticas sindicais da militância ácrata no Uruguai, fortalecendo o movimento sindical no país. Dessa forma, as instâncias sindicais uruguaias nas quais influenciaram foram pontos de formação e acumulação política adquiriram mais solidez em comparação ao Brasil, no qual a força estava nas correntes espontaneístas (RUGAI, 2012). A concepção organizacional predominante na corrente anarquista uruguaia e a estabilidade política do Uruguai contribuíram para o movimento sindical permanecer autônomo e realizar um trabalho consistente.

Uma importante experiência sindical na organização da classe trabalhadora uruguaia no início do século XX, a *Federación Obrera Regional Uruguaya* (FORU). Se influenciando diretamente na *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA); ambas as Federações tiveram suas origens no sindicalismo revolucionário – com grande incidência anarquista. A FORU fomentou a formação dos primeiros sindicatos, a imprensa operária e anarquista. A fundação da FORU resultou em um amadurecimento da classe trabalhadora em constituição no país, e conseguiu extrapolar os limites da capital, chegando ao interior uruguaio, pela primeira vez. Em 1905 ambas as federações incorporam o “comunismo-libertário” em seus princípios e estatutos, mas apesar de defender abertamente a adesão ao anarquismo, as Federações não chegaram a denominar-se anarcossindicalistas; o termo só passou a ser utilizado em 1919 na CNT espanhola. Dado o caráter de massas e níveis de combatividade nas lutas operárias, com importante presença de militantes anarquistas e socialistas se tornaram referências no anarcossindicalismo. As organizações sindicais se ideologizavam, na medida em que se dividiam e passavam a ser monopolizadas por uma ou outra tendência política. No caso da FORU ela acabou gerando a exclusão de boa parte do proletariado que não se afinava com as ideias libertárias: “(...) a FORU sobreviveu também até os anos 1950, foi se convertendo cada vez mais num núcleo fechado, com escassa influência” (RUGAI, 2012, p.120).

A corrente anarquista vinculada ao pensamento bakuninista, filiada à 1ª Internacional, perde força dentro da corrente anarquista, dentre os principais motivos podemos elencar a derrota da Comuna de Paris, a cisão interna da 1ª Internacional e sua repressão que seguiu por boa parte da Europa. Após essa transformação, acabou surgindo a perspectiva do anarco-comunismo e que teria como principal expoente Piotr Kropotkin. A análise crítica dos militantes sobre a derrota da organização dos trabalhadores sobre a Comuna, continham a falta de preparação e consciência da classe trabalhadora para a revolução. Esta defasagem deveria ser reparada pelos periódicos, publicações de livros, debates, e diversas formas de propaganda dos princípios ideológicos anarquista. A orientação anarco-comunista tornou-se a corrente mais hegemônica dentro do anarquismo desde o fim do século XIX. A linha bakuninista tinham com eixo dos seus escritos a clandestinidade da organização específica anarquista; já a avaliação do anarco-comunista, defendendo a propaganda ideológica, se afastava cada vez da proposta de Bakunin.

Desta forma, a formação de militantes anarquistas se desenvolveu no próprio movimento dos trabalhadores e não como a articulação de um projeto próprio ou tática anarquistas. A partir de 1890, outra corrente se consolida, sobretudo na França dentro da tradição anarquista, os adeptos da “propaganda pelo fato”; do uso de ações mais radicalizadas contra locais e/ou membros da burguesia, como um propulsor da insurreição dos mais marginalizados. O anarquismo expropriador no Rio da Prata do século XX, se diferenciava do movimento expropriador francês, que buscavam a “propaganda pelo fato”. Os anarquistas expropriadores uruguaios buscavam a máxima discricção, “não realizavam atos de tipo destrutivo e não matavam ou feriam indiscriminadamente. Além disso, o objetivo ia muito além das ações em si. São diferenças substanciais a nosso ver, e que impedem qualquer aproximação” (RUGAI, 2013, p.34). A reivindicação do individualismo do anarquismo da época se caracterizava na “formação de ação individual”, isto é, não era uma tática desenvolvida dentro das instâncias de massas, como sindicatos, e sim por poucas pessoas. Importante ressaltar tal aspecto pois o “individualismo” está comumente ligado à ideologia liberal e o rechaço ao coletivo. As ações realizadas pelos militantes expropriadores eram coletivizadas na totalidade: ajuda financeira para periódicos, sindicatos, fuga para presos políticos, e entre outras ações.

O contexto internacional nos anos de 1920 também influenciaram nas lutas dos trabalhadores, como Revolução Russa, o movimento de Reforma Universitária, os movimentos contra as agressões dos EUA na América Central e a luta de Sandino na Nicarágua. Os estudantes e intelectuais se vincularam as mobilizações dos trabalhadores de caráter anti-imperialistas; a força estudantil se demonstrou importante na conquista da autonomia universitária. O movimento estudantil cresceu nesta luta e em 1929 surgiu a Federação dos Estudantes Universitários Uruguaios (FEUU) também com influência libertária dentro dos liceus e das universidades.

A conjuntura do país, até o final dos anos 1920, tinha como a principal questão social a economia, sobretudo, na melhoria nas condições de vida, tanto na migração interna do êxodo rural, quanto na alta de imigração estrangeiras. A história política uruguaia se destaca pela estabilidade democrática no país, diferente de seus países fronteiriços, Brasil e Argentina. Mesmo no processo de ruptura da democracia, no golpe de estado, nos anos de 1931-1938, Governo Gabriel Terra, com curto período e características civis, não houve transformações estruturais significativas no sistema político-social do país. Dessa forma, houve a continuidade do movimento operário e do sindicalismo uruguaio, que constituem para explicar, em sentido mais amplo, a continuidade na inserção da teoria anarquista e comunista nos setores operários.

A partir da década de 1930, marca o início da prioridade que o país dá ao setor industrial; a questão migratória também se modifica: a migração campesina e a imigração de estrangeiros estacaram, causadas pelas medidas restritivas impostas pela ditadura de Gabriel Terra. O controle estatal foi eficaz no sentido de redistribuir os ingressos e apoiar a formação de uma base manufatureira; Terra utilizou o Estado para promover mudanças que reduziram a importância econômica dos latifundiários e fortaleceram a burguesia industrial, com a inevitável consequência de ampliar a classe trabalhadora e a base de sustentação urbana do regime. No Uruguai, em 1929, indicava a adoção ao apoio à direita com a eleição do presidente Gabriel Terra, apoiado pelos batllistas. Terra acentuou a repressão ao movimento operário desde o princípio de seu governo. Contudo, leis de caráter social foram aprovadas pelo presidente: indenização por acidentes de trabalho, descanso semanal obrigatório, salário-mínimo rural e a extensão da aposentadoria a várias categorias ainda não contempladas. A urbanização provocou, como causa fundamental, a adesão ao populismo: um movimento contraditoriamente reacionário e moderno por quando exercia formas de dominação política caudilhista em um contexto eminente urbano. O segundo Batillismo foi uma política de continuidade fundada no início do século XX. O discurso que acompanhou estas realizações esteve caracterizado pela conciliação de classes, a sociedade meritocrática, a defesa do estilo de vida das classes médias, a expansão dos direitos cívicos e sociais.

1.2 Articulação Anarquista

No período de pós-guerra, os países europeus estavam destruídos, tentando reconstruir economicamente o continente no mercado interno. Os países latino-americanos não conseguem mais comercializar com esses países tradicionais compradores de seus produtos. Essa falta de relação comercial impõe ao Uruguai que estreite laços comerciais com os Estados Unidos, o mercado mais abrangente no período. Esta mudança na política externa do país marca o fim do ciclo de prosperidade interna, e coincide com a ofensiva estadunidense em escala mundial, mais intensa sobre a América Latina. Nesse mesmo contexto, o governo uruguaio traça o objetivo de avanço da industrialização

nacional, a fim de substituir as importações, como forma de contornar o impacto causado no mercado internacional pela guerra. A promoção da industrialização do país marca o intenso êxodo rural. De aspecto imediato, há melhoras no comércio internacional, avanços nos produtos industriais nacionais, contudo, é apenas um movimento temporário. O ano de 1951 bateu o auge de exportações de carne, lã e couro – produtos do setor primário; esse apogeu marcou também o prelúdio do declínio e da crise econômica, estabelecendo divisões e disputas políticas internas na burguesia do país (DOS SANTOS, 2019). A Guerra da Coreia (1950-1953) afetou diretamente o preço dos produtos uruguaios, sobretudo fez o preço da lã cair pela metade na virada de ano para 1952, e a recuperação econômica dos países europeus também impactou nesta queda. No ano de 1955, “iniciou a estagnação do setor industrial, a queda dos investimentos, das reservas cambiais e o aumento da dívida externa” (DE SIERRA, 1988, p. 286):

La evolución de la industria durante el período plante las limitaciones de la industrialización en un país dependiente. Se traduce en un agotamiento del proceso de sustitución de importaciones a partir de 1955, el estancamiento y la pérdida del dinamismo que había tenido en el período anterior. A los factores estructurales y coyunturales dependientes de las limitaciones del proceso y esencialmente de la nueva política implementada en 1959 que infunde sobre la industria mediante la distribución del ingreso en su detrimento y la insuficiente de la protección derivada fundamentalmente de la incidencia del proceso inflacionario (ALONSO; DEMASI, 1986, p.134).

A situação econômica-social do país previa o estancamento econômico, taxas negativas de crescimento industrial, déficit da balança comercial, aumentos inflacionários e, por outro lado, a ampliação da insatisfação popular, gerando uma agitação social (ALVES, 2016). O avanço dessa situação forçou o país gaúcho a se tornar mais dependente dos acordos estadunidenses. Importante destacar que as relações com os EUA são marcadas, desde 1949, e se intensificam ao longo do tempo, com significativas vantagens comerciais assinadas no Tratado de Amizade, Comércio e Desenvolvimento Econômico, que visava a flexibilização de taxas alfandegárias. Para os Estados Unidos, a investida sobre o Uruguai constituía uma posição estratégica. O país era tido como um modelo de segurança na América Latina: uma democracia estável, raros golpes de estado e nenhuma intervenção militar no século XX, foram fatores que corroboram na construção da imagem de “Suíça Americana”, além de ser fronteiro dos principais países da América do Sul, Brasil e Argentina. Os interesses estadunidenses estavam atrelados num território favorável à realização de “ensaios” dentro de solo latino-americano em um ambiente político relativamente seguro. As relações militares entre os Estados Unidos e o Uruguai são estreitadas por meio de cursos, treinamentos e intercâmbios. Nesta década, em solo uruguaio se apresentam para cada 10 mil habitantes, 601 militares; dado que supera a Nicarágua e aumenta em três vezes os índices brasileiros (ASTORI, 1989). Esta relação com a crescente conjuntura de crise social do país é fundamental para compreender a ascensão do discurso

autoritário e opressor do Estado uruguaio, no desencadeamento do estado de sítio e a consolidação da ditadura militar (CORES, 1989; AMPUERO, 2014).

Esta conjuntura de crise política e econômica suscitou insatisfações populares e a mobilização de intelectuais e proletariados, do setor estudantil e movimento de bairros e comunidades marginalizadas. Nas tentativas de arrefecer a insatisfação popular foram impostas mudanças constitucionais e eleitorais na década de 1950, que não foram capazes de resolver as crises que afligiam o país. O sistema político uruguaio é marcado, até então, pelo bipartidarismo, com a presença no poder do Partido Colorado de 94 anos. As eleições de 1958 marcaram uma ruptura política importante, o Partido Nacional assume a presidência; se aliando com o setor ruralista e movimento nacionalista (ALONSO; DEMASÍ, 1986; CABRAL, 2006), expondo um projeto político de valorização do setor agropecuário e intensa intervenção estatal na economia. A nova administração tem como objetivo um abandono da proposta liberal do Colorado. O governo *Blanco* recorre ao FMI para empréstimo na tentativa de suprir o déficit interno. É a partir de 1958 que há o estancamento do setor industrial, aumento significativo do desemprego; com isso o Uruguai se consolida como um país de importante legislação de segurança social e um fortíssimo impulso inflacionário:

[...] desplazó el protagonismo del sector agraexportador al de banca, especialmente atractiva para el capital financiero externo. Las políticas de reajuste económico se limitarán a controles monetarios que empeorarán a largo plazo los ingresos y el nivel social. El final del gobierno [...] venderá acompañado de fuertes conflictos laborales, paros, huelgas y la falta de capacidad por parte de los partidos de políticos tradicionales para encontrar salidas viables (SCHELOTTO, 2015, p.2).

Nesse período houve um endurecimento da estrutura repressiva do Estado, com a adoção das *Medidas de Pronta Seguridad*¹, que já marcavam a evidente transformação do processo democrático uruguaio (CORES, 1989. In: ALVES, 2016). Essa mudança de postura do estado estava implícita no caráter de classe vinculada a tradição reformista do batllismo², sendo uma maneira contundente de não ameaçar os interesses da burguesia, reprimindo trabalhadores que poderiam ameaçar o *status quo*.

¹ As *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS) são instâncias atribuídas ao poder executivo uruguaio com o direito de suspender por determinado período os direitos civis constitucionais na justificativa de se salvaguardar a ordem em casos de ataques a República. Nos meses de março e setembro de 1952, as Medidas foram aprovadas a fim de cercear os conflitos, sobretudo, sindicais nos setores público e privado. As MPS foram adotadas novamente nos governos de Oscar Gestido (1967), Jorge Pacheco Areco (1968-1972) e de Juan María Bordaberry (1972-1973), gestões anteriores a consolidação da Ditadura Militar no país.

² A realidade da política uruguaia, até a vinculação da imagem de “Suíça Americana”, estava ligada à certa prosperidade econômica atrelada a estabilidade política, se diferenciando dos demais países do continente da época. Esse processo começou a ser contornado no início do século XX, através dos governos do Partido Colorado de José Batlle y Ordoñez (1903-1907 e 1910-1915). Essas administrações de Batlle y Ordoñez marcaram uma reorganização do aparelho estatal ao se apoiar nas camadas mais populares urbanas, restabelecendo a unidade nacional e promovendo reformas que visavam a garantia a melhorias no padrão de vida e das condições de trabalho dessas camadas, contudo, estas não previam transformações nas estruturas econômicas. As medidas foram mudanças progressivas importantes para o período, inclusive em comparação a países europeus, como: direito à aposentadoria, pensões, previdência social e liberdade de organização e reunião, a gratuidade do ensino, o divórcio e a laicidade. Em contrapartida, as limitações da dependência econômica do país ligadas às exportações do setor agropecuário, estancamento produtivo e atraso tecnológico já se apresentavam ainda nos anos 1930, tendo o agravamento duas décadas depois.

Nos anos de 1950, o sindicalismo uruguaio se dividia em uma série de tendências, sem as quais nenhuma torna-se uma referência consolidada para a classe trabalhadora em geral. Apesar desta pulverização do movimento sindical, o movimento de trabalhadores conseguiu impor elementos importantes nas lutas travadas no contexto. Em 1950, a classe trabalhadora se compreendia como uruguaia (RUGAI, 2012). A questão nacional que fora um impeditivo no início da formação da classe sindical no país e o desenvolvimento da identidade nacional com a intensa imigração em solo uruguaio, já não se apresentava mais como um problema:

(...) qualificar de ‘importado’ (...) as ideias de organização classista que haviam sido aportadas ao processo uruguaio pelos primeiros imigrantes já se haviam incorporado à consciência das vanguardas internas do proletariado. Em certa medida, estas ideias já haviam se ‘acriollado’ (CORES, 1989, p. 239 In: RUGAI, 2012, p. 120)

Pelas condições do país, a classe sindical no “[...] Uruguai constituiu um sindicalismo urbano nascido da indústria incipiente, concentrado na capital urbana do país” (MOREIRA, 2000, p.20), característica importante para entender a resistência nacional. Desta forma, o movimento sindical uruguaio, que contava com uma organização e atuação autônoma, tinha, por sua vez, uma dupla articulação com o sistema político: a articulação dos partidos de esquerda, comunistas e socialistas, e com o estado que era administrado pelos partidos tradicionais. Se estabeleceu assim um tipo de relação corporativa no contexto de uma democracia liberal (LANZARO, 1986).

Os anos 50 deram início a reorganização e atualização do setor mais combativo do movimento libertário, que passou por períodos de desarticulação nas últimas décadas. Nos anos 1951-1952 ocorrem as “*Gremios Solidarios*”³ (ALONSO; DEMASI, 1986), considerado, até então, o maior movimento grevista do país e o mais vitorioso, foram protagonizadas pelas bases operárias e pelos “sindicatos autônomos”. Em suas agitações de consciência e atitudes estavam “velhos” e novos militantes anarquistas. As Greves foram também uma fonte importante de acúmulo político ao setor mais revolucionário uruguaio, desenvolveu novos núcleos organizados e/ou revitalizaram de alguns existentes. Reafirmou a linha mais combativa e fortaleceu os sindicatos autônomos classistas, das correntes de ação direta e das perspectivas de uma aliança sindical combativa. Dessas se destacam três formas organizativas para a retomada do pensando libertário. A primeira perspectiva foi a fundação, em 1952, do *Ateneo Libre Cerro – La Teja*, uma instituição cultural, importante centro de difusão de ideais anarquistas onde se realizavam diversos tipos de atividades. Os Ateneus⁴ atuam, sobretudo, em comunidades de bairro e centro de trabalhadores autônomos (TRISTÁN, 2004).

³ “Gremio Solidarios” também conhecida como “As Greves Solidárias” foi a luta pela sindicalização dos trabalhadores da empresa estatal Asociación Nacional de Combustibles Alcohol y Portland (ANCAP); sua principal bandeira de luta foi de reconhecimento enquanto uma entidade sindical. A mobilização contou com 40 mil trabalhadores, de distintos setores, estavam em greve e um amplo apoio nos bairros populares.

⁴ Os Ateneus são associações culturais com a finalidade de promover conhecimentos artísticos, literários, filosóficos, dentre outros, de influência anarquista. No movimento operário de finais do século XIX e princípios do século XX, os Ateneus foram uma constante em diversas instâncias organizacionais da classe trabalhadora nos espaços de sociabilidade dos trabalhadores (ALVES, 2016).

A união de estudantes também se destaca no processo de luta do período, nas *Juventudes Libertarias (JLL)*, composto majoritariamente por militantes dos liceus noturnos, muitos ainda construía a *Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FFUU)*. Os debates estudantis e posições defendidos na mobilização universitária desde o fim na década de 1940, são especialmente o *terceirismo*⁵ e o antiimperialismo. O Movimento Estudantil uruguaio, desde os anos 1920, travara inúmeras batalhas, tendo como bandeira principal a autonomia universitária (ALVES, 2016); a solidariedade entre os movimentos operário e estudantil sempre foi presente nesse período. Marcada por diversos enfrentamentos com a repressão estatal, a greve estudantil conseguiu aprovar a autonomia universitária na promulgação da Lei Orgânica Universitária (1958). Outra pauta simultânea importante foi a defesa de uma universidade popular, envolvendo a atividade docente, grade curricular e formação profissional.

E outra perspectiva foi o periódico *Voluntad*, fundado em 1938 e ao longo do tempo atualizado até 1953, como veículo de comunicação e difusão das ideias renovadoras e núcleo propulsor do processo orgânico de construção organizacional anarquista no país. Os anos de 1950, também marcaram a retomada da militância de espanhóis exilados no país, os militantes estabeleceram relações mais profunda com o acúmulo histórico anarquista da Revolução Espanhola. O periódico *Voluntad* reuniu, na sua formulação, uma espécie de celebração de uma conferência libertária, unindo a militância anarquista dispersa. Num primeiro momento, se fazia necessária reivindicar os processos históricos do anarquismo, e que organizasse todos os núcleos existentes, como via para superação da falta de influência política dentro da classe trabalhadora. Este germe organizativo, reacendeu a proposta de solidificar a associação anarquista. Os debates dentro do movimento ácrata segue em torno dessa pauta. Causando o primeiro conflito considerável no interior do setor: um pequeno grupo que compunha o grupo editor do periódico, desde o seu início, manteve uma linha individualista e antiorganizacionista, não aceitando o acordo de transformar as publicações em um organismo oficial do movimento anarquista.

Foi expressão importante de uma parcela dos movimentos populares e dos sindicatos autônomos: nas tendências sindicais havia mais fluidez, mais alternância de dirigentes e uma maior participação do conjunto dos trabalhadores. Estas características foram fundamentais na formação de

⁵ O termo “*terceirismo*” entende-se uma posição específica na política internacional, a luta anti-imperialista como algo mais amplo, o que a levava a se opor aos dois blocos de poder geopolítico: EUA e URSS. Defendia a adoção de uma linha política independente das grandes potências e girou em torno de algumas ideais muito determinadas: neutralidade, nacionalismo, internacionalismo e antiimperialismo. Essa linha teoria foi constante na FFUU nos anos 1940 e nos anos de 1950 (TRISTÁN, 2004): [...] Frente a este peligro inminente, el movimiento libertario del Uruguay asume la responsabilidad de integrar la Tercera Posición, mas con un criterio propio, en función de sus objetivos y principios fundamentales, porque considera que no basta oponerse a la guerra, al estallido de las operaciones militares propiamente dichas, sin extirpar las causas que generan las guerras: el nacionalismo, el capitalismo, el militarismo, el racismo, el dogmatismo de todo orden y muy fundamentalmente el estatismo, sea cual fuera el lema que le sirva de disfrá (VOLUNTAD, 1956, p, 3 aput ALVES, 2016, p. 44).

uma organização especificamente anarquista na América Latina, algo que no período não havia paralelo no restante do continente (RUGAI, 2012). É a partir desse momento que as discussões, reuniões e assembleias são formalizadas na construção de uma organização específica anarquista; assim, formou-se o *Comité pró-FLU* (Federación Libertaria Uruguay):

El viejo anarcosindicalismo dejaba paso a concepciones más acordes con la situación política y social del momento (...) nueva organización se incorporaba tanto el sector obrero como aquellos provenientes, del ámbito estudiantil, del cultural o del barrial (...) elementos teóricos, organizativos y de trabajo, lo que enriquecía considerablemente el debate, y entre todos se coordinaban para constituirse en la alternativa política social y sindical especialmente en el seno de la izquierda y de las organizaciones populares. (TRISTÁN, 2004, p. 166)

Os temas debatidos no Comitê Pró-FLU se basearam em torno das análises e propostas realizadas em posicionamentos ideológicos do anarquismo: a crítica da estatização do clientelismo e da forma de fazer política dos partidos tradicionais, questões doutrinárias e organizacionais, reivindicação de uma posição antiestatista e libertária. Discussões sobre a realidade do interior do país, a questão agrária, o movimento operário e sindical, a conjuntura nacional e internacional também são abordados (ALVES, 2016).

Um desenvolvimento das atividades do Comitê Pró-FLU foi a organização do *Pleno Nacional Anarquista* (PLN). Os temas debatidos fortaleciam para evolução da Federação, e dois eixos se destacaram como fundamental nesse período: os problemas das questões internacionais e o movimento sindical. A análise do internacionalismo partia da linha ideológica anticapitalista, antiestatista, e uma defesa da ação direta dos povos para transformação social socialista e libertária. Esta posição reforçou a defesa de um projeto de integração *latinoamericano*, o apoio declarado a lutas antiimperialistas e a oposição política de bloqueio e confrontação entre as grandes potências. A segunda, a análise do movimento sindical, partiu da perspectiva de uma visão muito crítica com a situação, segundo os militantes, como resultado da influência dominante das correntes legalistas – especialmente – comunistas, dependentes das hegemonias e interesses alheios aos interesses dos trabalhadores e a falta de controle dos sindicatos devido à alta burocratização. Se avançou na linha tradicional libertária ao analisar a falta de influência nos espaços nas instâncias de trabalhadores. Era preciso definir uma linha mais sólida de atuação sindical; defendiam a ruptura com uma falsa dicotomia entre os sindicatos legalistas e a ação direta e/ou com a legislação laboral, pois estes discursos ficavam refém de uma postura individualista. Para combater essa postura, defendiam uma militância ativa, com a afirmação da ação direta como método de luta e forma de aprendizagem a uma futura sociedade libertária, e a promoção de ideais anarquistas com a luta por reivindicações imediatas. Os objetivos máximos era concretizar a luta ativa nas reivindicações na organização da classe trabalhadora e da jornada, ajustes de salários e dignidade de vida. O PNA adotou uma postura clara a respeito da organização do movimento operário, que teria um peso importante no processo de

unidade na década seguinte: estruturação em uma central única de bases federais, e sim hegemonias de nenhum setor.

A resolução do PLN indicou o I Congresso Constituinte da organização; marcando o nascimento da FAU. A mudança de nome de Federação Libertária para Federação Anarquista; a diferenciação se justificou na discussão de que, naquele contexto, outros grupos e individualidades se identificavam na perspectiva libertária, mas não reivindicavam necessariamente o anarquismo. A alteração no nome reforçava a vertente a que a organização se filiava. O Congresso definiu a Declaração de Princípios e a Carta Orgânica, documentos fundamentais para estruturar a concepção ideológica da organização:

[...] los acuerdos básicos acerca de una orientación de carácter general para ese conjunto que acababa de organizarse; y la forma jurídica de su funcionamiento, los derechos y deberes de los militantes a través de la Carta Orgánica; y un conjunto de materiales elaborados, que ahí ya se hacen colectivamente, que indican formas de acción en el seno del movimiento obrero, estudiantil, cooperativo [...]. Y después para el trabajo barrial y posiciones acerca de América Latina. En esos documentos están las pautas que se van estableciendo para el trabajo de ese conjunto de militancia. (ALVES, 2016, p. 56)

A Declaração de Princípios estabeleceu o corte ideológico, doutrinário, na qual se objetiva a socialização dos meios de produção e distribuição, intransigência quanto a defesa da liberdade, transformando-a numa nova concepção de liberdade e a eliminação das fronteiras nacionais: “(...) o documento também indicava tarefas imediatas para o local onde os anarquistas se inseriam, apontando para “[...] *iniciativas populares tendientes a resistir y restringir la explotación capitalista y opresiva y división de los pueblos por los Estados*” (ALVES, 2016, p. 56). A Carta Orgânica definiu os Congressos como a instância máxima de deliberação e o espaço de maior representação das agrupações, sendo mediados por um Conselho Federal, cada agrupação estaria representada por dois militantes, com a presença de secretários responsáveis pelas tarefas administrativas, como finanças e propaganda. Essas instâncias se responsabilizariam pela síntese, encaminhamento e mediação das discussões levadas a cabo nas agrupações.

1.3 Fundação e primeiros anos

O polo de aglutinação de quase todas as correntes libertárias no país promoveu uma reunião do movimento libertário, até então disperso, e as discussões estavam mais amadurecidas reunidas no *Comité Pró-FLU*. Após quatro anos de trabalho foi fundada em 1956, a *Federación Anarquista Uruguay* (FAU):

No seu nascimento, a federação abarcou praticamente tudo o que se concebia como movimento anarquista no Uruguai Luce Fabbri – que depois sairia da FAU – confirma que a Federação “[...] reúne sindicalistas revolucionários, grupos estudantis, organizações de bairro, intelectuais libertários e integrantes de experiência cooperativas e comunitárias.”. Um único setor do anarquismo apartou-se do processo

de formação da FAU: o grupo anarcossindicalista ligado à FORU. (RUGAI, 2012, p. 128)

Nesse primeiro momento, a principal preocupação da nova organização era consolidar um instrumento de fortalecimento do anarquismo e promover uma leitura contemporânea da realidade latino-americana e uruguaia. A concepção internacional era uma preocupação constante, considerando os marcos internacionalistas do anarquismo uruguaio, que existiam desde 1860. Rechaçando por completo aos imperialismos tanto estadunidense, quanto russo. Esse foi o princípio do especificismo da FAU, as preocupações prioritárias eram: o poder e o Estado, a ideologia anarquista, a relação de ciência e socialismo, revolução e reformismo, elementos permanentes da estrutura capitalista, compreensão do classismo transcendendo a concepção estritamente econômica. Havendo uma “recusa do esquema arquitetônico de infra e superestrutura” (MECHOSO, 2009, p. 6).

Os primeiros trabalhos da FAU, durante o período entre 1957-1962, se referiram à criação de cooperativas de produção e consumo, impulsionado ao “*barrial*” (comunitário) dos Ateneus. Essa composição heterogênea, foi um empecilho ao longo dos anos para a organização, que posteriormente exerceu um “processo de definição mais clara de sua orientação política” (PVP, 1979, p. 2. In: RUGAI, 2012, p.129). A FAU, futuramente, desenvolve a posição ideológica assentada na tradição revolucionária bakuninista, com elementos organizacionais de Malatesta “(...) de certa influência classista do anarcossindicalismo e retomando a tradição dos métodos de ação direta” (RUGAI, 2012, p. 129).

A situação política e econômica do Uruguai repercutiu nos movimentos sociais trazendo constantes agitações. Em meio a estas turbulências a FAU se construía e ao mesmo tempo tinha que definir sua linha de ação rapidamente para agir na conjuntura e resistir à repressão, que dava constantes mostras de recrudescimento. Era o momento de crise do reformismo estatal, quando uma série de direitos sociais historicamente conquistados estavam em perigo. A princípio, as polêmicas e/ou divergências não foram aprofundadas, pois havia o acordo tácito da militância, e o trabalho mais iminente era a construção de ações práticas segundo as conjunturas uruguaias:

O caráter político da organização evidenciava-se mais na maneira de encarar a tarefa das diferentes frentes de trabalho: sindical, estudantil, comunitária e interna. Foram realizadas análises da situação histórica e conjuntural uruguaia relacionando-a com os âmbitos político geral, sindical, estudantil e comunitário, e dando ênfase à América Latina (MECHOSO, 2009, pp. 5-6)

A partir desse momento se inicia uma ruptura provocada pelas diferentes posturas em torno de Cuba, assim como por assuntos referidos a organização e funcionamento interno da Federação:

“(...) hasta 1964, en que nos encontramos con una organización que representa casi a totalidad del movimiento dedicada sobre todo a su crecimiento y consolidación, a la consecución de una estructura interna acorde con los plantamientos mayoritarios, con un activo debate acerca de su actuación en el movimiento sindical, y que apoya firmemente la Revolución Cubana” (TRISTÁN, 2001, p. 171)

Nos primeiros oito anos de fundação da FAU estiveram marcados por tarefas e polêmicas; a busca de uma correta e funcional forma organizativa, que ocupou o debate da Federação iniciado nos anos sessenta; e a atividade dentro do Movimento Sindical. Os debates sobre a estrutura da FAU foram constantes nos primeiros anos; a partir destas discussões começaram a definir tendências divergentes internas. A primeira linha defendia a atividade da política assembleária e participativa, e que promovia o papel central do Pleno Militante como órgão fundamental da Federação entre congressos; a Carta Orgânica como um recurso especial e de caráter consultivo, e não um critério resoluto. A segunda linha defendia o peso da Carta como instância de organização e decisão da FAU, seu regimento interno. Defendendo uma dinâmica maior nas deliberações da Federação e nas atuações do trabalho de massas. Vale ressaltar que o primeiro grupo de militantes exercia uma ação mais voltada para o trabalho comunitário e no movimento estudantil, que apresenta, segundo eles, dinâmicas específicas, cabendo todas as discussões em assembleias; já o segundo, desenvolvido em âmbito sindical, seria necessária uma certa agilidade nas respostas (TRISTÁN, 2004).

Durante o processo autoritário em ascensão, o movimento sindical uruguaio ganha novos contornos importantes. Em meados da década de 1960 há a formação de vários sindicatos importantes, como a União de Operários, Empregados e Supervisores de FUNSA – a indústria mais importante do país na época. E nos anos de 1964 a 1966 houve fundação da *Convención Nacional de los Trabajadores* – CNT; a central sindical que reuniu, pela primeira vez na história do movimento dos trabalhadores uruguaio, diversas correntes político-ideológicas: comunistas, socialistas, social-cristãos, anarquistas, e a grande maioria dos sindicatos existentes. A atividade sindical foi uma das principais na FAU, na qual se situava uma de suas fontes de militância mais importantes. A atuação levou ao segundo debate permanente a partir de 1957. No que se compreendeu como análise para esse nível foram: campanha a favor de uma central única, e o apoio total as lutas do movimento, especialmente a aqueles setores que propunham novidades e eram mais radicais ao sindicalismo uruguaio. O debate sobre a unidade entre o velho sindicalismo uruguaio e a incorporação diferentes formas de ação são discutidas desde as mobilizações no início da FAU.

Desde então e até a criação da *Convención Nacional de los Trabajadores* (CNT) em 1964, o tema foi constante na esquerda, e no anarquismo participou com propostas mais importantes na construção da CNT. A proposta da FAU em torno da central única havia sido esboçada no *Plano de Acción Sindical* aprovada no Congresso Constituinte. Refletia ao mesmo tempo sua concepção do movimento sindical: era necessário para enfrentar o Estado e o Capital e deveria definir uma central independente (dos setores patronais, estatais, e de partidos), sem caudilhismo, sectarismos, nem hegemonias políticas. Para a Federação era fundamental a liberdade de opinião e crítica, a unidade de ação e um programa de ação em comum. O movimento sindical deveria ter para o anarquismo uma função dupla e entrelaçada: de luta imediata (resistência frente ao Estado e o capitalismo, defesa das

liberdades sindicais e públicas e melhorias nas condições de vida e trabalho); e de objetivos finalistas (progressiva transformação revolucionária das bases do sistema, sustentadas pela autogestão popular). Os critérios de independência e oposição a burocracia sindicais eram compartilhados pelo sindicalismo autônomo, e se traduziam em propostas práticas organizativas que logo se viram refletidos no Congresso Constituinte e na CNT desde 1964: sem a existência de dirigentes profissionais, incompatibilidade entre a direção sindical e a participação em cargos políticos eletivos ou afiliação internacional que alinhasse a central.

Outra bandeira foi a proposta sindical anarquista da unidade operária-estudantil, posta em prática em 1958 com o motivo do conflito por aprovação da Lei Orgânica da Universidade. A greve e manifestações foram apoiadas pelo movimento sindical; que se tornariam constante presente nas lutas nas principais ações de mobilizações, por apoio mútuo. O conflito universitário tinha mais características de ação direta e autogestão defendidas pelo anarquismo. Este processo das lutas sindicais e estudantis no Uruguai significou para a FAU reafirmação de alguns princípios e propostas: a negação da ação legalista nas lutas de trabalhadores e a defesa da ação direta dos trabalhadores; a afirmação da importância do sindicalismo entre os trabalhadores, assim como uma Universidade orientada a formar técnicos para a sociedade, não para o capital, e da solidariedade externa dos sindicatos vinculados.

1.4 Concepções e Referências

Esta integração dentro da FAU envolveu uma ampla circulação de ideias, opiniões e experiências, que no primeiro momento, não afetou os aspectos organizativos. Contudo, temas como organicidade, compromisso militante, e, principalmente, a questão da violência foram aspectos de divergências internas. O arsenal teórico de Malatesta e Bakunin, e de outras experiências dentro da tradição anarquista compreendiam que a base da dominação de classe é a violência, sendo exercida nos mais diversos campos assegurando a reprodução do sistema, independente do momento histórico. Para enfrentar esta configuração somente utilizando a violência.

É a partir dessas divergências que se desenvolvem momentos fulcrais para definição mais estrutural e uma compreensão orgânica do partido que foram: o racha e a clandestinidade. O primeiro iniciou a discussão de definição mais restrita teórico-ideológica, estabelecendo com mais rigor conceitos fundamentais, elementos estratégicos e objetivos a fundir e dar a unidade necessária ao partido. A segunda, impõe a necessidade de um funcionamento clandestino, pensar na proteção contra as forças repressivas e estabelecer uma rígida estratégia de atuação nas classes trabalhadoras. Para esse processo contribuiu tanto os elementos históricos do movimento libertário como a análise da realidade daquele momento e da história recente:

“(…) desde a concretização orgânica de nosso movimento, em assimilar os aportes que se deduzem das atuais lutas, integrando-as ao contexto de nossa tradição militante, para enriquecer nossa ideologia e alcançar uma adequação cada vez maior de suas formulações às realidades atuais, para sua transformação” (MECHOSO, S/d, p. 50).

A proposta dessa parte do texto é levantar algumas categorias importantes para a fundamentação do anarquismo pensado pela FAU no período de pré-clandestinidade (1964-1967) e que foram incorporados pela organização durante sua clandestinidade, não sendo objetivo desse trabalho abarcar todas as discussões e aprofundamentos complexos necessários sobre os mais diversos conceitos pertinentes ao anarquismo.

1.4.1 Mikhail Bakunin

As propostas do pensador russo Mikhail Bakunin influenciaram a FAU de duas maneiras. O pensamento bakuninista esteve presente no anarquismo e no movimento operário uruguaio desde fins do século XIX, mais especificamente, a partir de 1870, período de predomínio do bakuninismo no país. Como supracitado, a publicação do periódico *El Obrero Federalista*, marca as primeiras publicações claramente libertárias em Montevideú: “A seção AIT em Montevideú não era um pequeno grupo que adotou uma sigla, publicou um período e escreveu algumas cartas sem grandes relações com o movimento real da classe trabalhadora” (RUGAI, 2012, p 23). O processo de formação teórico e ideológico da FAU retomou essas publicações e fizeram parte de ampla discussão interna da organização, exercendo uma influência fundamental do anarquismo da Federação, sobretudo no processo de análise social e questões estruturais do partido. Há adoção de categorias centrais de análise da estrutura social desenvolvidas neste período: como Estado, dominação, classes sociais e transformação social. Também foram incorporados os níveis diferentes de atuação: um nível público, social, de massas; e outro, político, clandestino, durante um período repressão, como a ditadura no país.

A metodologia utilizada por Bakunin na análise estrutural da sociedade é exposto pelo “materialismo científico” “(…) esse conjunto de método de análise e teoria social oferece elementos para que se aborde devidamente a relação entre estado e sociedade e para que se observe que o Estado se insere em uma dinâmica social mais ampla” (CORREA, 2014, p. 2). O sujeito na concepção das relações sociais deve ser considerado pela interação de fundamentos materiais. A condição de existência assenta-se na necessidade desta e os meios para garantir sua reprodução, assim, a economia, organização social dos meios para garantir as necessidades naturais de existência e da reprodução material dos sujeitos são fatores determinantes.

Na visão bakuniana de Estado é fulcral compreender a dialética da economia com a política. Dessa maneira, o Estado dialoga com características e dinâmicas próprias das quais não podem ser reduzidas a uma dinâmica social de base estrutural econômica. O fator mais importante e de

centralidade é o econômico, contudo deve-se considerar a dialética entre ela e outros aspectos sociais capazes de determiná-las.

O **Estado** moderno para Bakunin é um instrumento político de **dominação** de classes, seja em qualquer período histórico e/ou regime social até então. O aparelho estatal possui um caráter de classe e a função de garantir a perspectiva hegemônica destes setores, seja por qualquer instância social. A perpetuação da força estatal se desenvolve pelo seu próprio aumento permanente, isto é, evitar a qualquer custo sua dominação por **outro** Estado e/ou a manutenção da ordem social. Dessa forma, o Estado moderno precisa expandir suas fronteiras e ser grandioso, e ter a força necessária para salvaguardasse a si mesmo e a tentativas exteriores de dominação.

El Estado moderno es necesariamente, por su esencia y su objetivo, un Estado militar; por su parte, el Estado militar se convierte también, necesariamente, en un Estado conquistador; porque si no conquista él, será conquistado, por la simple razón que donde reina la fuerza no puede pasarse sin que esa fuerza obre y se muestre. Por consiguiente, el Estado moderno debe ser absolutamente un Estado enorme y poderoso: es la condición fundamental de su existencia. (BAKUNIN, 2013, p. 19)

Nessa concepção, o monopólio das forças repressivas é fundamental, assim, Bakunin relaciona que características de uma militarização estatal profunda, isto é, um Estado moderno militar, promove a conservação de hegemonias. Da mesma maneira e forma que o capitalismo tende ao monopólio. Na perspectiva bakuninista, o poder político do Estado concentra-se na hegemonia de grandes impérios; é a partir dessa lógica consistente em sua teoria, que o autor estabelece a relação do Estado e o Capital:

Es el resultado inevitable del monopolio capitalista acompañado siempre y en todas partes de un refuerzo y de la ampliación de la centralización estatista. El capital privilegiado y concentrado en manos de un pequeño número se ha convertido en la hora actual, por decir así, en alma del Estado político; le da sus créditos a él solo y en cambio el Estado le garantiza el derecho ilimitado a explotar el trabajo de pueblo (BAKUNIN, 2013, p. 226)

A concepção de Bakunin sobre as dominações do Estado moderno são desenvolvidas em três esferas: política, econômica e cultural. No âmbito político seguem três eixos: imperialismo⁶, coação física e dominação político-burocrática. No âmbito econômico é a garantia da exploração do trabalho; e âmbito cultural é formada pela alienação cultural e a falta de acesso ao conhecimento formal às classes mais marginalizadas. A propagação da doutrina do Estado se desenvolve de duas maneiras: A primeira pela religião [aspecto moral] na santificação de conquistas feitas em nome da Igreja; a segunda pelas escolas [aspecto ético], que desde o ensino infantil promove valores e crenças conforme a moral estatal. O Estado, assim, atua como **força social** (ERRANDONEA, 1989), pois extrapola a coerção no aspecto político, militar e abrange elementos econômicas e cultural, fazendo com que as classes dominantes tenham o controle social na dominação:

⁶ Segundo Bakunin, o imperialismo é caracterizado pela expansão territorial e dominação externa de classe dominante expansão em um país sobre as outras classes.

(...) dar satisfacción a la pasión popular y a las exigências del pueblo es cosa absolutamente imposible para las clases propietarias y para las gobernantes, *la violencia de Estado, el Estado* simplemente, porque Estado significa precisamente *violencia*, la dominación por la violencia, enmascarada, si es posible y, si es preciso, franca y descarada (BAKUNIN, 2013, p 31)

O Estado precisa garantir que seja gestado por uma minoria; é na separação da sociedade civil e Estado que o governo consegue exercer melhor a dominação, pois é com a retórica discursiva de um governo para a maioria, que apenas uma minoria se apropria de questões políticas e tomam decisões que lhes favoreçam. Assim, mantendo uma massa popular alienada, obedecendo estas posturas que foram decididas por terceiros. Essa relação é fulcral na manutenção estatal, pois dessa forma, o povo fica ainda mais afastado de sua própria gestão:

Esta reacción no es otra cosa que el coronamiento de la idea antipopular del Estado nuevamente constituido, cuyo único fin es organizar la explotación más vasta del trabajo en provecho del capital que está concentrado en manos de un puñado: así, pues, es el triunfo del reino de la alta finanza, de la bancocracia bajo la protección poderosa del poder fiscal, burocrático y policial que se apoya sobre todo en la fuerza militar y es, por consiguiente, esencialmente despótico aun enmascarándose bajo el juego parlamentario del pseudoconstitucionalismo (BAKUNIN, 2013, p. 18)

A democracia representativa e o direito são mecanismos fundamentais na manutenção na produção e reprodução de preposições discursivas de “efeito moral”, evitando o uso da violência por parte do Estado, que apesar de ser um recurso utilizado sempre na história é um certo desgaste da estrutural estatal:

(...) que el Estado; es por eso que quiere y exige siempre un Estado poderoso o, hablan do simplemente, una dictadura militar y para engañar mejor a las masas del pueblo quiere que esa dictadora sea revestida de las formas representativas que le permitan explotar las masas del pueblo en nombre del pueblo mismo. (BAKUNIN, 2013, pp. 136-137)

Sobre esta explotación del trabajo obrero, uno de los partidos quiere edificar la república democrática; el otro, más consecuente, aspira a fundar el despotismo monárquico, es decir profundamente estatista, el Estado centralista, burocrático, policial con una dictadura militar apenas enmascarada por for mas constitucionales inofensivas (BAKUNIN, 1986, p. 59)

O conceito de luta de classes bakuniano se baseia na concepção de “classes sociais concretas” na qual existem dois amplos conjuntos: as classes políticas são compostas por setores dominadores (econômicos [exploração do trabalho]; político-burocrático [controle da administração, propriedade e coerção]; cultural [controle da produção de conhecimento, alienação cultural]) e dominados. Os dominadores são constituídos pelo posicionamento econômico, mas também pelo interesse de classe (privilégio e estrutural social e ações). A dominação político-burocrática impõe a sujeição a regras objetivas que “possibilitam” o acesso de uma minoria às estruturas de poder, com que adquire o máximo de legitimação e de integração, uma vez que o sistema obriga a levar a cabo as adaptações exigidas para a duração de seu domínio (ERRANDONEA, 1989).

A própria dominação de classe tem a capacidade estrutural de produzir outra classe dominante: a burocracia. Composta por uma minoria com privilégios, é de base política e possui a propriedade dos meios de administração, de controle e de coerção de Estado. Se comporta como uma classe social a parte, é componente fundamental na estrutura criada para gestar a dominação de classe e a estratificação social; permanece independente da vontade dos membros da burocracia, independente da classe de origem e tem uma posição autônoma em relações a outras classes dominantes. O autor cita um exemplo histórico: a experiência da burguesia no estado francês no processo revolucionário (CORREA, 2014). Assim como supracitado, a fundamentação do Estado definido por Bakunin é a determinação moral da estrutura política. Nessa concepção, a legitimação imposta às massas é a sustentação da dominação de classe: “[legitimação] (...) o poder institucionalizado no contexto de relações sociais concretas e com determinadas faculdades. Aquele que obedece concede “legitimidade” à autoridade daquele manda fazer” (ERRANDONEA, 1989).

Dessa forma, a proposta revolucionária de Bakunin tem como eixo central a abolição do Estado, independente de quem esteja a frente sob seu comando; o Estado é um organismo de dominação econômica político-burocrática e cultural de classe, com a tendência de autoconservação, pois este reforça as dominações sociais e ao mesmo tempo é o instrumento orgânico de domínio das classes dominantes (reforçado): “(...) movimento dialético entre a economia e a política, entre o capitalismo e o Estado, há um fortalecimento mútuo, em que uma das partes, ao mesmo tempo em que reforça, é reforçada pela outra (CORREA, 2014, p.3). Isto é, quanto mais Estado propaga a hegemonia cultural mais a hegemonia cultural é reforçada; Estado sustenta a dominação de classe a dominação de classes sustenta o Estado.

Para o anarquista, são por estas características que a tomada do poder via Estado para emancipação popular é uma saída impossível de ocorrer. Em primeiro lugar o Estado é um organismo da minoria que há cisão entre governantes e governados que não cabe a maioria (massas populares); e em segundo, na percepção materialista do autor, os operários que possam assumir o parlamento e, assim, se tornariam membros da classe burocrática, isto acabariam que estes fortaleceriam as tendências de abandono de classe anterior no processo de dominação generalizada na qual a existência do Estado está relacionada. A proposta de nacionalização do Estado também corrobora com a de trazer ao poder apenas uma classe dominante – a burocracia: “A igualdade sem a liberdade é o despotismo do Estado, e o Estado despótico não conseguiria existir um único dia sem ter pelo menos uma classe exploradora e privilegia: a burocracia, poder hereditário (...)” (BAKUNIN, 1975, p. 186).

O processo de transformação social para o anarquista russo é a reivindicação dos trabalhadores que deve ser pela “(...) abolição, dissolução e bancarrota social, política, judiciária, burocrática e financeira do Estado tutelar, transcendente, centralista dublê e alter Ego da Igreja” (BAKUNIN, 2008, p. 22). A base de toda organização política deve ser pautada em critérios coletivos, autônomos,

representada pela maioria do sufrágio universal. Na revolução deveria ser socializada a propriedade privada com o fim do trabalho explorado; conjuntamente com mudanças radicais: abolição do Estado, da Igreja e das classes sociais. O protagonismo deveria ser popular através do federalismo libertário e da horizontalidade em todas as esferas sociais:

(...) que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores; que os esforços dos trabalhadores para conquistar a sua emancipação não devem levar à constituição de novos privilégios, mas estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; (...) que a escravidão do trabalhador pelo capital é a fonte de todas as escravidões: política, moral e material (BAKUNIN, 1975, p. 161).

O princípio organizativo proposto por Bakunin, compreende que a organização deve estabelecer um **programa estratégico e regulamento de base**. Dessa maneira, há fundamentação na atuação prática e teórica anarquista, assim como para basear o militante ingressante de princípios que devem ser aceitos e absorvidos mantendo o sentimento revolucionário. A estrutura interna preserva a **horizontalidade** em todas as decisões encaminhadas coletivamente; há o incentivo ao consenso, e nas questões que necessitarem, a maioria simples decide. Assim como o **Federalismo** deve ser uma estrutura a qual é fundamental formalizar e/ou promover em todos os níveis:

La organización federal, de abajo a arriba, de las asociaciones obreras, de grupos, de comunas, de cantones y en fin de regiones y de pueblos, es la única condición para una libertad verdadera y no ficticia, pero que repugna a su convicción en el mismo grado que toda autonomía económica es incompatible con sus métodos (BAKUNIN, 2013, p. 18)

No pressuposto ideológico revolucionário de Bakunin há a categoria fulcral do **Dualismo Organizacional**. Essa prática consiste em uma atuação em dois níveis: o nível político (organização específica anarquista) e o nível de massas (movimentos populares). Este modelo organizativo é observado nas formulações teórico-práticas do militante da AIT; a Comuna exerceu uma influência direta na concepção internacionalista, e reforçou a necessidade da abolição do Estado e a liberdade e igualdade plena. A Internacional é entendida como uma organização socialista e revolucionária de massas (âmbito social), ou seja, capaz de abarcar em seu interior um alto número de pessoas, dessa forma, não poder-se-ia impor princípios políticos, filosóficos ou antirreligiosos:

“A Internacional é um espaço, sumamente favorável e necessário para a organização revolucionária, mas não é a organização revolucionária em si A Internacional, sem distinção de crenças políticas e religiosas, a todos os trabalhadores honrados em a única condição de que aceitem, com todas as suas consequências, a solidariedade na luta dos trabalhadores contra o capital burguês, explorador do trabalho” (BAKUNIN, 1989, pp. 59-60 “Escrito contra Marx” apud Rugai, 2012, p 26).

Seu objetivo estrito estava em reunir as massas trabalhadoras internacionalmente dentro de uma ação coordenada, buscar princípios basilares a respeito dos quais todos os operários, apesar das possíveis divergências nos ideais políticos e religiosos, estivessem de acordo – destacando que esta premissa considerava as diferenças salutares desde que considerassem os trabalhadores enquanto uma categoria duramente explorada e oprimida –:

(...) primeiro em nome da sua emancipação económica, não da revolução política; primeiro, em nome dos seus interesses materiais, para chegar mais tarde aos interesses morais, sendo os segundos, enquanto interesses coletivos, unicamente a expressão e a consequência lógica dos primeiros. (...) esta realidade é o trabalho quotidiano, especializado e dividido em corporações (...) (BAKUNIN, 1979, p. 147).

A Internacional, assim, não seria um partido com princípios estritos ou obrigatórios, por outro lado, também não se configura como uma instância formal de categorias, como os sindicatos.⁷ Dessa forma, reúne a luta pública dos trabalhadores, promovendo a solidariedade de classe contra a exploração do trabalho; isto é, contém em si elementos da organização revolucionária, mas não além. Por isso, a linha bakuninista defende a “(...) a propaganda teórica das ideias socialistas entre as massas operárias, o que é uma obra igualmente muito útil e muito necessária para a preparação da revolução das massas” BAKUNIN, 1989, pp. 59-60 “Escrito contra Marx” apud Rugai, 2012, p 26);

(...) sua emancipação pela prática (...) é a luta solidária dos operários contra os patrões. São os sindicatos, a organização e a federação dos núcleos de resistência (...) A emancipação econômica (...) é a base de todas as curtas emancipações (BAKUNIN, 1979, pp. 61-65).

Os diferentes níveis organizativos propostos por ele contêm sua importância ao processo revolucionário. Bakunin entende que não deva haver hierarquias e/ou dominações nas duas instâncias, elas são complementares; o movimento de massas é a união dos trabalhadores, de diversos países e categorias, e a organização política é a orientação revolucionária, unidade ideológica, estratégica e tática aos militantes socialistas revolucionários ou anarquistas. O pensador propõe a união dessas instâncias, pois “[...] sua articulação horizontal e permanente potencializaria a força dos trabalhadores e aumentaria as chances do processo de transformação social com fins anarquistas” (CORRÊA, SILVA, 2015, p. 7).

A organização no nível político dá a possibilidade de transcender a construção de um programa anarquista, e coloca a disputa de posição e construção do projeto revolucionário, contrapondo as posições reformistas, eleitoreiras, hierárquicas, dominadoras. Na concepção bakuninista, a organização política estaria a serviço da instância dos trabalhadores, não o inverso; assim, haveria garantia na qual as massas não fossem usadas pelo partido, de maneira que aconteceria com partidos e agrupamentos autoritários: “(...) Os programas de uma e de outra, sem que de modo algum sejam opostos são diferentes pelo grau de seu respectivo desenvolvimento” (MUÑOZ, 1986, p. 42. In: RUGAI, 2012, p. 27).

A *Aliança da Democracia Socialista*⁸ (ADS) criada por Bakunin e seus companheiros era um partido – sem a concepção de participação eleitoral, nem a disputa pelo poder do Estado - que atuava no interior da Internacional:

⁷ O termo “sindicato” não era usual na época.

⁸ Aliança da Democracia Socialista foi uma organização internacional secreta fundada, em Genebra na Suíça, por Mikhail Bakunin em 1866, que adotava um programa socialista e revolucionário.

É uma sociedade secreta formada no seio da própria Internacional, para dar a esta última uma organização revolucionária, para transformar, a ela e todas as massas populares que estão fora dela, numa força suficientemente organizada para aniquilar a reacção político-clérigo-burguesa, para destruir todas as instituições económicas, jurídicas, religiosas e políticas dos Estados (BAKUNIN, 1979, p. 154)

A Aliança, partido clandestino, de **minoría ativa**, foi historicamente a primeira forma de organização específica dos anarquistas⁹. A FAU, deste modo, buscou retomar a forma organização mais ancestral do movimento anarquista: “A semelhança estabelecida refere-se ao papel da organização, ao critério de ingresso seletivo, à diferenciação no tocante às organizações de massa e a adoção de procedimentos clandestinos para uma série de atividades” (RUGAI, 2012, p. 30).

1.4.2 Errico Malatesta

A influência direta de Errico Malatesta se estabeleceu da maneira mais íntima do que a corrente do pensamento bakuninista. Alguns de seus motivos mais fortes se devem à presença do anarquista italiano na região da Prata¹⁰, e militância nos sindicatos uruguaios por dois anos. Por ser mais contemporâneo as contribuições de Malatesta ficaram mais presentes na memória de gerações de militantes no Uruguai. As publicações de materiais políticos do anarquista nesse período foram tanto em italiano, idioma natal, como espanhol (RUGAI, 2012). Estes textos bilingues contribuíram para expansão e acesso à leitura e uma diminuição, importante, das barreiras étnicas entre a classe trabalhadora.

A militância do anarquista italiano se destacou em trabalhos dedicados fundamentalmente à propaganda do anarquismo, à formação de grupo militante com a vertente anarco-comunista, e destacando o aprofundamento na realidade argentina, país no qual residiu mais tempo. Após sua permanência no Uruguai, é organizado o primeiro sindicato sob influência direta malatestiana; após esta experiência, outras organizações sindicais passaram a aderir a mesma orientação e/ou foram fundados sob este modelo. Esta influência marca uma mudança de predominância da corrente anarquista, que até então era identificada com o pensamento de Bakunin, desde 1872.

Malatesta (2008) ressalta, inclusive, que o anarquismo é contra a imposição da autoridade, e quando na coletividade estão com um objetivo em comum não precisa de um comando autoritário. “Anarquia significa *sociedade organizada sem autoridade* compreendendo-se autoridade como a faculdade de impor sua vontade (...) enquanto há autoridade não é necessária à organização social (...) há harmonia de interesses em uma coletividade (...) não há sinal de autoridade” (MALATESTA, 2008, 98):

⁹ Na época de Proudhon não existiram organizações ou grupos especificamente anarquistas.

¹⁰ Malatesta se exilou na Argentina, em 1885, na qual colaborou com os primeiros núcleos anarquistas desenvolvendo uma participação ativa propaganda do Anarquismo.

(...) devemos procurar enfraquecê-lo e obrigá-lo a fazer uso dele o menos perigosamente possível. Todavia, esta ação, devemos fazê-la sempre de fora contra o governo, pela agitação na rua, ameaçando tomar pela força o que se exige. Jamais deveremos aceitar uma função legislativa, seja ela nacional ou local, pois, assim agindo, diminuiríamos a eficácia de nossa ação e traríamos o futuro de nossa causa (MALATESTA, 2008, p. 73)

Os dois pensadores anarquistas dialogam sobre o aspecto organizacional específico na transformação social. Ambos defendem a necessidade da organização do partido anarquista como momento fundamental para a consolidação revolução da sociedade:

(...) é a organização social mais geral, outra é a organização do movimento operário e, finalmente, a organização especificamente anarquista, ‘o partido anarquista’. Para Malatesta, não se tratava mais de organizações secretas, como para Bakunin, mas certamente suas ideias convergiam quanto à necessidade de organizações especificamente anarquistas para atuar no movimento social, sem, contudo, se confundir com ele (RUGAI, 2012, p. 32)

Outra convergência teórica dos anarquistas é a distinção entre o nível de massas, o âmbito social e o partido especificamente política, âmbito político. Os dois níveis são essenciais na construção do anarquismo, e deve-se compreender as diferenças entres seus objetivos, propostas estratégicas e possibilidade de atuação: “(...) a organização geral, princípio e condição da vida social, hoje e na sociedade futura; a organização do partido anarquista; e a organização das forças populares, em particular a das massas operárias, em vista da resistência contra o governo e contra o capitalismo” (MALATESTA, 2008, p. 73). Na perspectiva malatestiana, para a consolidação do processo revolucionário seria impossível esperar que todos os trabalhadores estejam organizados, contudo é preciso que pelo menos tenham núcleos em torno dos quais as massas possam reagrupar-se rapidamente, no combate a opressão mais imediata (MALATESTA, 2008).

A definição de partido para Malatesta compreende indivíduos associados em torno de um objetivo estabelecido coletivamente: “(...) a organização – quer dizer, associação com um objetivo determinado e com as formas e os meios necessários para atingir este objetivo – é necessária à vida social (...) (MALATESTA, 2008, p. 97). Dessa forma, o partido anarquista é o conjunto daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por consequência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer. O projeto ácrata precisa ser formulado com um **programa** determinado; se diferenciando das perspectivas mais científicistas do socialismo e da transformação social.

O objetivo do partido é abolir a propriedade e a autoridade, sendo a destituição do governo (Estado) fundamental para isto: mesmo com o fim do capitalismo, uma nova forma de Capital seria criada para a manutenção de classes:

(...) a insurgência determina a revolução, isto é, a atividade rápida das forças latentes acumuladas durante a evolução precedente. (...) Desejamos abolir de forma radical a dominação e a exploração do homem pelo homem (...) os homens, unidos fraternalmente por uma solidariedade consciente, cooperem de modo voluntário com o bem-estar de todos” (MALATESTA, 2008, pp. 74-75).

O modelo de sociedade reivindicado pelos anarquistas deve ser com base na solidariedade e não em uma perspectiva individualista. Por isso, a construção do anarquismo deve ser cotidiano em todas as instâncias promovendo este princípio; assim, para Malatesta, a organização específica deve ter **coerência entre meios e fins**. Isto é, o movimento se desenvolve no processo, por isso, não é justificável alcançar os métodos de maneiras não anarquistas para este objetivo finalista. O exercício contra a autoridade para os trabalhadores é se tornar parte ativa e consciente no trabalho coletivo:

(...) derivam necessariamente dos fins a que nos propomos e das circunstâncias nas quais lutamos. Enganando-nos na escolha dos meios, não alcançamos o objetivo contemplado, ao contrário, afastamo-nos dele rumo a realidades frequentemente opostas, e que são a consequência natural e necessária aos métodos que empregamos (MALATESTA, 2008, p. 62)

Para o italiano, o partido anarquista deve ser uma instância sólida, com isso não basta a compreensão da reivindicação “ser anarquista” para participar deste. A responsabilidade, objetivos, princípios em comum na atuação da construção da revolução social são critérios para sua participação.

O autor compreende que:

(...), mas não acreditamos na solidez das organizações feitas à força de concessões e de restrições, onde não há entre os membros simpatia e concordância real. É melhor estarmos desunidos que mal-unidos. Mas gostaríamos que cada um se unisse com seus amigos e que não houvessem forças isoladas, forças perdidas. (MALATESTA, 2008, p. 105)

Assim, a organização política revolucionária deve estabelecer princípios ideológicos mais rígidos para sua efetividade. Compreende que os militantes dentro da organização têm responsabilidade e **disciplina** revolucionária coletiva; os militantes organizados internamente dentro do partido, precisam ter compromisso com as atividades assumidas coletivamente. Esta é a coerência com os ideais defendidos, responsabilidade aos compromissos deliberados e a divisão dos riscos e de trabalho com os companheiros de organização (SANTOS, 2019):

(...) organização significa coordenação de forças com objetivo comum (...) organização voluntária, quando aqueles que dela fazem parte, têm de fato o mesmo objetivo e são partidários dos meios, a obrigação recíproca que todos engaja obtém êxito em proveito de todos. (MALATESTA, 2008, p. 105)

Estes princípios também são critérios para serem aceitos novos militantes dentro do partido. Malatesta defende rigorosamente se **posicionar** mesmo na luta contra os regimes opressores e com alianças táticas com outros grupos e/ou correntes políticas. É fundamental defender o programa e não recuar no acúmulo de força social. Mesmo na situação de instituição de um governo, a anarquia deve-se manter na resistência contra toda forma de autoridade estatal. A relação do partido deve ser entre os trabalhadores nas instâncias de massas, também com outras organizações atuantes nestas, inclusive em caráter internacional: a organização anarquista não deveria estar isolada, ou alheia à realidade.

Esta forma de organicismo forma um elemento diferenciado, já que outras correntes anarquistas¹¹ rechaçam ou, de certa forma, entende a estrutura orgânica como um sinônimo de autoritarismo: “(...) o erro fundamental dos anarquistas que se opõem à organização é de crer que não pode haver organização sem autoridade” (MALATESTA, 1975, p. 60 apud RUGAI, 2012, p, 35).

As duas atividades principais dentro das instâncias anarquistas são: a **educação e a propaganda**. Segundo Malatesta, a melhor tática é a propaganda dos ideais anarquistas, por todos os meios possíveis. É fundamental que os anarquistas promovam o partido dentro das instâncias e/ou organizações dos trabalhadores. Inclusive, pela promoção da organização é também necessário fomentar os trabalhadores se organizarem; isto deve fazer parte do programa anarquista: “(...) favorecer as organizações populares de todos os tipos é a consequência lógica de nossas ideias fundamentais e, assim, deveria fazer parte integrante do nosso programa” (MALATESTA, 2008, p, 88). A atividade cotidiana da militância anarquista deve ser o **trabalho de base**, primordial para qualquer proposta revolucionário ser realizada.

A defesa dos sindicatos por Malatesta é de um movimento operário aberto a todas as correntes, tomando parte da vida social, econômica e moral sem dominação de nenhum partido. A ação direta sindical deve ser em oposição aos capitalistas e ao governo. O sindicato é uma importante ferramenta de consciência da classe trabalhadora, a possibilidade dos trabalhadores se tornarem uma parte ativa de decisões coletivas e administrativas. O setor sindical tem como objetivo reunir a categoria em torno das pautas econômicas, das reivindicações das pautas imediatas. O anarquismo deve promover a solidariedade nas instâncias dos trabalhadores, lutar contra os patrões e que o povo possa assumir a administração social. O processo de consciência se dá pela **educação** da classe trabalhadora que é um importante avanço das condições materiais (dignidade, salários) para o desenvolvimento da consciência de classe. Contudo, o pensador italiano defende que há limitações na luta sindical do âmbito econômico: “(...) da luta econômica deve se pensar à luta política” (MALATESTA, 2008). Esta limitação, expõe a luta reformista vinculada diretamente as bases jurídicas e minorias da sociedade atual. Dessa forma, para o processo qualitativo, os ideais revolucionários precisam estar presentes em suas bases, pois a luta sindical tem um limite podendo tornar-se corporativista (ideias egoístas), burocrática.

As contribuições do anarquista italiano compreendem que a organização das forças populares, no combate contínuo de classes, seja pacífica ou **violenta**, segundo as circunstâncias: “é necessário preparar-se moral e materialmente para quando a luta violenta eclodir, a vitória fique com o povo (...) a insurreição determina a revolução, isto é, a atividade rápida das forças latentes acumuladas durante a evolução precedente” (MALATES, 2008, p. 74) e a ampla divulgação da proposta anarquista através

¹¹ Para saber mais, conferir em: “Anarquismo e a questão militar” (2020) de Thaís Linhares. Disponível: <https://ithanarquista.wordpress.com/2020/07/20/thais-linhares-o-anarquismo-e-a-questao-militar/>

deste preparo para a violência, caso seja necessária. Assim, influenciados pelas ideias de organização de Malatesta e de Bakunin, o anarquismo uruguaio iniciou uma trajetória de lutas que inspiraria a construção da FAU na década de 1950.

1.4.3 Makhnovitchina¹²

A experiência ucraniana¹³ tornou-se um importante acúmulo dentro da tradição anarquista, a consolidação da organização política de massas em meio da guerra-civil. A Makhnovitchina foi um movimento social composto por maioria camponesa pobre, a qual foi uma das forças sociais mais relevantes no contexto revolucionário da Ucrânia, articulando-se por meio de ações insurgentes e táticas armadas contra a ofensiva imperialista em solo ucraniano: “(...) auto-organização e à guerrilha para os combates e colocou os trabalhadores na direção de suas próprias lutas. Mesmo com a repressão, o movimento crescia em todo o território ucraniano, ainda que sem uma unidade. (CORRÊA, S/d, p. 3); essas forças sociais estavam articuladas no interior do Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia (EIRU).

A atuação da Makhnovitchina foi uma inspiração e serviu como reflexão para outros processos armados que se sucederam. A proposição da experiência revolucionária na Ucrânia expôs um exército popular e militantes dentro do confronto armado, quais os limites do militarismo e estabeleceu novas formas de relações sociais, visando a transformação de uma nova sociedade na prática. A Makhnovitchina tinha hegemonia político-militar-administrativa de vastas extensões ucranianas, e desenvolvia mecanismos de gestão do exército e das terras comunais que partiam da produção coletivizada:

Durante esse período Makhno tomou medidas para transformar seu movimento de um destrutivo levante camponês para um movimento por revolução social que incorporasse todo o poder no território que controlasse. Mas ganhando controle sobre uma significativa parcela de território, Makhno conclui que era hora de adicionar instituições propriamente democráticas ao universo militar anarquista: nomeadamente, um Soviete Militar Revolucionário. (SHUBIN, 2017, p.17)

O Movimento se pautava pela construção na base, com a autonomia e independência de partidos, pela socialização da propriedade e do poder; com o fim do Estado e da propriedade privada haveria a

¹² A unidade da luta veio através dos revolucionários da região sul do país, se destacando de maneira decisiva a figura de Nestor Makhno. A união do movimento, ainda em 1918, foi denominada, em sua homenagem, a makhnovichina

¹³ A Revolução Ucraniana (1918-1921) foi um movimento majoritariamente composto por camponeses em confronto com o governo imperial alemão, durante a Revolução Russa (1917-1922), para a retomada de território ucraniano. No início do ano de 1918, o comandante do Exército revolucionário, Leon Trotsky, anunciou o fim do estado de guerra e desmobilizou os destacamentos militares. O império alemão aproveitou a desarticulação unilateral e invadiram o território Russo, naquele momento, incluía a Ucrânia. Não sendo capazes de enfrentar o exército inimigo, [...] em 3 de março de 1918, após disputas intestinas dentro do comitê central do partido, os Bolcheviques foram forçados a concluir o que Lênin descreveu como ‘obsceno’ Tratado de Brest-Litovsky. Efetivamente cedendo a Ucrânia e outros territórios ao controle alemão (ou dos aliados Otomanos)” (SHUBIN, 2017, p. 13). A presença e intervenção imperialista, no âmbito militar, político e econômico, significou um retrocesso imenso, eliminando as conquistas revolucionárias dos operários e camponeses; reestabelecendo o poder dos nobres e agrários.

substituição por conselhos autogestionados de trabalhadores. Respeitando as tradições de luta e as condições territoriais do país, sua formação social, composta por maioria campesina, refletia também na estratégia militar, mais especificamente no enfrentamento armado que era desenvolvido por táticas terrestres, como por exemplo, o uso constante da cavalaria. As táticas de enfrentamento eram focadas em ataques rápidos, de surpresa e na alta capacidade de deslocamento, mais uma vez destacando o reconhecimento do território por sua tradição histórica. A composição do Exército se consolidava por membros **voluntários**, e não por recrutamento. Os membros da comunidade envolvida pelo EIRU, tinham os seus oficiais que eram eleitos por eleições diretas e tinham um papel ativo nas decisões de regras de conduta e disciplina, e estavam vinculados diretamente a extensos organismos populares, conferindo-lhes amplo respaldo da população (CORREA, S/d):

O voluntariado significava que o exército só se comporia de combatentes revolucionários que para ele entrassem livremente. O *princípio eleitoral* consistia em os comandantes de todas as frações do Exército, os membros do Estado maior e do Conselho, bem como todas as pessoas ocupando no Exército postos importantes em geral, deveriam ser eleitos ou aceites pelos insurgidos das frações respectivas ou por todo o Exército. A *autodisciplina* significava que todas as regras da disciplina do Exército eram elaboradas por comissões dos insurgidos, depois validadas pelas reuniões gerais das facções do Exército e eram rigorosamente observadas sob a responsabilidade de cada insurgido e de cada comandante (ARSHINOV, 1976, p. 106-107).

Essa forma organizativa introduz importantes princípios libertários a um contexto de altos confrontos, se diferenciando de outras práticas militares revolucionárias. As atuações militares não se reduziram ao militarismo, as condutas da Makhnovitchina transcendem essa característica e incorporam na luta: o voluntariado, o princípio eleitoral e a autodisciplina, ressaltando linhas estruturais, do **federalismo** e da **autogestão**; essas categorias, imprimem fundamentos norteadores da construção de uma nova sociedade, visando uma **coerência entre os meios e fins**. Esta espécie de fusão entre a organização política com a militar numa perspectiva libertária, promoveu simultaneamente a guerra do movimento, no nível político e militar. Essa forma organizativa diverge de concepções militares e funcionamento de outras experiências militares, destacando experiências revolucionárias, como a bolchevique.

A concepção do EIRU com a conquista do território dominado pelas forças inimigas perpassava por alguns aspectos: os soldados do exército inimigo, o território, a população que nessa região habitava e compreender quem deveria ser combatido. A que consiste aos militares, consideravam que as bases do exército inimigo poderiam ser persuadidas à causa revolucionária, assim, se juntando ao EIRU ou voltando às origens e lutar pela revolução. Já aqueles que praticaram atos de violência contra a classe trabalhadora eram executados. Quanto ao território e os povos libertos dentro das conquistas revolucionárias, avança-se no programa libertário, com a expropriação de terras e a construção de comunidades libertárias. Sem a implementação de autoridade no território, com amplo incentivo da participação política da classe trabalhadora nas novas decisões:

Quando a makhnovitchina conseguia se impor nos conflitos com seus inimigos, ela libertava territórios, envolvendo a socialização generalizada, garantida pela força das armas. Ainda assim, ela não impunha um programa aos camponeses e operários, mas estimulava que se organizassem, que tomassem suas próprias decisões, e que protagonizassem sua própria emancipação. (CORREA, S/d, p. 10).

As concepções, já supracitadas, de autogestão e federalismo, com essa conduta visava uma coerência entre os meios e fins. Desde a organização do Exército, desenvolvendo as comunidades libertárias, se organizando sem as autoridades, fomentando os espaços de deliberações coletivas, em todos os níveis políticos, estabelecendo novas relações sociais. Para o EIRU, construir uma nova maneira de se relacionar é o modo de enraizar profundamente os princípios de socialismo libertário.

O desenvolvimento da guerra revolucionária, nas questões organizativas internas e a interação do exército exterior, levou as instâncias e iniciativas nas quais os trabalhadores participavam ativamente para além dos movimentos miliares; ou seja, questões sociais, como a economia, política, cultura, educação. Com isso, o EIRU “(...) possuía traços libertários, e que sua linha sociopolítica era definida pelos organismos de base compostos por amplas massas de trabalhadores” (CORREA, S/d, p. 12). Isto é, o fortalecimento dos próprios trabalhadores de se emancipar e guiar sua própria trajetória, a criação e fomento de comunas, congressos e soviets, com a classe trabalhadora ativa no processo, nessas instâncias organizativas, supracitadas. Essas organizações de base, tanto para o EIRU, quanto para os trabalhadores constituíam: “(...) os princípios fraternais e igualitários, o trabalho de acordo com as possibilidades e a delegação rotativa de funções evidenciam traços libertários que estavam presentes no movimento durante a revolução (CORREA, S/d, p. 13).

Os Congressos de Camponeses, Operários e Insurgentes, por exemplo, estabeleceram as linhas sócio-políticas do movimento, incluindo as do EIRU. Além disso, a makhnovitchina investiu em iniciativas culturais, educativas e artísticas, que visavam não apenas instruir e entreter, mas engajar e preparar a população para as práticas revolucionárias, por meio da difusão de um senso de coletividade entre camponeses e operários permeado de novos valores e de uma ética particular. (CORREA, S/d, p. 4);

Em nossa luta insurgente, precisamos de uma família unida e fraterna de operários e camponeses para defender a terra, a verdade e a liberdade. O segundo congresso distrital dos soldados do front, convida vivamente seus camaradas camponeses e operários a assumir por seus próprios esforços a construção de uma nova e livre sociedade em sua localidade, sem decretos e ordens tirânicas e em oposição aos tiranos e opressores ao redor do mundo: uma sociedade sem latifundiários que mandem, com escravos que obedecem, sem ricos ou pobres (GULYVAI-POLE, 1919, p. 25.)

O processo educacional foi fulcral no desdobramento na Makhnovitchina, com uma perspectiva de rompimento da tutela da Igreja e do Estado; inserção de novas disciplinas, discussões pedagógicas e didáticas para jovens e adultos e cursos de formações políticas e sociais de trabalhadores. Há também a criação de um manifesto, uma imprensa alternativa e os estímulos às artes em geral, em particular, o teatro popular:

(...) Os Makhnovistas, que também estavam engajados no trabalho educativo e cultural, representavam um importante órgão de poder, mas toda a sua atividade civil (e, formalmente falando, militar) estava sob o controle do órgão executivo do congresso (Soviete Militar Revolucionário) e inúmeras instituições educacionais foram criadas, em conjunto com a redistribuição das terras e criação de diversas cooperativas rurais (SHUBIN, 2017, p. 18)

Outra experiência importante ucraniana foi o debate da “Plataforma”. Originado em 1926 através de anarquistas que atuaram na Revolução Russa, como Nestor Makhno. Para os plataformistas, a constituição de uma organização anarquista seria fundamental ser coesa em todos os âmbitos: prático, teórico e ideológico. Sua atuação exige uma estratégia, um programa e princípios anarquistas estabelecem um caminho comum e unitário para o conjunto da organização. Nesse sentido, a organização é responsável pelo militante e suas ações, e vice-versa; o militante é responsável por atuar segundo os debates da organização, ainda que individualmente possa discordar dos seus rumos, deliberados conjuntamente e, se necessário, com voto.

Para Makhno e os russos, seria fundamental a atuação com uma estratégia e um programa claros que, mais do que princípios anarquistas, estabelecesse um caminho comum e unitário para o conjunto da organização: 'esse papel [dos anarquistas na revolução] só pode ser desempenhado com sucesso quando nosso partido é ideologicamente homogêneo e unificado à partir do ponto de vista das táticas'. Makhno afirma ainda: 'nosso Partido deve [...] definir sua unidade política e seu caráter organizativo'; posição similar ao que Arshinov chamou de 'programa teórico e prático homogêneo', o qual, deliberado coletivamente, seria obrigatório para todos os seus membros (CORRÊA, SILVA, 2015, p. 20).

1.4.4 Revolução Espanhola

O processo revolucionário espanhol, uma experiência contemporânea e, talvez, com maior contato histórico, foi importante na formação crítica da organização. A Revolução Espanhola (1936-1939) se desenvolveu em um complicado contexto político, envolveu diversos setores da sociedade com distintos interesses. Membros da extrema-direita e da Igreja na Espanha assumiram com um golpe de Estado em 1936, influenciado muito pelo ascenso das forças repressivas que se espalharam por toda a Europa. A resistência popular incluiu alianças de setores revolucionários e membros liberais, contra o novo governo ditatorial. Nesse sentido, a Guerra Civil e o processo revolucionário, na tomada e libertação de territórios autônomos e a autogestão de postos de trabalhos, se desenvolveram concomitantemente.

Duas instâncias de influência direta anarquista são referências na construção da hegemonia do processo revolucionário espanhol e na organização da classe trabalhadora. A CNT (*Confederación Nacional del Trabajo*), uma das maiores centrais sindicais do país, de defesa do anarcossindicalismo, detinha influência significativa na luta, estabelecendo as linhas e princípios nessa nova fase espanhola:

(...) maiores centrais sindicais, a anarcossindicalista CNT e a socialista UGT, declararam a greve geral e, ao mesmo tempo, exigiram que o governo distribísse armas para que pudesse haver uma resistência armada por parte da população civil, o que foi negado em um primeiro momento. No decorrer da primeira semana, a

classe trabalhadora ocupou quartéis e delegacias, conseguindo se armar para resistir ao levante nacionalista. (RODRIGUES, 2016, p. 83)

A fundação da FAI (Federação Anarquista Ibérica) em 1927 exerceu um papel fundamental para combater as tendências reformistas que se articulavam dentro da Confederação (PONIMI, 2019), sendo fundamental dentro do processo revolucionário para a continuidade da luta.

Com a libertação de territórios das autoridades repressivas do Estado, já supracitada, realizou-se a coletivização com o processo de autogestão das fábricas, locais de trabalhos, propriedades privadas, tomadas de postos de serviços necessários e a gestão desses territórios e lugares foi um ponto fulcral para o desenvolvimento da revolução, ou de certa medida, do início do processo revolucionário. Esse processo continha em si toda a nova dinâmica política e econômica engendrada pelos trabalhadores. Com a criação dos comitês de trabalhadores (também chamados de comitês ou conselhos revolucionários ou populares), órgãos apenas executivos, surgiram: “(...) também como uma iniciativa dos trabalhadores para cuidar de seus próprios interesses, introduzindo um novo tipo de gestão da política, dos serviços e das unidades produtivas” (RODRIGUES, 2016, 86).

Os projetos ideológicos se tornaram conflitantes na resistência, de um lado os setores liberais e comunistas defendiam a tomada do Estado burguês. O primeiro por defender a manutenção do sistema estatal; e o segundo por ser um importante o desdobramento do processo revolucionário na tomada do Estado socialista e, depois do definhamento dele, a consolidação do comunismo. Já os revolucionários anarquistas defendiam que enquanto se combatia o Estado, o processo de revolução estava em desenvolvimento. Por isso, estas tendências com as quais se formou alianças se colocaram contra a auto-organização e coletivização da sociedade. Esses posicionamentos repercutem dentro da CNT e FAI, que fizeram acordos e, por vezes, restando o andamento da revolução. Além do embate no interior das forças sociais, os anarquistas começaram a se questionar qual era o limite da “liderança”, isto é, até onde, seja a organização, seja do militante anarquista, podem ir sem serem hierárquicos, tomando decisões pelo povo, e assim, verticalizando a luta libertária.

Com o avanço da Guerra Civil e posições de poder dentro do Estado conquistadas pelas forças opostas ao golpe de Estado, da região autônoma, membros da CNT e da FAI ascenderam a cargos de representação na estrutura estatal, quando se viu um abandono da causa revolucionária e, propriamente, anarquista. Essa postura não foi uma compreensão hegemônica no meio anarquista e foi duramente criticada pelos Amigos de Durruti foi um agrupamento anarquista que atuou dentro da CNT e que postulava uma série de críticas em relação às consignas da organização, propugnando a retomada e avanço do movimento revolucionária (SANTOS, 2019).

No processo de formação uruguaia, houve o contato com militantes exilados da ditadura espanhola, que atuaram nesse período, realizando-se um processo de autocrítica fundamental para a compreensão dos acertos, dos erros e dos acúmulos teórico-prático da experiência espanhola. O

conceito de “**Poder Popular**¹⁴” foi um assunto que buscou sua definição mais rígida. Os anarquistas uruguaios identificaram o rechaço ao poder por parte dos libertários, sendo lido como um problema, um antônimo da perspectiva anarquista. Submetendo, dessa maneira, os militantes ácratas entre apenas duas alternativas: a proposta comunista de Ditadura do proletariado ou a construção do Estado Republicano.¹⁵ A análise e autocrítica libertária da experiência espanhola trouxe uma reflexão importante sobre o poder popular. A falta de uma organização política, com uma estratégia política definida, de uma formulação política sobre o poder fora fatal para o anarquismo espanhol. Pois ausentou a FAI de uma linha mais combativa frente o republicanismo estatal levando a desorientação da maioria da CNT e da organização no meio da Revolução Espanhola.

Segundo os uruguaios, alguns elementos que responderam a derrota revolucionária foram: os setores da pequena-burguesia presentes dentro da CNT e, em menor quantidade na FAI; o contexto da formação da organização seria um eixo de análise importante, a FAI, a organização política, surgiu depois da CNT, isto implica, nesse sentido, o partido nascido em torno da CNT e não da causa revolucionária; o processo da repressão e as dificuldades materiais da guerra civil. A formação política se desenvolveu durante o processo em andamento, por isso, se pautou, sobretudo, na questão da autodefesa, por iminência da necessidade material: “Assim, reuniu como um objetivo fim comum a atuação política e ação direta obtendo diversas tendências na organização” (RUGAI, 2012, p. 154). Esta pluralidade dificultou o consenso em torno de alguns pontos que se revelaram fundamentais no decorrer da revolução, mas muitas divergências embora já aparentes, foram deixadas de lado.

Na avaliação da FAU, faltou uma articulação que coordenasse o aspecto político entre a organização de massas (CNT) e ação direta clandestina (FAI), portanto sendo um erro fatal ao processo revolucionário (ALVES, 2016; RUGAI, 2012). Esta insuficiência de uma concepção estratégica e uma formulação política sobre o poder foram frutos de uma ausência organizativa política anarquista e um dos fatores responsáveis pela desorientação da maioria da CNT e da FAI no período da Revolução Espanhola:

En tanto cometido específico del “partido”, la preparación y desarrollo de las condiciones (materiales y psicológicas) para la práctica de la violencia es una de sus tareas centrales y permanentes. No puede concebirse una organización revolucionaria que no llene esta función. No cumplirla supone renunciar de antemano a la destrucción del poder burgués que implica, necesariamente, la lucha armada. Esta comprobación influye decisivamente sobre las características organizativas y los métodos de trabajo aun en los momentos de “paz”, aun en las

¹⁴ Os uruguaios compreendiam que na experiência espanhola houve uma espécie de esboço de poder, uma forma de poder libertário foi o “Conselho de Aragon”. O Conselho Regional de Defesa de Aragon (CRDA) foi uma entidade administrativa autogestionada fundada durante a Revolução Espanhola. Este foi o primeiro governo autônomo de Aragão, foi espaço de resistência para as forças antifascistas da Frente Popular em dezembro de 1936 até a sua dissolução.

¹⁵ Conferir mais em: “Anarquismo e a questão militar” (2020) de Tháís Linhares. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/2020/07/20/thais-linhares-o-anarquismo-e-a-questao-militar/>

circunstancias en que la práctica concreta de la violencia no es lo central dentro del conjunto de las tareas de la organización político- revolucionaria (FAU,1972, p.12).

Dentro da tradição histórica anarquista a experiência da Federação Anarquista Ibérica contribuiu para o desenvolvimento da luta armada, sendo uma influência direta dentro da organização. O conceito de **violência revolucionária** foi a contribuição basilar deste processo para o anarquismo uruguaio. Esta se define pela maneira do combate às violências econômicas e sociais, com a pressão do aparato armado revolucionário. Para tal, é preciso apresentarem motivos necessários e respeito à dignidade da vida humana, combatendo o isolamento político (MECHOSO, S/d). Esta seguiu com uma preocupação norteadora do FAU nas suas ações armadas.

Esse processo formativo e crítico uruguaio centrou-se na necessidade da organização política revolucionária – o partido anarquista – estruturar qual o seu caráter, atribuições, estratégias, objetivos, táticas de forma concisa e orgânica. A análise da Revolução Espanhola os levou a concluir que o papel fulcral da organização específica anarquista tem o ponto central na derrota ou sucesso da revolução. A retomada do bakuninismo pela FAU contribuiu muito para a elucidação destas “polêmicas” organizativas dentro do movimento libertário.

1.5 Anarquismo Especificista¹⁶ da FAU

O processo intenso de reflexão pela trajetória anarquista e análises da própria realidade uruguaia resultaram nas determinações político-ideológicas que a FAU segue em seu período de clandestinidade. O período de pré-clandestinidade, 1964-1967, foi fundamental para estipular a necessidade do partido político específico anarquista (organização ideológica) para a transformação social a fim de consolidar o pensamento ideológico, inserção nas massas e consolidar seu objetivo e linhas estratégicas. A FAU compreende que o câmbio social profundo, somente pode ser resolvido em nível político, e através da luta política. É a partir de sua ação, enraizada nas massas, que se pode destruir o aparato burguês e substituir por mecanismos de poder popular (FAU, 1970):

Somente uma organização especificamente política pode cumprir o papel de sustentar e orientar o combate longo prazo. Combate que exige trabalhar com características que possibilitem a sobrevivência e o crescimento em condições difíceis. Que exige coordenar ações em setores diversos, em terrenos distintos, com método distintos, em condições de complexidade crescente. (FAU, 1968, p. 2. In: RUGAI, 2012, p. 159).

¹⁶ Como se referem ao anarquismo apropriado pelos uruguaiois. Os termos “especificismo” ou “anarquismo especificista” referem-se, de algum modo, à maneira que os uruguaiois da FAU encontraram para se referir ao tipo de anarquismo que defendiam e praticavam, o qual teve não apenas influências clássicas de anarquistas como Mikhail Bakunin e Errico Malatesta, mas também de outras experiências locais e mesmo algumas elaborações próprias. Assim, quando responde questões sobre a “a estratégia do especificismo”, Mechoso reflete sobre o modo que a FAU encontrou, historicamente, para colocar suas ideias em prática e quais foram as grandes linhas que nortearam sua atuação. (CORREA, 2014, p. 2). A utilização do termo “especificista”, segundo Mechoso, se dá apenas entre anarquistas e/ou na explicação mais detida de qual anarquismo é defendido. No nível popular a organização se apresenta como organização política anarquista. Conferir mais em: “A estratégia do especificismo” entrevista de Juan Carlos Mechoso concedida a Felipe Corrêa em 2009.

As experiências históricas anarquistas trouxeram modelos organizativos importantes, em alguns dos casos, perspectivas em comum, incorporadas pela FAU, como citados acima. São princípios fulcrais no processo revolucionário libertário: partido de quadros (um rigor na seleção de ingressos); o anti-eleitoralismo; ação de **minoria ativa** (em contraposição a vanguarda de classe); federalismo (tanto como estrutura interna, como defesa do modo de organização social); ação direta (em conflitos coletivos e massivos); protagonismo popular (estrutura social que elimina a mediação profissional); democracia direta; e o aumento da responsabilidade militante (ROCHA, 2009; RUGAI, 2012; LINHARES, 2020).

A organização se define como um partido de quadros, de minoria ativa, compondo o movimento popular e gerando ação coletiva organizada na forma de mobilização e capacidade auto organizativa. A FAU negava veementemente a transformação social por dentro dos marcos institucionais estatais, dessa forma, a função do partido é coordenar o trabalho nos movimentos populares com a linha política-ideológica e com a luta armada. O **objetivo estratégico** (ROCHA, 2009) da organização, dessa forma, é mediado por conflitos violentos, na construção do **poder popular** nas relações sociais. A estratégia revolucionária de ruptura coloca inevitavelmente a questão do poder. Neste importante aspecto é possível afirmar que existe uma contribuição original por parte da FAU, ela marca uma distinção em relação à tradição anarquista pretérita. A concepção de poder popular da FAU, não estatal e organizada de maneira federalista, possuindo organismos de coordenação global, é a principal contribuição da FAU, o compreendendo de maneira coordenada e planificada, se diferenciando das concepções anarquistas de tipo autonomista.

O projeto de poder popular é a criação de uma nova hegemonia social, isto é, o avanço das relações de poder de base social e a destruição do Estado burguês. Essa concepção de sociedade é orientada a partir das relações sociais pautadas no princípio de igualdade, sem hierarquias. Para os anarquistas é fundamental para a concretização do Poder Popular um território independente da economia internacional e organizado pela forma de poder político e social sem o intermédio do Estado. O conceito de poder popular que compreende: “(...) forma de acumulação de forças do processo de radicalização democrática” (ROCHA, 2009, p.187), assim, é fundamental articular o protagonismo popular, respeitando seus anseios e reivindicações. Essa categoria é concretizada com a **independência de classe**, a garantia de autonomia dos movimentos populares e suas formas organizativas (autogestivas, de auto-organização, participação efetiva e federalista) o que resultaria na solidez do processo e possibilidades reais para uma mudança. Dessa maneira, há preservação das características de cada especificidade de cada movimento, abarcando o que há de comum entre os demais, condicionados pela mesma estrutura de poder. Um elemento central de mobilização e organização das mais diversas expressões populares é a **solidariedade de classe**; um valor já presente entre os mais marginalizados. Segundo Bruno Lima Rocha (2009) ao analisar a FAU, o partido

anarquista defende que a transformação social requer o “conflito popular prolongado” aprofundando sua área de atuação a fim de atingir seu objetivo estratégico e a consolidação do Poder Popular. Isto é, uma cultura militante construída diariamente, através de instrumentos horizontais.

O processo de acumulação de forças de populares se dá por níveis distintos: político (partido político); político-social (agrupamentos de tendência); social (movimentos populares). Nessa concepção estratégica de nivelamento, entendido por **círculos concêntricos**, devem ser estrategicamente coordenados para o avanço revolucionário, com a ruptura institucional como objetivo (ROCHA, 2009). Para a FAU, a coordenação organizativa política específica prevê vários âmbitos de atuação com o princípio da “ação direta a todos os níveis”. O partido político supõe um nível bem preciso de definição e ação. Dessa forma, deve-se diferenciar as organizações de massas (sindicais, comunitários e estudantis) e as organizações de tendência – nível político-social. A organização política atua sempre entre as massas, isso implica um grau de compromisso, pois demanda exigências mais disciplinadas, uma índole delicada e decisão das tarefas, deve-se compreender como uma instância político-social distinta de qualquer tipo de organização de massa (FAU, 1969). Sem essa delimitação perene não é possível pensar na estruturação partidária, nem assumir as responsabilidades referentes a cada nível. A atuação da militância deve seguir na compreensão da racionalização política e na participação dos valores compartilhados internamente. Isto é, uma **coerência entre meios e fins**, de alinhar a defesa ideológica com a prática.

O aprofundamento estratégico da FAU é construído através da inserção nas camadas populares e o compromisso militante. A capilaridade da organização se desenvolve em duas frentes estratégicas: a primeira o Agrupamento de Tendência – uma forma de organização de nível intermediário (político-social) para ampliar a base militante e a áreas de influência; e segundo o braço armado da organização, visando fortalecer o protagonismo popular. A ação armada deve ser preponderante apenas no momento do conflito politicamente orientado. De acordo com Bruno Lima Rocha (2009), a estratégia no partido anarquista segue em dois níveis: a primeira decorre no campo da ação social, o que é próprio de luta de classes e transformação da sociedade. Ao longo prazo, há implicação em adequar o tempo de conflito às condições sociais, e avançar a capacidade de luta armada e os organismos necessários para isso; concomitantemente, é necessário progredir na presença política-ideológica em diferentes níveis sociais. A determinação do primeiro implica no plano de ação do segundo, a ação de guerra (conflito) propriamente dita. A estratégia é todo o marco de manobras, variáveis táticas fundamentais e inflexíveis dentro de um marco temporal determinado. Tendo como base a FAU, Lima Rocha (2009), entende que durante a atividade do braço armado da organização, a relação do aparato armado com a nível político foi fundamental.

Segundo o autor, os traços inflexíveis foram “(...) a preponderância do nível político em relação ao militar e a incidência do político sobre o social e econômico” (ROCHA, 2009, p. 268),

cujo objetivo finalista é o Poder Popular. Em outras palavras, significa a criação de mais dinâmica e amplitude de atuação ao braço armado (com autonomia tática nas operações), mas a atuação armada se encontra condicionada à concepção política da organização que incide sobre os aspectos sociais e econômicos: “O determinante no conflito é a orientação estratégica, ou seja, aquilo que é inflexível; e não de momento (tático). O método se subordina ao objetivo, tanto no nível militar da guerra de classes, como em todos os outros níveis” (ROCHA, 2009, p. 272).

A leitura da importância do “trabalho de massas” apoiava-se na avaliação de que o processo revolucionário não consistia exclusivamente com as “vanguardas” armadas. Além de transcender a concepção estratégica da organização, essa importância, a inserção nos movimentos populares, fornece a formação militante, e dessa forma viabiliza as ações de um aparato armado, pois os anarquistas consideram de extrema importância o apoio ativo dos trabalhadores a este (RUGAI, 2012). Essa inserção tinha uma linha política definida compreendida como sua espinha dorsal, na qual se incluem os movimentos populares de bairro ou comunitários, movimento estudantil e o trabalho sindical: “Para o partido político ser eficaz, e assim, estabelecer uma estrutura organizativa e critérios de trabalhos definidos, é preciso partir-se de próprias vontades, mas também de uma rigorosa análise e da avaliação dos fatos, das situações dentro das quais se atua” (FAU, 1970, p. 1)

Para a transformação da sociedade, no entanto, segundo a FAU, se faz necessário estabelecer uma leitura conjuntural, saber a realidade na qual se está inserido e só com uma **teoria** coerente isso é capaz de acontecer. A teoria, então, serve como uma ferramenta no processo de mudança. Esses conceitos teóricos são articulados no interior do partido revolucionário único capaz de uma transformação coletiva: “(...) pensar con coerencia se requiere un conjunto de conceptos coherentemente articulados entre sí. Se exige un sistema de conceptos, una teoría. Sin teoría se corre el riesgo de pensar casa problema sólo en particular (parte/todo). (FAU, 1972, p.1) É a concepção teórica adotada capaz de incorporar realidade concreta e traduzir a estratégia em fatos. Somente a partir desses critérios analisados, dentro dos valores estratégicos, que se pode adotar diferentes modalidades organizativas, como respostas a variações da situação no plano tático ou como respostas a problemas novos.

A atividade de uma organização política supõe uma previsão do futuro possível dos acontecimentos (...) que incluiu a linha de ação a adotar pela organização diante desses acontecimentos, de maneira a influir sobre os mesmos no sentido mais eficaz e adequado (...) [a estratégia] ela deveria acompanhar o movimento da realidade e poderia ser alterada mediante a análise de uma nova situação: Observe-se que tudo isso não implica modificar os objetivos perseguidos, os fins, nem os princípios ideológicos (FAU, 1970, p, 1)

Caso contrário, perde-se a noção de totalidade, parando na concepção individualista. O **programa** político é o conjunto de análises de forças atuantes no movimento social do partido; esta é a linha política de atuação baseada na concepção teórica adotada. Como teoria é o aspecto no qual se pauta

a atuação da organização, é fundamental uma dinâmica própria, isto é, não se pode transpor uma teoria sem adaptações e/ou críticas. Esta é a noção e compreensão conceitual e científica da conjuntura.

A **ideologia**, por outro lado, consiste em elementos da natureza não científica, as quais ajudam a dinamizar a ação, o motor dos ideais; impulsiona e configura a teoria em suas metas ideais e seu estilo. A concepção ideológica é condicionada por condições objetivas, embora não seja mecanicamente determinada por elas. São elementos complementares; a ideologia se potencializa com a teoria; esta fundamenta a ideologia, mas não são iguais.

Na concepção da FAU, há uma distinção entre os fatos da realidade e compreensão daquela realidade. A diferença entre o ser e o pensamento, entre a realidade tal como é e o conhecimento que sobre ela se pode ter. A realidade, em si, é um processo de desenvolvimento de cursos dos acontecimentos do que se refletir sobre ela (realidade); esta é a concretização da teoria. Isto é, o que acontece não é, necessariamente, o desenvolvimento e/ou concretização da teoria. Assim, a teoria permite outras potências do pensamento do que o curso da realidade. O objetivo do conhecimento científico é a aproximação mais próxima da realidade possível.

A realidade social é um objetivo que está em constante desenvolvimento, a produção científica também se transforma conforme a realidade. A atuação com o fim da mudança social não pode estabelecer um conhecimento/teoria acabado ou numa prática onde não se quer aprofundar na compreensão teórica da realidade social. A produção do conhecimento, portanto, transforma a matéria-prima (percepção superficial da realidade) em um produto (conhecimento rigoroso, científico). Isto é, a realidade é o fenômeno e a teoria é o aprofundamento da essência. O trabalho social precisa se basear na realidade social (FAU, 1972).

É através da prática teórica que se busca a produção desses instrumentos conceituais, cada vez mais precisos e concretos, que conduzem o conhecimento da realidade específica do contexto. Somente com a compreensão teórica adequada, aprofundada, científica, podem desenvolver e concatenar elementos ideológicos que consistem em terrenos adequados para a transformação da dita realidade social com coerência de princípios e eficácia política. A teoria e a prática são elementos que se retroalimentam. A prática política eficaz requer o conhecimento da realidade (teoria), a articulação dela com valores objetivos de transformação (ideologia) e meios políticos concretos para alcançá-la (prática política): “Os três elementos fundem-se numa unidade dialética que constitui um esforço de transformação social que o partido postula” (FAU, 1972, p. 5).

Os anarquistas definem que toda organização que atue politicamente chega a uma concepção estratégico-tática a partir de certos pressupostos (explícitos ou implícitos) que são ideológicos e teóricos. Não pode existir estratégia apolítica, neutra ideologicamente (RUGAI, 2012). Essa definição de valores estratégicos, ideológicos, e de prática política expõe o caráter da organização estava

enquadrado em marcos bem definidos e delimitados. Nesse sentido, a FAU rompe com qualquer noção de espontaneísmo e voluntarismo político.

No período da “ditadura constitucional” foi o momento na qual a FAU conseguiu desenvolver organicamente suas estratégias e táticas, coordenando de maneira mais rigorosa sua atuação seja no “nível de massas” seja no “nível militar”. A ilegalidade e a necessidade de trabalhar de forma clandestina expôs a importância de uma das questões motivadoras do “racha” da organização, a adoção de uma estrutura orgânica, sobretudo, para enfrentar as estruturas autoritárias que se formavam no país. Mesmo com a constante exposição da militância e a vulnerabilidade da clandestinidade foi possível a construção de formas organizativas e inserção na classe trabalhadora:

A organização já vinha trabalhando em “distintos níveis de ação” e seria equivocado supor que existiu um momento de análise antecessor das ações. As práticas precedem o desenvolvimento da análise e da estratégia e, em certa medida, contribuíram para que se teorizasse sobre a experiência. A bagagem histórica do anarquismo bem como o estudo de outros casos e realidades também ajudaram a conceber a análise e a estratégia da FAU (RUGAI, 2012, p. 186).

Dessa forma, a análise na organização é que o Uruguai era um ponto mais vulnerável da cadeia imperialista global, pois não tinha condições de retomar um desenvolvimento capitalista. A burguesia local era incapaz de gerar um modelo de desenvolvimento e de manter certo grau de independência econômica no país. A dependência e o estancamento econômico resultaram nas deteriorações das condições sociais, de modo, que não caberia mais manobras para a burguesia aliviar as demandas populares, como uma nova reforma política, por exemplo. Como o monopólio ideológico liberal sofria um questionamento cada vez mais intenso, esses setores se aliaram a medidas mais restritivas e autoritárias para evitar alguma transformação mais radical, no nível socioeconômico, por exemplo. Outro elemento importante na análise dos anarquistas era a posição geopolítica do país, entregue e cada vez mais imerso no capitalismo monopolista da América Latina, no âmbito econômico, os países vizinhos exerciam zonas de influências:

(...) el Uruguay burguês esta predestinado a la integración com los países vecinos y a la pérdida de su independencia, la única forma viable para que esta independencia, la única forma viable para que esta independencia perdure y sea una realidad, es la superación de la estructura burguesa en nuestro país. (FAU, 1972b, p.6)

A severa crise social, os setores burgueses sem saída e a polarização das lutas no país, legitimam a vigência da ação armada uruguaia (FAU, 1972b), questionando, principalmente, o monopólio da violência, principal instrumento do Estado na época.

O país tinha ainda outra peculiaridade, o processo político-social da “ditadura constitucional”. A restauração da “imagem” democrática uruguaia era característica fundamental a ser retomada pelos setores liberais e reformistas, segundo a organização. Recompôr a liderança nas direções das entidades autônomas com membros liberais, retomar a repatriação das medidas liberais e manter as relações com os Estados Unidos: “desenvolvimento, democracia, conciliação nacional e legalidade”

(FAU, 1969). Já os militares no poder tinham como objetivo fortalecer a superestrutura política oligárquica e seus privilégios (ditadura constitucional), e aperfeiçoar seus mecanismos para assegurar a infraestrutura capitalista. Ambos consistem na manutenção da ordem, restaurar certas estruturas. Dentro dessa normalidade – protestando do parlamento – os opositores de esquerda e direita seriam integrados.

O setor liberal, na análise da FAU, tinha uma concepção de uma política de imobilidade, passividade obediente. As greves, manifestações e protestos devem ser evitados, seguindo a política legalista, na obediência das leis. Este posicionamento ideológico de acato a justiça estatal permite a democracia liberal ser moldada pelas Medidas Prontas de Seguridade (MPS). Nesse sentido, o objetivo do governo uruguaio é integrar os sindicatos (grêmios) nos aparatos estatais, limitando estes apenas para discussões salariais e de questões estritas ao funcionamento dos ofícios. Assim a classe dominante pode conviver com a autonomia de entidades “técnicas”, jornais, periódicos e “partidos” [grifo original] de esquerda que discutam apenas as normas legais. A passividade postulada pelos reformistas “para não agravar as coisas” de acordo com a FAU é uma forma de suicídio ou cumplicidade com a conjuntura. O processo da carestia de vida, o congelamento de salários, desemprego e outros agravamentos político-sociais, tornam a luta inevitável, isto porque significa a própria sobrevivência da população, e a repressão pode ainda ampliar as tensões cada vez mais intensas. Com isso, cabe à organização revolucionária organizar o povo para os enfrentamentos, ajudar a se preparar para as lutas mais amplas e profundas do futuro; esta é uma tarefa cotidiana e difícil destes: “(...) los militantes precisam de un centro politico capaz de respaldar su acción, de hacer sentir la mano solidaria de los compañeros en los momentos en que el combate es mas difícil, combate que muchos sostienen que es imposible librar” (FAU, 1972).

Aliás, segundo a FAU, a repressão é crescente aos revolucionários de maneira específica, pois os setores dominantes comprovam rapidamente que o estreitamento dos marcos legais, com a deterioração dos níveis de vida, canaliza a inevitável rebelião popular para novos problemas de luta. Dessa forma, também, é assimilado cada vez mais o discurso reformista. Historicamente a classe dominante tem como política determinante a repressão à classe de trabalhadores; os latifundiários, banqueiros e grandes empresários, se associam com o imperialismo e todos aqueles que se beneficiam do atraso e retrocesso no país. Não é necessário, para a manutenção da ordem, uma ditadura militar tradicional constituída. A ditadura, seja ela de qualquer caráter, executa o definhamento das rotinas legalistas, eleitoreiras e parlamentares que foram constituídas ao longo do tempo, nas quais as classes dominantes dispõem de maior margem para outorgar concessões ao povo.

Segundo a análise conjuntural dos anarquistas defendem que o Uruguai tinha as condições objetivas para o processo revolucionário, e assim, instituindo uma nova etapa na luta internacional. Mesmo acreditando nas possibilidades de transformações sociais uruguaias, a FAU defende que não

há possibilidade da revolução em apenas um só país. A perspectiva do processo revolucionário era trabalhada com a visão a longo prazo. Dessa forma, consolidar o **objetivo** do partido anarquista, como fora supracitado, sobre a destruição do poder burguês e do Estado capitalista somente aconteceria através do uso da violência. Já que não haverá concessões das classes dominantes, muito menos de pacificamente renunciar o seu poder (FAU, 1972b). Os objetivos com os quais estava vinculada a guerrilha no Uruguai faziam parte de uma luta socialista e antiburguesa. Não se poderia lançar mão de uma forma militar própria para um objetivo democrático ou de independência nacional.

Sobre os setores reformistas e eleitoreiros da esquerda uruguaia, uma parte é atrelada ao setor da burguesia industrial, ou a chamada "burguesia nacional", que incentivam utopias desenvolvimentistas na classe trabalhadora; de outro lado são setores profissionais da política, os quais se mantêm nos cargos por anos, sem qualquer tipo de renovação ou proposição política (FAU, 1969) Para os anarquistas, o reformismo no movimento sindical atua como uma espécie de ala esquerda do liberalismo burguês. O movimento sindical e popular deve se agrupar nos setores afetados pela política reacionária do governo, e o próprio movimento que deve liderar o enfrentamento com ele em nível de massa. O protagonismo popular é um eixo principal na consolidação de Poder Popular, por isso, a preocupação com o fomento da prática política dos setores mais explorados; a prática consiste em “toda atividade que tem por objeto a relação dos explorados e oprimidos com os organismos do poder político, o Estado, o governo e suas distintas expressões” (MECHOSO, 2009, p. 25). Na perspectiva do especificismo, o sujeito revolucionário é fruto desta prática; é através da militância, da composição efetiva nas instâncias organizativas e defesa de valores libertários (como: autogestão, a ação direta, as formas federativas de funcionamento realmente democrático, a solidariedade e o apoio mútuo), que fazem parte do processo formativo dos militantes, e necessitam de formas de organizações para que sejam desenvolvidos esses valores.

A FAU questiona as limitações dos “diálogos” com as classes dominantes e com isso o estabelecimento da luta da classe trabalhadora dentro das regras institucionais. Porém a organização não rechaça a priori a necessidade de “diálogo” com setores patronais e/ou do governo, isso só não pode postergar a luta mais radicalizada. Ao partido, supor que sem a luta, dentro ou não da legalidade burguesa, pode obter conquistas é ignorar a realidade e a potência do movimento sindical. Marca-se aqui, contudo, o ponto de ruptura social através da ação direta, proposta pela FAU, presente em diversos momentos históricos, mas que não foi sempre tratada como uma unanimidade dentro do movimento anarquista. Visto os motivos pelo racha em 1964: o uso da violência e a não participação eleitoral (RUGAI, 2012). Apesar da adoção da ação direta ser um princípio dentro da tradição libertária, a luta armada dentro dos marcos organizativos não possuía muitos exemplos. A concepção de ação direta é fomentar as ações realizadas diretamente pelos trabalhadores em momento de mobilizações: “A esos criterios aludimos cuando hablamos de acción directa. Porque acción directa

en eso: darle prioridad, importancia decisiva a las acciones, a la movilización, a las “medidas de fuerza” (...)” (FAU, 1969, p. 2). Havia a preocupação de balancear o aparelhamento armado com as concepções estratégicas gerais, estabelecendo os critérios de responsabilidade, autodisciplina e disciplina coletiva:

(...) partido, a violência e a luta armada eram necessidades estratégicas, consequências lógicas do caminho adotado, pois, uma organização é realmente revolucionária se se propõe e resolve realmente o problema do poder, e o problema do poder somente se resolve com uma adequada linha de prática da violência (FAU, 1970, p. 2).

O aprofundamento teórico da FAU e as análises críticas das referências reunidas dentro do seu interior, não se pretendiam como uma “inovação” dentro do anarquismo; a organização assumiu toda uma herança de lutas e tradições do movimento libertário uruguaio e internacional, com o processo importante de autocritica de experiências e trouxe atualidade a proposta libertário ao contexto latino-americano, principalmente, a realidade uruguaia.

1.6 Racha e clandestinidade

No início do processo da Revolução Cubana (1959), esta definiu-se, para a FAU e para as mais diversas organizações combativas, como uma esperança firme contra o imperialismo dentro do continente latino-americano. Nesse período, o trabalho estratégico foi a criação de comitês de apoio e atos reivindicativos da Revolução. Conforme o processo se desenvolvia, o consenso em torno desse tema dentro da FAU foi se dissipando e foram criadas divergências. A análise das divergências em relação a Cuba, expõe diferenças internas da organização, mas que não tinham sido anteriormente resolvidos. Eduardo Tristán (2004) expõe que há três momentos importantes para entender o aprofundamento de umas diferenças que levaram a cisão da Federação. A primeira foi a resolução do apoio a Cuba nos 1960 pela organização, apesar da evolução da política castrista, que no momento havia se aproximado significativamente ao povo soviético; a crítica a esta postura esteve motivada, principalmente, por diferenças no seio da FAU em respeito da compreensão e anúncio dessa evolução. O contra-argumento principal dessa visão entendia que ao analisar a FAU como “castrista” ou “fidelista”, perdia-se a visão global da Revolução Cubana, recaindo-se numa leitura personalista, se mostrando críticas sectárias pela falta de hegemonia anarquista no processo revolucionário.

Essa linha argumentativa da FAU, até dado momento, foi fundamentada em 1959, e foi a base teórica de apoio dado e mantido durante toda a década ao processo: a revolução possibilitou conquistas do povo cubano (reforma agrária, desenvolvimento da educação, do saneamento básico, de vida digna ou de higiene). Contudo, não era o ideal revolucionário defendido pela FAU, por se tratar de uma revolução condicionada. O processo cubano estava longe das concepções tradicionais do anarquismo e seu apoio integral não poderia dar-se-á sem a revisão de determinados conceitos políticos.

O segundo momento importante, que é a parte mais crítica do processo revolucionário, reivindica critérios mais tradicionais dentro da história do anarquismo, cujo principal expoente foi Luce Fabbri, a partir dos quais a Revolução Cubana rompia com alguns princípios: da liberdade, pelo partido único e repressão partidária, e a denúncia a evolução castrista, que promovia um capitalismo de Estado e totalitarismo, similar ao processo russo. A linha contrária a essa perspectiva resgata as concepções do terceiro-mundismo, o antiimperialismo e o latinoamericanismo, assim como qualquer defesa da luta revolucionária, nesses termos, estão presentes as contradições inerentes ao imperialismo e a liberdade nacional. Esses elementos seriam mais significativos do que o projeto político em desenvolvimento, não sendo de linha majoritária anarquista ou isenta de problemas. O debate, então, se aprofunda nas divergências fundamentais entre anarquismo e o marxismo em torno da revolução, principalmente, a concepção de partido. Se enfrentava, na visão de uma parte, a crítica do partido revolucionário de vanguarda. Para a linha contrária, ressaltava a defesa de conscientização dos trabalhadores fora do partido de vanguarda. Tema que será retomado pela FAU, na década de 1970, defendendo a importância do partido e da ideologia como respaldo a ação revolucionária.

O terceiro momento do debate da FAU, expõe a tendência majoritária dentro da organização retomando princípios defendidos pelos anarquistas importantes no processo de Cuba, como: a adesão ao princípio de autodeterminação dos povos, a ratificação na luta pelo antiimperialismo e contra qualquer nova forma de oligarquia, a solidariedade com povos marginalizados que iniciem seu processo de libertação e, por fim, compreender a distinção de uma luta socialista ser sinônimo de marxismo.

Os desacordos sobre a Revolução Cubana exploram, no entanto, apenas parte das questões internas das tendências da FAU. Uma oposição estratégica importante também suscitou qual deveria ser a prioridade do partido. Certa parte de militantes acreditavam que a FAU estava priorizando o trabalho no movimento sindical com integração de militantes nas instâncias de organização de trabalhadores. Esta mesma linha, do apoio à Cuba e da questão sindical, também acreditava que a organização, ao analisar o ascenso de repressão no país, deveria iniciar a preparação para o trabalho clandestino. Isto unia-se às demais concepções sobre a forma de organizar e estruturar internamente da Federação e seus organismos de decisões, assim como sobre o apoio aos movimentos armados do continente.

A formação de tendências está intimamente relacionada a diferentes formas de entender o anarquismo. Resgatam divergências presentes desde os primeiros anos de fundação da Federação. A primeira linha defendia uma organização assembleária e mais participativa, que baseasse sua atuação em sessões de plenárias de militantes; a segunda linha, essa formação de prática não era funcional. No cotidiano deveria estabelecer órgãos executivos para o trabalho militante, que significava optar por plenárias deliberativas e que o controle da organização entre congressos ficasse na

responsabilidade de um Conselho Federal: “El papel de éste, sus atributos, el mayor o menor centralismo, eran por tanto el eje de esa polemica, que respondía a dos concepciones organizativas muy distintas” (TRISTÁN, 2004, p. 178).

Outro ponto de discordância era a conduta anarquista ao defender a violência revolucionária contra a violência da dominação do sistema capitalista, implicando em concepções fundantes sobre o que era o anarquismo, de quais formas de luta eram mais importantes, de avaliações e posicionamentos sobre os acontecimentos da conjuntura internacional afetaram a FAU. Os militantes que compunham a linha majoritária defendiam a preparação da organização para uma radicalização das lutas e um enfrentamento com os meios repressivos, pois a agudização da crise econômica no país apontaria esse caminho. Dessa forma, a preparação, nesse sentido, significa a criação de estruturas organizativas adequadas para o trabalho clandestino se fosse preciso. O destacamento de um aparato armado se tornou um choque radical com o outro setor da organização.

Ao setor divergente, a luta armada poderia desencadear um contexto de repressão, ditadura ou elementos de regime autoritário, isto é, o confronto militar seria responsável, de certa forma, do retrocesso no desenvolvimento do anarquismo e afastamento de princípios históricos rumo à liberdade, impedindo a prática educacional e conscientizadora do anarquismo. Das questões ideológicas, partem de certa tradição histórica anarquista, com principal influência do pensador russo Piotr Kropotkin, compreendendo a perspectiva do anarquismo como uma linha evolutiva, que dessa forma, é herdeiro e continuador de todas as formas de pensamento emancipados ao longo da história. Assim, é necessário o combate a qualquer forma de violência, o rechaço por formas de organização apropriada para conjunturas repressivas e ao movimento que utilize da luta armada (RUGAI, 2012). Para o desenvolvimento dessa prática ácrata, a preservação da ordem democrática e legalidade consistem em um terreno fértil para suas atuações. A posição desta ala anarquista a respeito da luta armada se assemelhava muito à posição do PCU, pois buscavam a preservação da ordem democrática como terreno propício para suas atuações. Destaca-se a semelhança das perspectivas com atuações dentro do sistema parlamentar, como o Partido Comunista Uruguaio, para o qual a estabilidade do regime era importante, assim, a luta armada era reprovada (RUGAI, 2012).

O debate sobre o processo revolucionário cubano externamente também foi um expoente importante nos setores de esquerda uruguaia. A FAU e outras organizações revolucionárias no país, ao defender a experiência armada, se contrapuseram com a esquerda reformista e/ou de defesa da via parlamentar, com destaque ao PCU - iniciando o debate sobre a luta armada, do emprego da violência, radicalização dos setores populares. O apoio dos PCs à Cuba, que viera posteriormente, segundo a FAU, foi “de fora para dentro”, expondo sua linha política condicionada às determinações de Moscou, nos acordos do governo cubano com a URSS.

O processo de cisão da FAU começa no final do ano de 1963, e é concretizado em 1964, majoritariamente pelo setor estudantil, e que diziam respeito às seguintes questões:

- Apoio aos movimentos armados de libertação que já tinham começado a atuar na América Latina;
- Centralidade da classe trabalhadora nas atividades da Organização e consequentemente, participação nas tarefas de fundação e integração dos militantes sindicais da FAU nos distintos organismos da Central Sindical CNT (Convenção Nacional de Trabalhadores);
- A adoção de formas organizativas que permitam a FAU levar adiante as atividades públicas e, eventualmente, também as clandestinas que a nova situação política nacional e internacional vão impondo as organizações de intenção revolucionária;
- Uma estratégia militante de acordo com as urgências populares, que contemple reivindicações imediatas no marco de um projeto de mudança. Reivindicação da ação direta em todos os níveis em relação com a tarefa militante cotidiana (FAU, S/d.)

Por essas questões, esses militantes formam a *Acción Libertaria Uruguaya* (ALU) (RUGAI, 2012; ALVES, 2016). Isso iria repercutir anos mais tarde, com a consolidação da ditadura, na qual a causa foi atribuída às organizações revolucionárias de luta armada, que agiriam como provocadores sobre as forças da repressão – no caso o MLN e a própria FAU. O racha interno permitiu a FAU estabelecer critérios mais orgânicos, como: critérios de ingresso, decisões coletivas deveriam ser acatadas por todos, autonomia relativa para secretariados ou comissões. Esses elementos remontam antecedentes históricos dentro da tradição anarquista, assim, não sendo inovadores por parte da Federação; contudo, a FAU ao incorporá-los, expõe uma concepção estratégica orgânica anarquista. Esta unidade interna foi fundamental para a organização ter condições de atuar no movimento social com maior incidência.

O país entra na década de 1960 ainda com instabilidade política, econômica e social; em solo uruguaio se vive com escassez de recursos energéticos, carência tecnológica, crise financeira, pressão internacional, dívida externa, crise previdenciária, descaso com salário, em um quadro de declínio das condições de vida:

Nos anos 60, o esgotamento do modelo de desenvolvimento levou uma crise econômica estrutural e abriu caminho para a crise política. O fracasso do sistema partidário foi decisivo nesse processo. Os partidos tradicionais não conseguiram descobrir um modo de renovar-se ou renovar seu projeto político (LANZARO, 2003, p. 53).

Nas novas eleições uruguaias, é eleito a presidência Oscar Gestido em março do ano de 1967 vindo da carreira militar, no período aposentado, tendo como sua principal promessa a transformação e isenção do atual jogo político. Gestido, seguindo as orientações da cartilha do FMI, iniciou seu governo reprimindo as mobilizações dos trabalhadores. Em dezembro do mesmo ano, o presidente vem a falecer, assumindo seu vice Jorge Pacheco. Ao assumir a presidência, a escalada autoritária é crescente; o primeiro decreto da nova gestão é o decreto de estado de emergência no ano de 1968. Através das adoções de novas *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS) as quais cerceiam liberdades de expressão e criminalizam movimentos políticos. Diversos partidos políticos, dessa forma, são considerados clandestinos: o Partido Socialista, a Federação Anarquista Uruguaiá (FAU), o

Movimento Revolucionário Oriental (MRO), Movimento de Ação Popular Uruguiaia, Movimento de Esquerda Revolucionaria (MIR), e os jornais “Época” e “O Sol”, acusando-lhes de apoio à guerrilha. Esta gestão marca profundamente a história da política uruguiaia, ficando denominada como “Pachecato”, se caracterizando pela violação dos direitos humanos, de uso intensivo de medidas de exceção, aplicação de torturas e prisões de militantes. Importante destacar a substituição de políticos tradicionais por representantes de grupos econômicos, membros do empresariado e o governo se realizando por medidas provisórias:

O uso generalizado e intensivo de medidas de exceção (as Medidas Prontas de Seguridad), que restringiam as liberdades individuais durante, no máximo, 30 dias, foi um dos traços mais marcantes dessa administração; com seu uso constante e ilegal, começou intensa criminalização das manifestações pacíficas de contestação ao regime. Previstas na constituição uruguiaia, tais medidas de exceção já haviam sido utilizadas durante a administração anterior. Entretanto, foi neste governo que houve a banalização do seu uso (PADRÓS, 2012a, p. 28).

Ao decretar o estado de emergência, o “Pachecato” também é referido por “ditadura constitucional”. O termo jurídico é o caráter progressivo do regime totalitário, e tem como função principal salvaguardar a constituição e manter a ordem. Para tal, se faz necessário o cerceamento e a censura da liberdade e dos direitos civis adquiridos; o aumento do aparato repressivo, entre outras ações são maneiras para seguir o ordenamento. Isto é, há um recrudescimento do Estado ao extremo: “[...] o paradigma da ditadura constitucional funciona, sobretudo como uma fase de transição que leva fatalmente à instauração de um regime totalitário” (AGAMBEN, 2004, p. 29).

O processo de clandestinidade da FAU marca uma espécie de segundo momento de divisão dentro da organização. As reflexões teórico-ideológicas realizada nos anos anteriores após o racha são ainda mais aprofundadas, sobretudo, nas concepções estratégicas, táticas e de atuação para resistência e transformação da sociedade uruguiaia na qual a FAU foi submetida. Este momento resulta na perspectiva de um maior enraizamento na luta de massas mesmo na clandestinidade, e devido a conjuntura repressiva, alinharam a necessidade da ação direta armada para defesa da organização, dos militantes e da classe trabalhadora em geral, e como uma perspectiva necessária para transformação social:

(...) não se via como um problema que o trabalho público e clandestino fosse realizado ao mesmo tempo; sustentávamos, também, que a atividade armada e sindical-popular pública deveriam ter organicidade própria, de acordo com sua especificidade, não ser encaradas separadamente, mas dentro de uma mesma organização. A FAU, como uma organização política, deveria compreender em seu seio toda a atividade que fosse necessária para sua estratégia e seu projeto de ruptura (MECHOSO, 2009, p. 8)

Durante a clandestinidade, a FAU, por conta da crescente repressão no país, e depois da consolidação da ditadura uruguiaia, a precisou se articular melhor não só no Uruguai, mas também na Argentina, com o exílio de militantes. Todavia, em 1976 eclode a ditadura militar argentina e termina por reprimir o restante da organização. Há interferência direta da Operação Condor (1968-1989), que

tinha como objetivo desarticular as organizações revolucionárias nos países da América Latina. Este golpe foi determinante para desarticulação sofrida dentro da FAU, só voltando suas atividades em 1986, e perdurando até os dias atuais. Naquela perspectiva clandestina, a concepção estratégica da FAU se estabeleceu com a criação de duas importantes frentes de atuação da organização, no objetivo de fomentar a luta de massas, a *Resistencia Obrera Estudiantil* (ROE) e a *Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales* no objetivo de fomentar a luta de massas. Essas frentes marcam a proposta e consolidam a concepção teórica, política, estratégica e objetiva da organização:

La concepción insurreccional de la destrucción del poder burgués exige el trabajo en los dos niveles: a nivel de masas para crear las condiciones políticas de la insurrección; a nivel armado para crear el aparato armado que, previamente a la insurrección, estructure los cuadros de ésta y sea el elemento de choque, de ruptura del proceso insurreccional (FAU, 1972, p.4).

Para tal, a harmonia entre a ação de massas e a luta armada, a mobilização e ação direta são fundamentais. Nessa concepção estratégica é possível eliminar qualquer subjetivismo animados por pensamentos mecânicos e/ou abstratos de luta. Se diferenciando das organizações guerrilheiras contemporânea do período na América Latina, em que o aparato armado possui independência e autonomia política; aqui, ele é condicionado pelas políticas do partido anarquista:

Esta concepción de la insurrección armada conduce, una vez más, a la conclusión de que la estructuración del partido es la meta fundamental en la etapa de procesamiento de las condiciones para la insurrección y no a la inversa. O sea, que se procesa la acción armada a través de un centro político y no se procesa el centro político a través de la acción armada (FAU, 1972, p.20)

2 ARRIBA LOS QUE LUCHAN: luta de massas e luta armada

“*Mãos anônimas, braços companheiros*”

(Assinatura da OPR-33 em suas primeiras ações)

O capítulo visa compreender a estrutura de atuação nas principais frentes da organização e como se desenvolveu suas ações e se tornaram “cara pública” da FAU em seu período de clandestinidade. A concepção do nível de massas é fundamental e estratégica na linha político-ideológica da organização, de forma que as propostas anarquistas apresentavam como consistia na atuação da militância. É a partir do exercício cotidiano que o processo revolucionário é construído, dessa forma, a prática dentro das instâncias organizativas e dentro dos movimentos populares era necessário. A alta sindicalização da classe trabalhadora do país traz a CNT para o foco principal. Se diferenciar e propor uma mobilização transcendendo o pleito eleitoral se fazia fundamental, e, principalmente, reunir aqueles que não concordavam e/ou estavam descontentes com essa forma, potencializando outras formas de organização, como a *Tendencia Combativa* e a *Resistencia Obrera-Estudantil* (ROE). A ROE, por sua vez, com pretensões de avançar na luta popular, extrapolou o âmbito sindical unindo trabalhadores, com atuações mais localizadas, com organizações comunitárias, sobretudo de bairro e região, e com o setor estudantil. O movimento estudantil que, por sua vez, no contexto internacional no período, destacando o ano de 1968, tomou uma posição de relevância em vários cantos do planeta. No caso uruguaio, a reivindicação pela diminuição do preço da passagem de transportes urbanos e contra a intervenção federal na autonomia universitária foi estopim de mobilização. A extrema repressão à categoria, resultando na morte de 3 estudantes, fez com que o setor estudantil se tornasse uma importante fonte de mobilização, quadros políticos, chegando inclusive a integrar aparatos armados.

A perspectiva da defesa da ação direta popular em todos os níveis concebeu a atuação no nível de massas mais radicalizada e a consolidação de uma instância militar própria da organização política. A *Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales* (OPR-33), o braço armada guerrilheiro da FAU, funciona estrategicamente atrelada à organização, construindo as condições revolucionárias, protegendo e financiando a *Fedaración* no período de maior vulnerabilidade, e servindo de apoio da ação direta ao movimento social. A concepção armada anarquista uruguaia se diferencia das principais organizações guerrilheiras espalhada pelo continente, inspiradas pela experiência de luta cubana. O acúmulo histórico da tradição do movimento anarquista, fez com que a FAU defendesse uma linha armada predominante libertária; se preocupando na formação política ampla internamente e incorporando leituras fundamentais do pensamento anarquista em âmbito militar: como a horizontalidade, disciplina militante e solidariedade.

Essa definição de linha estratégica foi o que orientou a organização no seu período de clandestinidade. A articulação do setor de massas e o setor armado, foi denominada internamente de “*dos patas*”.

2.1 Frente de Massas

A organização propõe suas perspectivas para a luta uruguaia na oposição daquelas teses reformistas que levam a coexistência de classes, isto é, aos setores que sustentam a tese de possibilidade de implementar simultaneamente a via parlamentar e a via sindical e popular. A FAU acredita que esses setores defendem o desarme político e moral do proletariado. A organização reivindica como alternativa necessária a ação direta popular. A estratégia de luta no movimento sindical e popular consiste em três eixos: a solidariedade de classes, a luta mais radicalizada e a composição de uma unidade combativa (FAU, 1969). Os anarquistas estabelecem que unidade sem luta é uma consigna vazia; a luta sem unidade se desenvolve em condições inconvenientes.

Os elementos essenciais nesta unidade são: a segurança do trabalho, a resistência da carestia, a conquista de salários e condições de vida dos mais marginalizados, o direito da organização política e a liberdade. Esses interesses devem ser incorporados de maneira imediata e estar na compreensão daqueles que compõe a unidade combativa. A partir destes pontos se delineia uma política de classe, que ao se desenvolver enfrenta os entraves que se opõem ao domínio das classes dominantes. Esses princípios se traduzem especialmente em apoiar a rebeldia que espontaneamente se manifesta, sem freá-la, nem desviá-la de seu foco. Promover, orientar, organizar, levar a fundo a luta de classes, como dito, servindo de contraponto às correntes que sustentam a coexistência das classes (MECHOSO, S/d).

Paralelamente ao trabalho pela unidade popular na luta, deve-se trabalhar pela unidade política das forças de esquerda na luta. Isto é, essa unidade de esquerda, proposta pelos anarquistas, não deve se centralizar em torno da frente eleitoral. Na concepção anarquista a proposta eleitoreira/parlamentar é uma ação política passiva. Essa ação tem por finalidade o inócuo objetivo, segunda a organização, de conseguir algum cargo e/ou formar uma bancada no parlamento burguês. Em última instância, a atividade parlamentar e seu prelúdio eleitoral absorvem, complementam ou subordinam todas as demais formas de ação político-social (MECHOSO, S/d). O substancial da unidade política da esquerda é a perspectiva internacionalista, respeitando as especificidades de cada região, no objetivo de libertação da classe trabalhadora.

Aos anarquistas, as transformações benéficas ao movimento popular, as liberdades individuais, dos sindicatos e públicas e as conquistas que já existem devem ser defendidas. E sobretudo há de se defender a maneira nas quais foram conquistadas, pela ação direta dos trabalhadores e dos setores avançados na luta de classes. Há de se defender as liberdades e conquistas do povo, aprofundar, ampliar, dar um sentido social, ao contrário do que defendem os progressistas parlamentares. A prova

concreta desta oposição, segundo a organização, é, caso haja um recuo das forças mobilizadoras do povo, esses direitos são imediatamente tirados, por mais bem intencionados que sejam os parlamentares.

A concepção no nível de massas da FAU está atrelada diretamente a estratégia revolucionária defendida pelos uruguaios. O processo de transformação social se baseia em uma perspectiva sem dogmatismo e de amplitude de uma clara ideologia, de uma ideologia socialista e libertária. Esta precisa incorporar as essências de cada nova realização e conquista da classe trabalhadora, expressar em seu programa métodos e uma plataforma em função das condições de espaço e tempo na qual se deve atuar. Isto é, mesmo defendendo desde sua fundação as necessidades do partido revolucionário e uma ideologia basilar na luta dos povos mais marginalizados, a FAU defende o desenvolvimento em si da transformação, incorporando elementos próprios das condições de cada realização para a ação popular; sem importar uma experiência anterior ou apenas moldá-las de acordo com outros parâmetros, distintos do contexto em que se realizaram. A consolidação ideológica se dá em um processo, madura na história e no tempo, se adequa às novas realidades (MECHOSO, S/d). A principal forma de transformação é pela ação direta popular como método para o combate anticapitalista e a construção da sociedade socialista. Os povos são os verdadeiros protagonistas e o combate pelo socialismo e pela liberdade são fases inseparáveis de um único processo da libertação humana que devem ser analisados como um fator histórico.

A concepção estratégica revolucionária deve ser internacionalista, global. O processo revolucionário dentro de solo uruguaio é apenas etapa de uma concepção social maior. Este deve ser livre, não pode admitir falsas separações, nem “teorias complicadas” sobre ser um caso excepcional. Isso é baseado na teoria que a classe dominante se articula internacionalmente, sua desenvoltura estratégica é em escala continental. O imperialismo, o poder estatal, e a burguesia são mais poderosos militarmente, se analisar em curto prazo. Mas ao longo prazo, politicamente, moralmente a maioria é o povo; é sobre essa concepção que se deve basilar a estratégia libertária. A FAU defende o princípio do federalismo como uma tendência progressiva de organização econômica e política socialista. Dessa forma, asseguraria a participação mais ampla possível, desde a sua gênese, de um modo progressivo na participação, organização e gestão da vida econômica, garantindo a mesma participação nas lideranças políticas locais, regionais e nacionais.

As atividades no campo de massas, sindicatos, ou qualquer tipo de instância organizativa popular e a de ação propriamente política (ou partidária) em suas diversas manifestações são complementares umas às outras. Tanto a ação sindical quanto a ação específica partidária, se orientadas por objetivos e métodos revolucionários, excluem o "apolitismo sindical" ou "econômico" e o eleitorismo ou parlamentarismo:

Una orientación correcta en el trabajo sindical significa simplemente llevar los conflictos al nivel que imponen la combatividad de los gremios involucrados y la índole frecuentemente angustiada de los problemas que los motivan. Hay luchas decisivas, en que la gente se juega su trabajo, su libertad, su salario y la posibilidad de cobrarlo. Y ante todas esas realidades acuciantes, la única ‘estrategia’ que admiten algunas corrientes se reduce, de hecho, al rutinario, ineficaz, desmoralizador tamiteo jurídico-oficinesco (MECHOSO, S/d, p. 76)

A ação sindical por si só, por mais bem orientada que seja, não é suficiente. A existência de um movimento político revolucionário organizado é condição decisiva para o avanço das lutas em nosso país. Nesta matéria, os critérios político-organizacionais e a metodologia que informam a atividade dos partidos e movimentos são indicativos da perspectiva estratégica e do tipo de tarefas que encaram como fundamentais e que, portanto, são determinantes na visão da organização (MECHOSO, S/d).

2.1.1 Questão Sindical e Tendência Combativa

Como dito no primeiro capítulo, o Uruguai desenvolve uma especificidade sua importante, da classe trabalhadora ser altamente urbanizada e sindicalizada. Dessa forma, a atuação dentro dos sindicatos [*gremio sindicales*] e na CNT são pilares centrais da organização no que se refere a concepção estratégica e tática da FAU no nível de massa, na qual se detiveram na preocupação de longas análises: “[...] la extensión, con una amplitud sin precedente en la vida del país, de la sindicalización. El sindicalismo dejó de ser un fenómeno exclusivamente obrero, para ser un fenómeno de todos los asalariados” (FAU, s/d, p. 2).

A FAU tinha como concepção teórica da função da luta sindical a organização da classe trabalhadora em sindicatos com objetivo de luta reivindicativa de caráter combativo. Também seria sua função, baseado nisto, promover agitações destinadas a ambientar e difundir os motivos das mobilizações posteriores; paralisações e/ou greves como táticas de conquistas; mobilizações de ruas mais ou menos combativas para comover a opinião pública e galvanizar e unir as próprias fileiras; ação direta como medida de repercussão pública, para radicalizar a própria mobilização: “La función esencial de los sindicatos es decidir acciones gremiales, combativas y duras, que determinan la conquista de la reivindicaciones más sentidas y arraigadas. Al respecto caben algunas puntualizaciones” (FAU, 1969, p. 1). As reivindicações e a própria luta dentro desses setores devem ser de interesse da maioria dos militantes, e não da minoria, isso consistiria em um subjetivismo, o qual deveria ser combatido:

[...] no se puede movilizar a fondo a un gremio por cuestiones que sólo interesan a una minoría de militantes. En esto no valen 'ocurrencias' subjetivistas. Sólo reivindicaciones muy sentidas pueden mover realmente a un gremio” (FAU, 1969, p. 3). “Em esto no valen ‘ocurrencias’ subjetivistas. Sólo reivindicaciones muy sentidas pueden mover realmente a um gremio (FAU, 1969, p. 11).

Os sindicatos são organismos das massas, por isso devem conter uma coordenação estável, funcional e ampla, um aparato de rápido contato e direto entre as bases e os órgãos representativos

da direção. Não se deve colocar a luta verticalizada e nem a conduzir de maneira aos interesses de pequenos setores. Essa estrutura compreende uma defesa da coordenação e formas organizativas sem burocratismo, na qual expressem a real posição dos trabalhadores reunidos nas suas categorias de base, mesmo que presentes as divergências, a pluralidade de vozes é assim garantida. A mobilização sindical deve fazer análises de pautas, enfrentamento e possíveis conquistas dos militantes dentro da categoria. O processo analítico deve se basear em três eixos: a primeira, deve se considerar a conjuntura e o histórico do sindicato, compreendendo o nível de consciência, experiência e acúmulo de luta da categoria, a situação do conjunto do movimento popular; a segunda, a possibilidade de solidariedade externa e interna, avaliar o apoio de outras categorias em torno da pauta de reivindicações, a possibilidade de influência em outros setores populares; a terceira, consiste em avaliar a conjuntura político-social do país: “procediendo de este modo se podrá establecer com claridad el papel del movimiento popular, de masas, en el proceso” (FAU, 1969, p. 1).

Segundo a FAU, o trabalho no nível de massas era um dos níveis imperiosos para se conseguir atingir uma ruptura revolucionária. A este a atuação dos anarquistas deveria coordenar mais amplamente com outros movimentos populares (sindical, estudantil e de bairro). Desde sua formação, a preocupação dos anarquistas visava em trabalhar em dois círculos: o primeiro especificamente político e uma atuação de tipo social. Os militantes da FAU que estiveram profundamente envolvidos na fundação da CNT demonstram o quanto era valorizada a luta de massas pela organização anarquista (RUGAI, 2012). É notada a influência na tradição de luta dos “sindicatos autônomos”, de grande protagonismo e de alta capacidade de mobilização. Essa força do sindicalismo autônomo fez com que esses setores tivessem considerável gravitação no interior da central, funcionando como contrapeso, das linhas comunistas (ALVES, 2016). O histórico de luta autônoma, incorporada internamente pela FAU, foi traduzida na estrutura da própria Confederação. A fim de garantir a autonomia política, de maneira estatutária, a CNT não permitiu a existência de militantes profissionais, posição contra desvios de possíveis ocorrências de deslocar os militantes do cotidiano de sua categoria, pois caso contrário se tornariam gestores do aparelho sindical; também não houve filiação a Centrais Sindicais, garantindo a autonomia; e por fim o veto à ocupação de cargos públicos (tanto executivo e legislativo) por parte de dirigentes da CNT, e nos casos em que isso ocorresse, deveriam optar por um dos cargos (ALVES, 2016).

A perspectiva da organização, desta forma, visava amplificar sua influência na CNT, para se contrapor à influência majoritária da linha reformista, mais especificamente o PCU. O princípio norteador consistia em aglutinar forças para alcançar uma insurreição popular em um dado momento da luta. A extrema importância de possuir uma grande adesão dos trabalhadores organizados na CNT levou os anarquistas a criar uma tendência de orientação combativa. A FAU avaliava que, mesmo

sendo minoritária entre os sindicatos filiados à CNT ou alcançando a maioria das funções de direção, o fundamental seria contar com as frações mais organizadas e combativas dos trabalhadores.

Dessa forma, a organização defende uma compreensão realista dos movimentos populares e sindicais, com o combate a uma idealização das potencialidades sem analisar a realidade. Já a função da militância consiste em impulsionar, fomentar e entre outros criar questões objetivas e concretas para objetificar a luta, assim como estabelecer critérios materiais para a luta, especialmente mobilizações de greves: “Actuar sindicalmente, con perspectiva revolucionara sentido revolucionario, fundidos en las masas, sin deponer el cometido reivindicativo de la acción gremial plantea dificultades, sugiere problemas” (FAU, 1969, pp. 10-11).

Cuando tanto se cuestiona la posibilidad de que el movimiento sindical protagonice y encabece la movilización y la lucha del pueblo em nuestro país, es importante valorar con objetividad y realismo las fuerzas disponibles. Solo procedimiento este modo se podrá establecer con claridad el papel del movimiento popular, de masas, en el proceso (FAU, 1969, p. 14).

Nos espaços sindicais, a tarefa principal a ser realizada é a enfrentar organizacionalmente esse vasto volume de forças reformistas, conservadoras, e entre outras, e estabelecer uma sólida tendência em condições de gravitar em conjunto do movimento de trabalhadores e populares.

A estratégia e tática da organização anarquista compreendia em organizar, sindicato por sindicato, os elementos e frações mais combativas em agrupamentos permanentes, com posições definidas e tarefas próprias. Sem estes agrupamentos reunidos:

“(...) pero firme coordinadas en una sólida tendencia, no tendremos en el movimiento de masas una perspectiva política a escala verdadeiramente nacional. Sigueremos prisionertps del localismo sindical, encarrados en la expectativas salariales particulares, que son correctas, pero que no pueden ser lo único so pena de congelarnos en el nivel de la lucha economica” (FAU, 1969, p. 36)

Deve-se coordenar esses agrupamentos dentro de uma tendência comum, na qual a principal ação é processar sua coesão política, e assim decidir seus métodos de trabalho, sua experiência de trabalho, sua experiência de luta e sua estruturação orgânica. É fundamental, pelas próprias concepções da ideologia anarquista uruguaia, desenvolver medidas que habilitem a aplicação consistente da ação direta nesses agrupamentos. Esta serviria de respaldo e cumprimento das medidas e encaminhamentos sindicais, como promoção e mobilização de protesto nas ruas e ocupações, castigo a traidores e divisionistas, para prolongar as ações e elevar a moral da luta dos movimentos nos períodos de refluxo (FAU, 1969).

A partir disso, o movimento de massas, deveria conceber um aparato armado que, crescendo através de uma sucessão prolongada de ações, convergentes com o movimento de massas, chegue a estar em condições de disputar o poder da burguesia em uma conjuntura favorável. A defesa da ação direta, proposto pela organização, é fundamental para o desenvolvimento da consciência de classe dos mais marginalizados. E aqueles que promovem críticas a essa concepção, menosprezam o processo de acúmulo político, organizativo e militante das ações mais radicalizadas: “Los que así

piensan [ações radicalizadas são ‘aventurismo’], difundiendo paralisantes teorías de retroceso, subestimam la importancia del nivel de conciencia y adquirido” (FAU, 1969, p. 26).

A organização e impulsionamento das lutas interviam justamente nos movimentos e partidos revolucionários que, ao mesmo tempo, protagonizavam o combate com as armas em mão. Contudo, a organização tinha como pressuposto que se faz necessário estabelecer uma inserção consolidada nas instâncias organizativas dos setores populares, isto é, estar no cotidiano do trabalhador e nas suas principais atuações. Estabelecer confiança e referência militante era fundamental, pois deste modo evitaria o isolamento político. Não se exime disto a luta armada.

O surgimento do fator “espontâneo” da militância é um elemento importante para o processo revolucionário. No entanto é necessário canalizar o “espontaneísmo”, fazendo com que o impulso espontâneo flua para a organização, desenvolvendo e alcançando resultados mais eficazes. Deste modo, apesar de sua importância, é necessário aglutinar forças e superar a etapa do espontaneísmo. É central criar um plano de luta que estabeleça objetivos, critérios de trabalho e medidas conjunturas escalonadas, a partir de uma avaliação geral da situação, com uma direção que encabeça e dirija efetivamente as lutas; que determine os fatos no lugar de correr atrás destes (FAU, 1969).

As principais críticas do partido da direção e da linha majoritária da CNT confrontavam uma importante concepção ideológica do anarquismo uruguaio: o reformismo e a transformação da realidade pela via eleitoral, negando a ação direta. A principal influência da Confederação era composta pelo PCU, que adotou posturas problemáticas, como não ampliar o debate e ignorar, rejeitar as questões e propostas da ação direta. Segundo a FAU, isso resultou em divergências de interesses das massas e dos dirigentes. Os anarquistas criticavam esta concepção de sindicalismo, como uma prática conciliatória, o rebaixamento sistemático dos métodos, na condenação constante, por setores do movimento sindical, de qualquer expressão de radicalização nos métodos de luta. O reformismo está aliado à falta de planos nas táticas de ação, para além do processo eleitoral. Isto implica na falta de uma estrutura sindical adequada, da mesma forma na falta de quadros intermediários suficientes enraizados na base. E, na verdade, constituía uma prática de um sindicalismo vingativo, desvinculado dos aspectos programáticos (FAU, 1973). Contudo, a preocupação da FAU é discutir e dialogar com as massas, e não, especificamente a direção, pois segundo eles: “[...] es dilucidar quien organiza y dirige prácticamente las luchas y no quien tiene la mayoría a la hora de los congresos” (FAU, 1969, p. 4). Isto é, quem dirige de fato as lutas e não apenas as estruturas.

Os anarquistas consideravam irreal qualquer possibilidade de resistência nos marcos da legalidade, num momento em que o regime tendia somente a endurecer. A postura dos anarquistas é o rechaço da concepção de transformação da sociedade por via eleitoral e/ou parlamentar. Contudo, o foco da FAU não é sobre o voto em si, seja abstenção ou voto nulo/branco é a via eleitoral que é problemática. De modo que a importância é o que se faz, com quem e como: “No creemos que el

tema esencial sea em definitiva votar o no votar. Lo definitorio no es la actitud en um domingo asilado (...) lo que difene es lo qué se haga, y como se lo haga y para qué se lo haga, todos lo días que preceden y todos los días que sieguen a ese domingo folklórico” (MECHOSO, S/d, p. 31),

La campanã electoral es la forma a través de cual los presoneros de la oliarquia retoman contacto con las masas, intentan recuperar su influencia sobre ellas. (...) Devidir al pueblo em torno a vacías banderías, en una puja electoral prácticamente inconducente, evitando que en la lucha (...) En la acción, la gente se agrupa por motivos concretos (...) Combatir toda tendencia a subordinar la acción del movimiento sindical y popular a intereses y perspectivas electoralistas. Hoy, mañana y siempre lo único verdadero, lo que puede decidir, es la movilización organizada y lucha” (FAU, 1969, pp. 20-21).

A única maneira de transformação social é a luta combativa dos movimentos populares e a consolidação do “poder popular”, na oposição do poder estatal: “A única coisa possível e realista é consolidar, unir nutrir sindicatos fortes, combinado sua luta com as mil e uma formas de ação, adequadas a cada situação, dos demais organismos de ‘poder popular’” (MECHOSO, S/d, p. 49 – apud RUGAI, 2012, p. 173). A luta no interior do movimento sindical, com o protagonismo da classe trabalhadora, é de suma importância na organização do movimento popular, para desenvolver consciência de sua força e a necessidade de criar as condições políticas, organizacionais e técnicas de luta pelo poder popular, pois sem essas condições, nenhum programa revolucionário popular se tornará realidade:

De la gravitación de la clase obrera y sus sectores más combativos en el proceso de resistencia iniciado, depende el signo social de la salida política a esta situación. Del peso de la clase obrera y sus sectores más combativos depende que de esta de resistencia avancemos hacia el poder popular. Sólo el papel protagónico del pueblo impedirá que esta lucha culmine con una salida ente bambalinas (...) (FAU, 1973, p. 52).

Outra atividade importante é a publicação das *Cartas de FAU*, um boletim semanal que abordava os acontecimentos da época e expunha a estratégia da organização. A publicação das Cartas se manteve ininterrupta durante o período de clandestinidade do partido. Dessa forma, a organização consegue driblar o crescente quadro social em deterioração e o enfrentamento das repressões políticas, a organização na clandestinidade e aspectos restritivos provocados pelo endurecimento do governo nesse período, a posição dos anarquistas é a mais direta possível. O conteúdo dos boletins envolvia desde análises conjunturais, informes nacionais e internacionais, elementos de ordem teórica na compreensão de formação social do país, orientações sobre de segurança para os militantes.

Eram informações que convinham à organização divulgar, contudo, havia uma preocupação constante, resultando em orientações sobre a segurança de sua distribuição. Havia uma prerrogativa de possíveis delatores em potencial querendo se infiltrar no partido, por isso era necessário cuidado. Se orientava à militância, também, em preservar a quantidade de informações possíveis de serem utilizadas para a identificação do militante, como a anotações de diferentes tipos (endereços, telefones, nomes) materiais de propaganda e documentos diversos em que se poderiam ser identificados.

Sugeriram que se mantivesse apenas o essencial, devidamente escondido e com uma pessoa de confiança que pudesse recolhê-los emergencialmente em determinadas ocasiões.

As trocas das Cartas possibilitaram, também, coleta informações sobre o aparato repressivo e militantes presos contando suas experiências, torturas vividas, denunciando as situações cometidas dentro dos presídios. As Cartas publicavam com certa regularidade informações de agentes de inteligência e membros da embaixada estadunidense identificados, além de estimular os leitores a socializar esses dados:

A QUALQUER UM NÃO

Escolha entre seus companheiros. Percebe quem está realmente interessado, quem pode dar utilidade ao que se propõe aqui. A esse companheiro entregue a Carta. E não se limite a isso. Discuta-a com ele. Se das conversações surgem acordo com a linha sustentada, veja a maneira de colocá-la em prática. De nada valem os acordos verbais ou as adesões mais ou menos teóricas. De compromisso, é disso que se trata. E se há disposição séria, há sempre uma tarefa para se realizar [...] (FAU, 1970, p. 1970 apud RUGAI, 2012, p. 215).

Era exigido um considerável esforço do conjunto da militância, para além de sua elaboração, na divulgação dos documentos, como a garantia de recursos para impressão, distribuição de máxima circulação – orientação permanente e expressa da organização: “*haga circular esta carta*”, “*Lea ésta carta pásela despues*”, “*Cuando los consiga hágales pegar la vuelta. La misma vuelta que dieron estas hojas para poder llegar a sus manos*” (FAU, 1970). Isto posto, a importância política das *Cartas da FAU* invariavelmente transcendia seu conteúdo, visto a viabilidade de uma disciplina militante rigorosa dentro dos marcos da clandestinidade. A FAU obteve relativo sucesso em suas atividades e conseguiu o que para muitas organizações parecia impossível: “[...] nesse período, a Organização tem um importante crescimento” (RUGAI, 2012, p.214).

A FAU, mesmo como um partido de quadros consolidado, e com a atuação direta da militância nos movimentos populares, sentiu a necessidade de ter um círculo intermediário, uma forma de articulação que potencializasse a linha política da organização no nível de massas, evitando o isolamento político. Esse “círculo” surgiu como a *Tendencia Combativa*, agrupando nas lutas sindicais a militância vinculada às organizações, partidos e/ou frações mais à esquerda e que compusessem um bloco de oposição a CNT. O objetivo era organizar um campo do movimento sindical mais combativo e radicalizado (ALVES, 2016). A iniciativa vinha concomitante às novas medidas de Jorge Pacheco Areco, que mudaram os rumos da política e ampliaram a dinâmica de repressão aos movimentos sociais. Nesse sentido, a *Tendencia Combativa*, constituiu-se enquanto um espaço como um vetor expressivo de defesa da classe trabalhadora de maneira mais ampla, o setor mais combativo potencializava uma resistência unificada ao processo de corrosão salarial e, no final das contas, à política econômica que estava sendo implementada.

Através da sua frente sindical, em 1966, a organização fez uma convocatória de uma reunião para viabilizar essa instância. A proposta tinha como objetivo a construção de um espaço de um

encontro, e a reunião iria analisar o contexto do movimento sindical, após as eleições sindicais, o que resultou no avanço organizativo e predominância de uma política reformista nestes:

Estimado compañero.

[...] Todos sabemos que ese año, prácticamente la CNT no pudo aplicar su Plan de Lucha. Todos sabemos los motivos.

El reformismo constitucionalista, expresión de un reformismo general. La utilización de la acción gremial para la cosa electoralista. La poca disposición para encarar cualquier movilización que vaya cuestionando seriamente al régimen capitalista y sus soportes. Los elementos reformistas y electoralistas que actúan desde muchas direcciones sindicales han actuado de esa manera. A la vez que desde la reacción se ataca a los sindicatos, desde el reformismo se conspira – de hecho - contra su unidad para la lucha. Convencidos de la necesidad de impulsar desde cada uno de nuestros puestos de trabajo, la UNIDAD para la LUCHA, luego de intercambiar ideas en el Frente Sindical de F.A.U., y con compañeros de militancia gremial independiente, el Secretariado de nuestra Organización, ha entendido útil propiciar la realización de una reunión de un núcleo de compañeros de militancia independiente y afiliados a la F.A.U., quienes en su actuación, en distintos niveles, dentro de diversas organizaciones gremiales, han evidenciado acuerdos sobre aspectos importantes de la lucha sindical. (MECHOSO, S/d, p. 280)

A convergência da *Tendencia Combativa* se delimitava a uma linha de ação com critérios para o movimento sindical e o acúmulo de forças a partir de um progressivo avanço de lutas coordenadas, vislumbrando transcendê-las a lutas políticas. Sua heterogeneidade não permitia aprofundar em uma orientação política de fundo, as várias vertentes compondo a *Tendencia* divergiam rigorosamente em torno dos enfoques estratégicos a respeito da caracterização do movimento sindical e da esquerda uruguaia.

A FAU tinha militância na *Tendencia* que funcionava em uma espécie de várias listas em diversos sindicatos e militantes independentes em diferentes grupos. No meio estudantil, alguns militantes nos centros acadêmicos e estudantes secundaristas, sendo a principal influência no Magistério, onde continham a maioria dos militantes. Segundo o militante e autor do livro “*Acción Directa*” (S/d), Juan Carlos Mechoso: “os graus de acordo eram interessantes, mas insuficientes”. O trabalho militante neste novo âmbito objetivava orientar e reorientar as condições já pré-existentes.

Esses limites impostos pela própria concepção da *Tendencia Combativa*, ou seja, limitar-se ao movimento sindical, ter acordos políticos limitados, entre outros, fez a organização voltar a avaliar a necessidade de uma instância intermediária, a político-social. Essa determinação de uma articulação política mais ampla, no sentido de transcender os limites da *Tendencia*, se convergiram com a imposição de clandestinidade da organização. Dessa forma, no final de 1967, a FAU criou um organismo de massas para atuar do nível de massas. De tipo político, com grau de compromisso, amplitude e responsabilidade maiores do que a *Tendencia*, ainda que esses dois organismos tenham atuados juntos. A *Tendencia Combativa* atuando na CNT, catalisando em torno de si o movimento de contestação à linha majoritária na central sindical. Ao mesmo tempo uma instância de expressão

política pública, uma articulação de massa, para além do plano sindical, e uma coordenação capaz de aglutinar em se seio diversas organizações de esquerda de tom mais radical:

[...] Esto fue motivo de fraternales discusiones en varias oportunidades. Nos parecía que la línea que aplicaba lo que llamábamos reformismo en lo sindical (como en lo político) no era casual y que en consecuencia se seguiría aplicando sistemáticamente. A partir de las premisas que establecía tenía su coherencia. Nosotros teníamos que procesar una misma coherencia a partir de nuestras premisas. Había un enfoque distinto con Héctor en esta problemática. Este enfoque distinto, además, era compartido por otros militantes sindicales. Esto fue un factor para que la Tendencia en lo orgánico tuviera ese carácter laxo y para que más adelante impulsáramos la R.O.E. (FAU, 1970, p. 3)

2.1.2 Agrupamento de tendência e *Resistencia Obrera-Estudantil* (ROE)

De acordo com a perspectiva dos anarquistas, à medida que as lutas se ampliam e aprofundam são criadas condições para reivindicar as pautas concretas, específicas de cada grêmio (sindicatos), e também ao enfrentamento a nível geral da política do governo. A luta reivindicativa é a forma mais eficaz de criação de consciência política; as ações reivindicativas vão evidenciando, para todos, a necessidade de luta global dos trabalhadores contra uma política reacionária que é global e coerente. Para tal, é preciso de prática política, não só permanecer apenas no trabalho teórico e/ou propagandístico. É fundamental a ação (FAU, 1969). A organização dos movimentos populares tem como objetivo estabilizar e coordenar a luta em locais de trabalho, setores e bairros em núcleo de combate, que serão fundamentais para enfrentar o recrudescimento do Estado. De forma específica o combate ao espontaneísmo e do localismo são feitos, impedindo que possam articular uma coordenação mais profunda:

(...) cuando mayor sea la participación de masa en ella, tanto mas rápido será el crecimiento de la conciencia política del pueblo. Contribuir al desarrollo de estas a partir de la experiencia viva de las masas, compartiendo y alentando la lucha, es la tarea hacia la que, con tenacidad y constancia, debemos orientar nuestros esfuerzos. (FAU, 1969)

A ação de aspecto nacional com estas agrupações era de atuar nos movimentos de massas como um “pequeno motor” (FAU, 1969), buscando dar perspectivas políticas que avançam aos limites dos próprios movimentos. Esta concepção só será possível com um **trabalho de base**, para elevar a consciência política dos trabalhadores com feitos concretos.

A construção de movimentos populares fortes se desenvolve em um eixo fundamental da análise estratégica da FAU para o processo revolucionário, na qual a resistência deve se aprofundar passando pelo caminho da consolidação da tendência rebelde no movimento popular. Dar continuidade e extensão é imprescindível para seu bom desenvolvimento, e, portanto, essa alternativa de luta precisa de um trabalho tenaz e sólido, uma vez que a repressão visa mais as vertentes radicalizadas:

Para nosotros la resistencia que hay que profundizar, pasa por el camino de la consolidación de la tendencia rebelde em el movimiento popular. Dar la continuidad

y extensión es imprescindible para su buen desarrollo. Hoy, la represión, a concentrarse sobre los extremistas, pretende que a nivel del movimiento de masas, el enfrentamiento se reduzca a una competencia política entre reformistas y amarillo. La alternativa de combate por la muchos ya han optado, precisa, para consolidarse, de un trabajo tenaz y sostenido (FAU, 1969)

O objetivo estratégico dessa coordenação tem como objetivo a unificação da classe trabalhadora, fomentando a propaganda, estabelecendo conexões dos movimentos de massas com princípios ideológicos de transformação social e formando quadros de militantes:

El centro político [objetivo] que unifique y de perspectiva general a la lucha. En medio de la propaganda, de la acción directa popular, de la lucha ideológica, del análisis y la difusión de otras experiencias, éste se irá fortaleciendo (...) ira forjándose una visión de conjunto que integre y depure los aportes de cada sector.
(...) Capacitado para afirmar y coordinar las luchas que ya se están dando, sino que deberá ser capaz de tomar la iniciativa para desarrollar otras tareas. Y atender la formación de los cuadros, promover a los compañeros ya integrados, se constituye en una tarea central (FAU, 1969).

A concepção do agrupamento de tendência tinha como objetivo a mobilização dentro dos grêmios tomando uma amplitude cada vez maior; para a atuação nesses espaços é necessária uma coordenação adequada capaz de combinar esses esforços que permanecem dispersos. O desenvolvimento dessa tarefa é fundamental, mas não única para a organização revolucionária – porém ainda assim deve ser considerada como prioridade. Esta coordenação deve conter um plano de luta que preveja, impulse e canalize as distintas mobilizações em torno dos pontos centrais/de maior gravidade com os pontos de reivindicações dos setores populares. Um plano que permita a luta de rua, unidos com os outros sindicatos de luta de maneira fortalecedora, capaz de ser menos vulnerável frente à repressão:

Una coordinación que permita disponer de medios mas amplios de propaganda para romper el bloqueo de información impuesto por los medios de publicidad en manos de las clases dominantes. Que habilite posibilidades más amplias de acción directa popular (FAU, 1969).

Portanto a inserção dentro das classes populares, segundo a FAU, necessita de uma articulação mais orgânica e capaz de fomentar a luta mais radicalizada dentro dos movimentos populares uruguaios, sendo neste sentido que surge o agrupamento de tendência, a ROE - *Resistencia Obrera-Estudantil*, fundada em 1968. A existência das tendências abriu novos caminhos a uma nova polarização política no país:

En muchos gremios se estructuraron agrupaciones en las que, militantes de diferentes extracciones ideológicas confluyeron en una misma línea de combate y dureza frente al gobierno. La vida de esas agrupaciones abrió camino a una nueva polarización política. (FAU, 1969)

A ROE é um agrupamento de tendência, uma instância intermediária do nível de massas com o nível político, o nível político-social, composto por militantes que não necessariamente sejam anarquistas, conjuntamente à militantes da FAU. Sua composição visava estabelecer princípios táticos, metodológicos no estilo de militância. No entanto, sem formalizar os acordos ideológicos; isto é, a militância desta nova organização não precisaria necessariamente ser anarquista. Assim, essa

proposta visa aglutinar militantes ativos dentro do movimento social, mas que não queiram adentrar a organização partidária; contudo, mantendo como princípio orientador o protagonismo das massas.

A ROE tem sua participação dentro dos sindicatos e com atuação importante no setor comunitário, unindo operários de diversos setores, como estudantes secundaristas, de magistério, e universitários. Na concepção política da FAU, no nível de massas, não basta uma única opinião favorável, dessa forma, se faz necessária a implementação de uma corrente organizativa e de luta. Assim, é imprescindível, em cada movimento, agrupamentos que unam militantes dispostos a defender uma linha combativa (FAU, 1969). Como supracitado, o surgimento e concepção do agrupamento de tendência é um ponto importante para se entender a atuação da FAU:

Na medida em que uma agrupação deste tipo traduz um nível de definição maior que a organização sindical (que é para todos) deve ter, inclusive para o plano reivindicativo, um enfoque próprio. Sua função é de animar a luta no marco do sindicato, e, portanto, sua proposta própria como grupo deve ir mais além das reivindicações da organização sindical (FAU, 1970, p.5).

Segundo os anarquistas, constituir um instrumento de desenvolvimento da luta requer uma organização com estruturas estáveis, com métodos e critérios de atuação e objetivos específicos, estabelecendo uma leitura clara ao movimento em qual se atua. Somente dessa maneira pode ser capaz de se consolidar e de influir o local no qual estão inseridos; isto reflete no próprio desenvolvimento da organização. Um dos elementos fulcrais do agrupamento de tendência é não ter o sectarismo como norte e não ter uma militância autocentrada no crescimento de número de militantes. O processo de crescimento da tendência dar-se-á de forma natural, o ponto fundamental é o reconhecimento político e, assim por consequência a confiança da militância virá, inclusive para adentrar suas fileiras. Mostra-se importante diferenciar das organizações que militam apenas com o objetivo de aumentar seus quadros, para a tendência a posição de direção não interessa.

A concepção da ROE tinha uma intenção revolucionária na sua prática do cotidiano, fora de qualquer prática reformista dentro dos mecanismos de reprodução do sistema, e deve ter uma disposição e atitude de luta constante, com a perspectiva que a luta necessita ser contra o sistema de opressão e genocida dos povos:

Es nuestra ROE. La de la resistencia de los oprimidos y explotados, la que expresa en su nivel, articulándose con los otros, su intención revolucionaria. La que expresa a las clases y categorías sociales oprimidas: clase trabajadora, estudiantes, campesinos, indígenas, negros, luchas feministas, ecológicas, contra toda forma de discriminación y contra esta estructura y todo su tejido relacional sistémico que es quien constituye todo es mundo injusto, infame, indignante, oprobioso y asesino que debe ser destruido (FAU, 1972c)

Na atuação nos movimentos de maneira mais direta, a função da tendência é refletir e extrapolar as reivindicações dos setores populares. Isto é, as reivindicações, por exemplo as salariais, são as pautas urgentes, imediatas, cabendo a tendência mostrar que essas questões estão entrelaçadas a uma luta contra a ideologia dominante, segundo uma nova concepção de sociedade. O agrupamento de

tendência é definido através de seus posicionamentos e questões políticas que a diferenciam claramente dentro do conjunto dos sindicatos, organizações populares, dando o seu perfil. Consiste em erro na tentativa de transformar a tendência em pequenos sindicatos gerando sectarismos e, assim, não cumprindo sua função. Por outro lado, este nível de definição, nos agrupamentos, deve também ser suficientemente amplo para não ser totalmente identificado com grupos especificamente políticos; ter uma determinada definição política não significa desconsiderar os problemas de reivindicações. É preciso ter sempre objetivos concretos para o trabalho do grupo. E esses objetivos, na medida do possível, devem incluir as demandas do que é necessário promover dentro da organização sindical.

Nessas condições a FAU construiu uma organização que respondia pelo nível de massas, depois de uma decisão orgânica que previamente realizou avaliações estratégicas, por iniciativa de militantes anarquistas “[...] distintos grupos operários e estudantis darão vida à ROE (*Resistencia Obrero-Estudantil*) que atuará como frente externa e de “massas” da proscriota da FAU (MECHOSO, S/d, p. 120 apud RUGAI, 2012, p. 221). A ROE criou-se, por um lado, como uma organização que podia atuar publicamente e de certa forma “driblar” a ilegalidade e, por outro, os anarquistas conseguiram aglutinar em torno de si um amplo leque de forças políticas de caráter combativo que se encontravam dispersas. Embora a ROE não fosse uma organização de quadros como a FAU, o trabalho no “nível de massas” deveria buscar o máximo de organização coletiva, evitando o “espontaneísmo” e, com isso, o isolamento na repressão.

A composição da ROE consistia em agrupar aqueles militantes, dentro da *Tendencia*, que queriam ir além na luta, como certa coerência e um projeto de luta, convocando-os para um projeto mais profundo, mais regular e de combate diário. A situação de clandestinidade levou a FAU precisar de uma “cara pública”, exercendo o potencial alinhamento da organização no nível operário-popular. Apesar disso, o agrupamento de tendência não incidia nem substituir nem reproduzir a organização de nível político. Nem se poderia pensar a ROE como uma correia de transmissão da FAU, pois deveria formalizar um organismo mais amplo, mesmo assim com uma estratégia de ruptura (MECHOSO, S/d, p. 97). A junção dos trabalhadores com o setor estudantil, dentro do organismo proposto, uniria a interação dos elementos: disciplina, imaginação, solidez, dinamismo e realismo. No que toca os estudantes se travam de “produzir” militantes mais “centrados”, que tem o contato com o mundo real das fábricas e com os problemas concretos que enfrentava o cotidiano operário. Enquanto o movimento operário em sua relação com o estudantil, sendo um setor que necessita de maior mobilização e mais dinamismo, que tem maior regularidade pela condição laboral e pressão no ambiente, pode desenvolver estas características com os jovens estudantes (ALVES, 2016). Na ROE atuam militantes da FAU com diferente grau de responsabilidade na direção dos sindicatos. Os estudantes são fortes fundamentalmente no Instituto de Magistério, entre os estudantes de ensino

secundário, mas débeis na universidade, onde só estão presentes em Faculdades (FAU, 1996, p. 52. apud RUGAI, 2012, p. 221).

O movimento estudantil, no contexto ascendente de lutas do período, teve um destaque importante de protagonismo nas mobilizações. No embate perene de todo o movimento popular, diferentes vertentes são confrontadas diretamente - o setor reformista e o setor mais radicalizado. Para a FAU, não basta ser a favor da transformação socialista, a adoção de uma determinada metodologia de análise história ou aplicação de um rótulo, para definir a posição revolucionária. É necessário se despir de dogmas e/ou esquemas automáticos de outros processos de luta; trata-se de efetivos lutadores a favor da mudança, implica ter um pensamento crítico, permitindo o âmbito de livre pensamento e críticas ao dirigente ou da posição partidária (ou seja, garantindo autonomia da militância). Deve implicar a valorização todas as experiências de combate dos povos e aportes teóricos do socialismo, levar ao estudo sério e do método da realidade na qual se vive e atuar com consciência. O processo de trabalho militante cotidiano leva ao desenvolvimento da consciência da prática militante, e o movimento estudantil, nesse sentido, mostra sua validade, oportunidades e fundamentos de constante formação política, de quadros e experiências (FAU, 1969).

A estratégia fulcral da proposta revolucionária da Federação era concatenada em vários níveis de luta, assim o combate ideológico, o nível propagandístico, o plano militar estão articulados na mudança de estruturas que deve ser travada simultaneamente em todos esses níveis; esta é a concepção de ação direta em todos os níveis. A ROE não atua exclusivamente num só âmbito, tendo, portanto, uma tarefa muito importante no projeto anarquista uruguaio:

(...) y esta tarea debe librarla a fondo sabiendo que ese nivel es complementario, que no puede sustituir los otros niveles como tampoco la Resistencia ser sustituida en el nivel en que actúa. Y la definición que ella tiene es la que es necesaria para ese nivel. De ahí que en la Resistencia caben compañeros de diversas procedencias ideológicas, en la medida en que estén de acuerdo con el programa por el cual luchar y con el método a aplicar. Y no basta sólo el programa ni basta lo que se dice, sino lo que se hace. Uno decía: "Hay que mirar más que la boca las manos". Y de eso se trata (MECHOSO, S/d, p. 347).

A organização necessitava de atuação no âmbito público e ao mesmo tempo certa beligerância. Um âmbito que expressa linhas fundamentais com maior ressonância. A *Resistencia* composta de operários e estudantes, convocava dois setores fundamentais nesse momento, dinâmicos na luta por reivindicações e transformações. A ação direta no nível popular permite forjar consciência nos militantes, acúmulos de força social. A mobilização popular mais radicalizada expõe as contradições sociais no seio das classes dominantes, um elemento essencial para a transformação da sociedade. O agrupamento se forma como um nível intermediário como finalidade de trabalhar para criar as condições revolucionária, isto implica brigar por objetivos concretos no meio da luta por um programa basilar; implica em um instrumento imediato, objetivo, com reivindicações concretas pela ação popular. A premissa de quanto mais firme e dura a tendência for, maior a abrangência da

concepção revolucionária:(...) su concepción de fondo, las prácticas de acción directa que marca que, su ser de herramienta de lucha de los abajos tiene plena vigencia hoy como ayer. Sólo los hechos, las prácticas, la orientación de cambio implícita dirá donde está, donde reside hoy (FAU, 1972c).

A militância anarquista estava mais inserida, através da ROE, e a FAU ampliou sua penetração social, gerando mais influência: “O peso da Organização no movimento operário e popular cresceu de importância. Marca uma linha de trabalho combativo e questionador do sistema. (FAU, 1996, p. 52 apud RUGAI, 2012, p. 222). Dessa forma, a existência da ROE conseguiu inclusive potencializar a atuação sindical da *Tendencia Combativa*. Ambas as instâncias atuaram concomitantemente de forma a constituir um círculo mais amplo: a *Tendencia* esteve composta principalmente por militantes sindicais socialistas, democrata-cristãos (até o ano de 1971), da *Resistencia Obrero-Estudantil* (ROE), do *Movimiento 26 de Marzo*, maoístas do *Grupos de Acción Unificadora* (GAU) e independentes. A ROE em particular chegou a ter uma considerável influência no plano sindical e estudantil¹⁷ (F.F.A.A., 1977, p.298). Esta luta de tendências adquiriu ao final aos anos sessenta um novo impulso, ao constituir-se uma corrente radical e crítica em relação ao que, na avaliação anarquista, era uma estratégia imediatista e moderada, imposta pela maioria comunista:

La ROE nació para ser un aporte, inserta en el medio obrero-popular, a un proceso de cambio, para dar lucha al sistema antipueblo, para estar presente en todas las peleas de los de abajo reafirmando un vía de emancipación, para ir produciendo un pueblo fuerte capaz de poder popular (...) una concepción revolucionaria animaba su accionar de todos los días, rechazaba los parlamentarismo y los electoralismo (FAU, 1972c)

A compreensão da atuação do nível de massas ser mais abrangente é delimitar qual é o inimigo a ser estabelecido pelo movimento revolucionário. O propulsor deve ser o ódio contra o inimigo de classe. A solidariedade deve ser ampla aos companheiros de luta e aos trabalhadores. A mobilização e o confronto de classe é o fato da criação de consciência. Isto é, a consciência é gestada pela atuação prática, na batalha, que é fundamento imprescindível, e o desenvolvimento ideológico vem a partir dela (MECHOSO, S/d). A luta no nível de massas consiste em partir de quais políticas são as corretas, qual avança e qual retrocede, qual ajuda o inimigo e qual a revolução. Contudo, simultaneamente o confronto contra o inimigo principal, com a luta em todos os níveis contra o inimigo de classe, é necessário dar a batalha ideológica contra o reformismo que atua dentro do movimento de massas.

2.2 Frente Armada

A ilegalidade imposta à organização pela crescente repressão das forças repressivas fez a FAU desenvolver organicamente suas estratégias e táticas de maneira mais rígidas, seja no nível de massas com a criação da ROE e atuação na CNT, supracitado; seja com a consolidação do nível militar. A prática armada da Federação abarca dois aspectos importantes: a proteção e ação revolucionária, e

¹⁷ F.F.A.A. Surgimiento de la ROE. In: F.F.A.A (Org.). La Subversión. Montevideú. RUGAI, 2012, p. 223

processo de luta fora do pleito eleitoral. Uma das facetas da prática política na clandestinidade, cuja harmonia com nível de massas era fulcral, era a necessidade de proteção orgânica e criar condições de ações mais radicalizadas para dar subsídios a frente combativa. A luta armada defendida, contudo, trata de uma concepção de guerrilha do partido anarquista que se constituía em um contraponto ao foquismo¹⁸, a principal concepção político-militar do continente:

Afirmamos recientemente que la reducción de las posibilidades de realizar concesiones por parte del gobierno dentro del marco de las actuales estructuras, lo conducirán a la adopción de una política represiva con carácter más o menos permanente (...) Tomar todas las medidas que permitan, (...) que el sindicato desarrolle sus tareas, (...) imponga la libertad de los presos. Y con la ocupación de lugares de trabajo (...) obligue al gobierno a retroceder. Así, con menos diálogo y más Lucha enfrentaremos las medidas de seguridad (MECHOSO, 2009, p. 84)

Vale destacar que antes da fundação do braço armada da organização, algumas ações armadas já tinham sido realizadas por militantes da FAU, com a participação na experiência *El Coordinador*¹⁹. Essa experiência trouxe valiosos conhecimentos práticos e reafirmou uma posição política já adotada anteriormente.

A guerra de guerrilhas com motivações sociais adquire momentos com conotações nacionais, inclusive entendendo como um ponto importante para expandir a esfera ideológica de ação da revolução: “La guerra de guerrilha a partir de motivaciones sociales efetivamente en determinado momento adquiere connotaciones. Una insurrección socialista, o por lo menos orientada a cambio radicales, será también sin duda una insurrección con finales nacionales.” [grifo original] (FAU, EL COPEY, 197b, p 7). O movimento autenticamente revolucionário deve se estabelecer como tal desde o início. A institucionalidade liberal-democrática que seja justificável como objetivo da luta a estrutura burguesa deve ser denunciada e combatida no plano ideológico. Essa diferenciação [socialista e nacional x liberal-democrática] é fulcral, pois isso se reflete em diferentes formas de poder popular e uma crítica sistemática dos níveis jurídico-políticos do Estado burguês e da ideologia dominante (FAU, EL COPEY, 1970a).

Qualquer tipo de estrutura social, política e econômica pode ser deformada e modificada com armas, no sentido de que quem as empunham voluntariamente desejam fazê-lo. Assim, a atividade política torna-se para o foquismo uma decisão subjetiva de um grupo operacional e não um resultado de um processo global. Essa perspectiva é facialmente assimilada pela ideologia pequeno-burguesa, com a intelectualidade e a militância descolada (como força social) das demandas populares. Há uma linha tênue quando o comportamento corresponde aos interesses da classe trabalhadora ou

¹⁸ A concepção foquista será abordada com maior profundidade nesse trabalho adiante.

¹⁹ A experiência do *EL Coordinador* (1962-1965) atuava como uma frente única e assim agregava os grupos mais radicalizados, do sindical ao estudantil, da esquerda uruguaia, grupos esses que tinham algumas características específicas: pouca hierarquia, flexibilidade de organização e mobilização. Promoviam apoio e fomento a luta de massas em ações radicalizadas e envolvendo a utilização de armas, assim como investia na necessária autodefesa do movimento popular contra grupos fascistas e a repressão política.

preocupações em somente romper a hierarquia social. O espírito revolucionário não pode ser determinado pela presença de uma burguesia que bloqueia suas expectativas de “avanço social” quando há uma formação social estagnada. Por isso, para a FAU, a luta armada necessita ser ideologicamente orientada.

Com a definição do objetivo estratégico, a destruição do Estado burguês e do capitalismo com o uso da violência, referidos no início deste capítulo, a FAU aprofundou e definiu como estratégia principal de atuação a construção da luta armada urbana, sobretudo na capital Montevideú. As especificidades do território do Uruguai foram determinantes para isso. Devido às atividades produtivas de pecuária, o despovoamento do campo, plano e sem vegetação diferenciada, impedia uma ação mais articulada nesta região, com baixa expressividade de movimentos populares do campesinato e/ou sem-terra, e sem conhecimento profundo do território:

(...) revolução uruguaia se concentraria inevitavelmente num cenário urbano e que os sujeitos sociais protagonistas seriam basicamente da cidade – trabalhadores urbanos e estudantes – a FAU entendeu que a revolução uruguaia passaria por uma ruptura revolucionária na capital em certo momento (RUGAI, 2012, p.189).

Baseada nessas discussões, a organização entende que o desenlace do processo revolucionário uruguaio se trataria de uma insurreição popular urbana culminando no movimento de massas radicalizado, auxiliado por um aparato armado já desenvolvido. Para a FAU a insurreição tem que respeitar três condições: disponibilidade de um aparato armado clandestino previamente organizado e experiente; o apoio das massas ou setores das massas suficientemente importantes para garantir o ato insurrecional ativo no processo; trabalho político prévio que permita a desmoralização ou desintegração o mais amplo possível do aparato armado (EL COPEY, 1972b) A análise do contexto é fundamental para evitar o uso de violência que causem um isolamento:

Ese posible que sea útil reafirmar aquí algo que tanto quieren ignorar. La adopción de un punto de vista de intención revolucionaria (o sea, la admisión de que finalmente sólo por la lucha violenta puede operarse el derrocamiento final del sistema) condiciona TODA la política de un movimiento e su proceso, sus objetivos inmediatos, sus métodos de organización y lucha. No es solamente para una etapa final que llegaría no se sabe como ni porqué como caída del cielo. No hay lógica capaz de convertir una política reformista en un desenlace revolucionario (FAU, 1972c)

2.2.1 Guerrilha Urbana

A proposta de guerrilha urbana, para a FAU, é definitiva para a transformação social. As formas específicas de ações armadas pela prática da guerrilha urbana são insuficientes se elas são pretendidas apenas para alcançar uma “vitória”, ou seja, a destruição do aparato armado repressivo. A guerra de guerrilhas deve propor avanços estratégicos, para além da resistência popular. Qualquer confronto de guerra requer uma metodologia que tenha o requisito de uma politização de quadros e a inserção de um trabalho político eficaz no nível de massas para que as mudanças e transformações sejam assimiladas e compreendidas corretamente. O trabalho político central é acionar seu aparato

armado fortalecendo o protagonismo popular, os setores marginalizados em suas instâncias de base, suas entidades. Assim, numa estratégia a longo prazo, a organização implica em avançar na luta armada adequando-se às condições sociais, possibilidades de atuação e organismos para sua construção, e difundir e ampliar os pressupostos políticos-ideológicos por trás da ação em armas.

A FAU concebia a luta armada como um aspecto fundamental da prática política de um partido clandestino, como supracitado, que também atua em base a uma estratégia harmônica e global com o nível de massas. O confronto armado proposto pelos anarquistas perpassa pela orientação do partido revolucionário, isso consiste, junto com a atuação no nível de massas, na condução do processo implicando na adoção da linha estratégica revolucionária desde o início:

La creación de un partido de una práctica pública vinculada a la actividad del aparato armado, supone definiciones ideológicas, supone tarde o temprano la adopción de posiciones teóricas. Supone, en suma, por supuesto todo lo que supone una práctica política pública. Y ésta es incompatible, como tal, con la concepción ideológico político, que es lo que habilita la posibilidad de empalmar la práctica armada con la ideología predominante. (FAU, EL COPEY, 1972b, p. 14)

Como parte da elaboração de uma política interna os anarquistas desenvolveram as “modalidades de violência”, detalhando suas diferentes formas e definindo as mais apropriadas para o momento, de maneira gradativa promovendo diferentes graus de responsabilidade e do uso da violência. O primeiro momento é da ação direta de solidariedade e apoio a conflitos dos movimentos populares; o segundo, são as operações de finalidade propagandística, obtenção de recursos financeiros e de infraestrutura; o terceiro, operações com especificidade militar, já visando o campo técnico-militar, no intuito de desgastes materiais e psicológicos, contra alvos ou forças inimigas, impondo-lhes derrotas parciais; o quarto, operações militares de grande porte, determinadas à destruição parcial ou total do aparato repressivo inimigo, etapa na perspectiva de eliminação, mais ou menos, imediata do poder burguês (RUGAI, 2012). A transição de uma forma para outra varia conforme as condições são estabelecidas, podendo progredir de maneira lenta ou mais rápida; por um processo ‘natural’, digamos, de crescimento, de incremento de forças (FAU, 1970c). Esta definição das modalidades de ação a exercer diante das especificidades das conjunturas foi importante para impedir possíveis derrotas precipitadas, evitando golpes repressivos contra a organização sem estar preparada. Desviar-se dos confrontos nos primeiros momentos eram essenciais, tanto nas ações diretas como nas operações de comando, pois a finalidade era criar condições favoráveis para a ação armada propriamente militar, que impõe derrotas parciais ou totais dos inimigos. Ocupações transitórias, captura de armamento, expropriações, por exemplo, são momentos nos quais se evita o confronto com as forças inimigas.

2.2.2 Organización Popular Revolucionaria (OPR-33)

A FAU constituiu seu braço armado em 1968, a *Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales, OPR-33*²⁰. Sua função era atuar paralelamente com as atividades de massa, desempenhando funções de ação direta (sabotagens, expropriação, sequestros, entre outros) e apoio armado e solidariedade em mobilizações populares, como greves e ocupações. Com o braço armado dando subsídio aos movimentos populares durante o período repressivo, segundo a organização desempenharia papel necessário de romper o isolamento e o silenciamento da insatisfação popular. A ação direta, nesse sentido, traria novas perspectivas e possíveis trajetórias:

Quando a estratégia inimiga consiste em tentar nos afogar num mar de silêncio e ‘indiferença’ oficial, quando não com a repressão brutal, as mobilizações dos trabalhadores, estas somente podem emergir como algo importante, até a superfície da ‘consideração pública’, através do emprego de meios contundentes (FAU, 1970d, p. 1).

A proteção e defesa da organização na atuação durante o período da clandestinidade eram fundamentais. A segurança dos militantes e da organização eram preocupações constantes nas deliberações táticas, estratégicas e no próprio conceito de luta armada. Até em suas ações, apenas depois de algum tempo a OPR-33 publicizava seus feitos, com o objetivo de não evidenciar sua existência e despistar a repressão. Como dito acima, as primeiras etapas de estruturação da luta armada, sobretudo as expropriações, tinham o objetivo de contingenciar o armamento, e para tanto evitar o confronto contra as forças inimigas era fundamental para a continuidade das ações (RUGAI, 2012). A primeira ação divulgada pela OPR -33 foi o roubo da bandeira do processo de independência do país. A bandeira dos “33 Orientales”, é um símbolo importante para as lutas populares uruguaias, justamente por ter uma carga de identificação popular e combativa²¹.

Operou como uma comissão de trabalho, específica, dedicada, mas comendo junto às outras dentro da organização necessárias para uma atividade política. Essa articulação orgânica da frente armada com a organização envolvia as ações em uma perspectiva estratégica, isto é, a OPR-33, possuía autonomia apenas nas táticas operacionais (FAU, S/d.), pois todas as questões político-sociais seriam tratadas por instâncias organizativas superiores, tendo que respeitar a estratégia da organização: (...) Assim quem decidia [as próximas operações e posições] eram a organização política

²⁰ “*Treinta y Tres Orientales*” foi o movimento de libertação do território de Cisplatina, hoje o Uruguai, do Império do Brasil, em 1825. A luta pela independência do território promoveu reformas de forte cunho social, as campanhas promovidas por Jose Gervasio Artigas Arnal, liderou a fase revolucionária do processo. Artigas é considerado o grande líder independentista, mesmo não tendo concluído o objetivo, o inspirado a *orientalidad* uruguia. Este processo tem grande carga popular, principalmente, no momento “ditatorial” constitucional vivido no período, havia uma disputada ideológica sobre o conceito de nacionalidade e patriotismo. Como um posicionamento político e homenagem, AOPR inclui em seu nome os *33 Orientales*.

²¹ O lema da bandeira é: “¡libertad o u muerte!” Essa ação causou ira dos militares, que durante a ditadura militar (1973-1986), prenderam os militantes da FAU e torturaram para revelar o paradeiro do estandarte. A bandeira até hoje está em posse da organização, segundo os militantes, em um lugar seguro.

(MECHOSO, 2017)²². As ações seriam políticas e coletivas, e não individuais: “Sólo un verdadero partido político com inserción de masas y con acción pública, es capaz de asumir a nivel de masas las responsabilidades inherentes a su vinculación con una práctica militar” (EL COPEY, 1972b, p. 13). Dentro da tradição histórica do anarquismo, o uso da violência acontecera diversas vezes, contudo, muitas vezes com ações individuais, isoladas e/ou de maneira pontuais. Essas experiências foram importantes, e, segundo a FAU, justificáveis, do ponto de visto ético, como resposta contra a arbitrariedade e brutalidades evidentes das classes dominantes. Porém, do ponto de vista político, negativos porque não integraram uma perspectiva coletiva. A organização compreendia que a eficácia da violência revolucionária só seria através de uma ação política coletiva, dentro de uma perspectiva estratégica de atuação (FAU, 1970).

Para Mechoso (2017), as experiências anteriores dentro da tradição anarquista e a própria trajetória de alguns militantes, como outros grupos políticos que desenvolveram ações de luta armada no Uruguai anteriores e no surgimento da FAU, a Guerra Civil Espanhola, e exemplos de Buenaventura Durruti, as movimentações populares no início do século XX, foram trazidos para o interior da organização, formando e criando um imaginário e leituras sobre a luta armada dentro do partido, que desde seu início já tem essa cultura de defesa da ação direta. Segundo o militante, o braço armado foi até os limites das condições objetivas dadas naquela realidade. O recrudescimento da repressão, o impulso imperialista e o neoliberalismo se expandiram fortemente em todo o continente, sendo impossível continuar as operações armadas²³, pois, diversos companheiros já tinham sido presos, torturados, ou se encontravam em caráter clandestino.

A guerra de guerrilhas requer uma grande infraestrutura (esconderijos, equipes, aparelhos) com altos custos financeiros; esta questão aumenta exponencialmente conforme o grupo armado se desenvolve:

(...)en la ciudad la guerrilla crea su territorio que es, además, territorio sólo para el repliegue. El ganar territorio entonces no surge de la operatividad sino al contrario a que la creación de infra es algo cuaitativamente distinto a la operatividad militar. Todo esto que puede parecer ocioso aputna sin embargo a un tema importante que es el problema de la relación infra-operatividad que es, me parece, uno de los problemas centrales de la guerrilla urbana. (MECHOSO, S/d, p. 223)

O braço armado precisaria equilibrar a quantidade de militantes armados, nesse sentido, para não reduzir a mobilidade do grupo, gerando um gargalo das ações. Além de lenta, a organização ficaria mais exposta a repressão. Por isso, a FAU estabeleceu que a OPR-33 deveria ser um grupo coeso, com a quantidade suficiente de militantes para as ações, e com isso o agrupamento foi formado pôr

²² MECHOSO, Juan Carlos., 2017, Montevideú. Entrevista concedida à autora.

²³ A OPR manteve suas atividades operativas até 1976, ano que marca a desarticulação da FAU pelas forças repressivas. Trataremos melhor essa trajetória no capítulo 3.

em torno de 60 militantes, com variações em seus maiores momentos, algumas ações tendo chegado à participação de 100 militantes:

En primer término el desarrollo cuantitativo de los efectivos aparece bastante claramente como inversamente proporcional, digamos, al grado de seguridad de un aparato armado urbano que, por definición, siempre está en presencia del enemigo y expuesto en condiciones de dispersión a la acción represiva. Pensamos que una de las razones determinantes del rápido colapso sufrido por el M.L.N. radica justamente en haber desbordado los límites compatibles con la seguridad en cuanto al desarrollo cuantitativo de sus efectivos (FAU, 1972, p. 2)

Já quanto ao financiamento, a FAU buscou evitar que a OPR consumisse todos os recursos da organização, de modo no qual os militantes sustentassem os grandes custos empregados. Para tal, foi adotada justamente o caminho oposto, seria o braço armado, nas suas ações, responsável por financiar a organização, seja para o especificamente político, seja nos apoios aos movimentos populares.

Ao longo do desenvolvimento do aparato armado e o crescimento da ROE, frente que ocorreram de maneira concomitantemente, houve a necessidade de uma reestruturação interna para estabelecer critérios de segurança e prosseguir com relações orgânicas com o conjunto da militância (ALVES, 2016). A OPR, assim, constituía quatro unidades, sendo três operativas (“a 10”, “a 12” e “a 8”) e uma de informação (“a 14”). Para coordenar a unidade reuniam-se no que chamavam de “Liga”, com o responsável pela unidade e os responsáveis de cada equipe. Havia também uma outra unidade que não participava diretamente das operações, de apoio médico e psicológico: “A FAU tinha quadros entre trabalhadores da saúde, muito deles vinculados à cobertura de Chola [aparato armado da organização], mantendo o funcionamento de uma clínica compartimentada, com uma equipe de médicos e enfermeiros de plantão em dias operativos” (ALVES, 2016, p.139). Cada unidade com três equipes, sendo composta por 5 militantes; essas equipes eram entre si compartimentadas, com exceção de um militante fixo para cada equipe. Os delegados de cada unidade, mais um militante de um Fomento, isto é, um militante que não compunha o aparato armado, formavam a “Aguilar”, que só tinha autonomia tática para colocar em prática as decisões tomadas pela Liga (MECHOSO, 2009). No nível de massas, reuniam os delegados de diferentes localidades de atuação da FAU, formando a “Alejandra”, reunindo delegados de distintos espaços de atuação da organização, compondo a direção do trabalho de massas. A constituição da frente armada seguiu um critério bastante rígido; manter a coesão, segurança, e uma razoabilidade de formação política, questões elencadas como essenciais na composição do grupo. Não houve uma espécie de recrutamento, postura presente nos exércitos regulares oficiais e revolucionários de perspectiva marxista, o militante deveria demonstrar interesse em integrá-lo. O perfil social da maioria dos militantes era do “setor operário” da organização, evidenciando o caráter mais maduro do aparato, sendo formado pelo setor com mais tempo de formação política, marcada pelo racha.

As atividades de Chola (OPR-33) tiveram, ao longo do tempo, encarregados estabelecidos coletivamente, mas não a concepção de chefe, mandantes e/ou a visão mais hierárquica de dirigente. A discussão sobre a formação de responsabilidade, principalmente, por estabelecer delegados por certo tempo pelas tarefas deliberadas coletivamente eram uma preocupação constante. Era preciso definir a diferença entre disciplina do militante e uma certa cultura “(...) ocidental, cristiana y capitalista” (MECHOSO, S/d, p. 212) baseada na exaltação do ego, que atravancaria a organização, e precisava ser combativa. Algumas práticas cotidianas foram estabelecidas a fim de desenvolver o caráter da militância. Fichas de autoavaliações das equipes e autocríticas foram criadas, com os critérios de solidariedade, fraternidade, modéstia e capacidade. A autocrítica não poderia ser algo vazio, tornando-se uma prática constante e comum da organização, para combater atitudes e ideias que desviassem da perspectiva ideológica defendida na teoria: “ser autoritário, arbitrario, inmodesto, insolidario no eran cosas que pasaban desapercibadas y menos toleradas en silencio” (MECHOSO, S/d, 212). Esses conceitos e práticas, afirma Mechoso, que foram responsáveis para uma concepção libertária de luta armada, como um conjunto de ideias que se pensava que podiam dar um caráter diferenciado a este de trabalho. O norteador da ação militante era arraigado internamente por uma ideologia, e se priorizava a formação de companheiros no espectro mais amplo possível (MECHOSO, S/d).

Dessa forma, segundo os anarquistas, foi necessário desenvolver cultura libertária armada de maneira própria em relação com o acúmulo histórico e de experiências anteriores. Uma importação de modelos não era bem-visto pela organização. Os desvios, defeitos, incongruência eram corrigidos com autodisciplina e companheirismo, na confiança no companheiro de luta, e mesmo com as limitações do período, a organização procurou encontrar estas soluções: “De ahí emanaban estas preocupaciones de no producir soldados sino compañeros revolucionarios” (MECHOSO, S/d, pp. 212-213). Resumindo, era fulcral a necessidade de criar-se uma atividade militar libertária, rechaçando o mito que para tal é essencial o autoritarismo e hierarquias militares.

A preocupação com o estudo e a formulação de indagações de cunho político-militares deu lugar a experiência desenvolvida pela organização, a *Escuelita*. A proposta de uma escola de quadros da militância localizada no aparelho militar tinha como pressupostos expandir conhecimentos práticos e teóricos militares, também como assimilar elementos vinculados à formação ideológica da militância, com temáticas psicológicas, filosóficas, históricas, pedagógicas, entre outros aspectos. Este processo, de desenvolvimento político, foi concebido para ter grande amplitude interna, tanto quanto possível, especialmente no âmbito militar, “dado que a tarefa militar incorria inevitavelmente na possibilidade de acarretar desvios de ordem militarista e uma cultura de mando e obediência na organização” (ALVES, 2016, 117). A *Escuelita* deu uma objetividade maior na análise da formação do sujeito ético militante, dos valores e subjetividades que o acompanhavam. As trocas de

conhecimento se davam pelos próprios militantes, em sua maioria, professores, e contou também com a contribuição de militantes psicólogos que trouxeram essas perspectivas de amparo e o aporte da psicanálise para abordagem desses problemas que porventura seriam desenvolvidos nas ações diretas e confronto com as forças repressivas (MECHOSO, S/d, pp. 178-179)²⁴. Apesar de demandar um esforço grande, pelo aumento da repressão e depender de locais seguros para as reuniões, havia uma preocupação com o bom funcionamento de *La Escuelita*: “Una de las cuestiones que estimuló La Escuelita fue que buscáramos la lectura por la libre, por la iniciativa de cada uno. (...) en el caso de la escuelita se habría un abanico. En todo sistema de enseñanza siempre va a ver una relación, una base de transferencia de conocimientos” (MECHOSO, S/d, pp. 214-215).

2.2.3 Abraham Guillén

Abraham Guillén (1913 – 1993) veterano da Guerra Civil Espanhola, membro da CNT e FAI durante a ditadura franquista, se exilou na América Latina, onde desenvolveu suas principais contribuições à guerrilha urbana, principalmente, no Uruguai e Argentina. Nas suas reflexões, pode-se perceber a influência tanto das tradições anarquistas quanto marxistas; sua contribuição teórica é fundamental para a compreensão da luta armada de um espectro libertária. Em solo uruguaio, influenciou e contribuiu diretamente para a guerra de guerrilhas local, sendo referenciado pelas duas maiores organizações do país, MLN-T e a FAU, mais especificamente, a OPR-33. Abraham Guillén militante histórico espanhol esteve presente em Cuba no “*X Congreso Nacional de Confederación de los Trabajadores de Cuba Revolucionaria*” (1959); e segundo os relatos de militantes da FAU, ele participou de formações internas nas quais o tema da luta armada era debatido e a organização consolidava sua posição sobre esta questão (SILVA, 2018). O teórico espanhol se inclinava para adoção de uma estratégia de luta armada urbana, “cujo eixo reflexivo, originava-se das esquerdas na Guerra Civil Espanhola” (SILVA, 2018, p.183).

Para Abraham Guillén, enquanto a sociedade for a história da luta de classes, só a violência derrubará classes e regimes, sem a possibilidade dialética de “coexistência pacífica” entre classes, nações e civilizações diferentes: “violência – como Marx e Engles colocou – é uma parte da história” (GUILLÉN, 1965, p. 58). A guerra será não só inevitável, como necessária; só a revolução socialista em escala mundial, mediante a guerra revolucionária, triunfará finalmente a paz perpetua: “La colaboración de clases, o coexistência pacífica, es resignación em la esclavitud, imobilismo em política, todo lo contrario a la dialéctica marxista”. (GUILLÉN, 1965, p. 60).

É preciso criar uma teoria revolucionária que envolve as necessidades de liberdade do povo trabalhador com uma política de massas de tática e estratégia eficaz, vantajosamente, contra as forças

²⁴ in: Arriba los que luchan! Sindicalismo Revolucionário e Luta Armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973 (ALVES, Daniel, 2016)

repressivas do estado burguês. A guerra revolucionária consiste nessa tática e estratégia; sua prática reside em uma frente de liberdade das classes oprimidas contra as oligarquias latifundiárias, ruralistas e o imperialismo econômico. Para Guillén, na “*Teoría de la Violencia*” (1975), os confrontos bélicos ao longo da história vão se transformando, com destaque para o advento da bomba atômica; por sua amplitude gigante e possibilidade de destruição em massa. No entanto, a capacidade de dispersão e mobilidade em território seja nacional quanto continental se mantém como um contra-ataque importante. Quando a guerrilha utiliza seu território ao seu favor, por exemplo, em regiões montanhosas, pode enfraquecer até as armas mais poderosas, como a bomba atômica, que custa caro, ainda mais para usar sem ter certeza de onde, não valendo o custo.

A chave da guerra revolucionária é implantar – antes ou paralelamente a luta – uma organização clandestina em todo o território nacional com base em níveis: região, província, distrito e localidade. Se espalhar entre a região (bairros, povoados, vizinhanças) com suas tropas e materiais de guerra, para assumir o controle das populações, estabelecer redes para mobilizar tropas para as regiões montanhosas, criar circuitos de informações, suprimentos e contatos, apoiar atos de propaganda armada para cobrir greves e atos políticos na retaguarda inimigas, monitorar suspeitos, garantir confidentes ou estimular neutros para o campo revolucionário. A organização territorial é o principal meio estratégico, pois através dela a guerrilha na etapa inicial permite concentrar ou desconcentrar o inimigo, surpreender o adversário, aplicar corretamente o princípio da economia de forças, manter uma segurança eficiente, ter a liberdade das suas forças e não se deixar abater com as dificuldades do confronto. Nessa forma de organização territorial, no campo inimigo, as bases guerrilheiras se organizam, as milícias clandestinas e as autoridades inimigas locais são neutralizadas, criando um poder popular paralelo, formando uma zona revolucionária. Aqui temos um elemento central em suas reflexões: o poder popular deve se concretizar em uma política favorável à guerrilha (GUILLÉN, 1975).

O teórico dialoga com a estratégia militar do *foquismo* e em especial um dos principais princípios de Che Guevara, o qual afirma que não se deve esperar todas as condições subjetivas para a criação de um processo revolucionário, pois as próprias ações insurreccionais são capazes de criá-las (GUEVARA, 1980). Segundo Guillén esse pressuposto se faz verdadeiro desde que a população do local envolvido esteja mobilizada. A teoria do foco para ter êxito precisa estabelecer uma estratégia objetiva; ainda que o comando armado seja composto por uma minoria, se unidos em pensamento e ação, isto é um programa de libertação, com a população mobilizada, através da propaganda insurreccional é capaz de derrubar tiranias ou transformar uma crise em uma vitoriosa saída: “Sin la ayuda de la poblacion urbana, una guerrilla de calles no tiene ninguna posibilidad de exito sobre un poderoso ejercito represivo” (GUILLÉN, 1975, p. 29).

Na concepção foquista, a repressão na conjuntura impunha a urgência da criação de focos guerrilheiros, não se limitando pelo avanço da formação política aprofundada, como a constituição do partido e/ou programa revolucionário já prontos, pois essas discussões poderiam ser criadas ao longo do processo: “Situar a guerrilha sob dependência estratégica e tática de um partido que não transforma radicalmente a sua organização normal em tempo de paz, ou situar a guerrilha como ramificação da ação do Partido, traz como consequência uma série de erros militares mortais” (DEBRAY, 1977, p. 50). Para o teórico espanhol esse princípio é um grave erro, pois sem o objetivo político a repressão atua de maneira mais detida contra as organizações; sendo assim, a desarticulação destas se torna mais eficaz e provável:

“(…) quanto melhor seja um programa político de libertação mais fácil é ganhar uma guerra contra o imperialismo de fora ou o depósito de dentro. A maior parte dos movimentos guerrilheiros da América Latina tem sido derrotados por imitar Fidel Marxista-Leninista e não Fidel guerrilheiro que teve como programa a democracia. A luta contra a ditadura e a corrupção” (GUILLÉN, 1975, p.8)

Guillén compreende que foram as pautas locais – as necessidades cubanas – nacionais contra a ditadura de Batista, a defesa da liberdade e contra a corrupção que deu simpatia e apoio ao movimento e não o aspecto “Marxista-leninista” do processo. Acreditar que a ação política vem do poderio armado ignora que toda a ação guerrilheira precisa conquistar a população para triunfar e combater um exército regular, o que é fundamental para a luta armada se alastrar. De ponto de vista estratégico e militar, Guillén analisa que os golpes militares, o comando das forças militares regulares são os generais e coronéis, membros do exército que não lidam cotidianamente com armamento; e não os sargentos e suboficiais, em tese, aqueles que estão armados. São generais que pensam em fins políticos (GUILLÉN, 1975).

A guerrilha sozinha não consegue enfrentar um exército contrarrevolucionário regular, e é preciso a noção do espaço como uma categoria estratégica (GUILLÉN, 1975), para passar da fase elementar da guerra revolucionária. A relação dos grupos armados revolucionários, como supracitado, com a população deve ser intrínseca, a mobilização popular deve ser basilar para a ação de qualquer guerrilha e/ou exército revolucionário. Caso essa interação seja subjugada, a função desse grupo revolucionário se iguala a outros movimentos reformistas, que não proponham de fato uma ruptura com o sistema vigente:

Pretender una revolución sin movilizar la lucha de clases por medio de los sindicatos, las organizaciones de masas, sin dar la guerrilla cobertura armada a la población reprimida y explotada, es querer llegar al poder con un criterio “putchista” más de “golpe de Estado” que de revolución social, para establecer la dictadura de una burocracia en nombre del socialismo. Todo lo que no sea movilizar a la población por sus propias reivindicaciones e intereses, cuando está abandonada por los sindicatos reformistas y los partido seudoizquierdistas, cuando nada hacen éstos revolucionariamente para salir de una crisis económica y social o de una dictadura odiada, es caer en política guerrilleras propias de pequeños burgueses que sienten poco por las masas porque nunca han experimenta la explotación del trabajo asalariado (GUILLÉN, 1975, p. 31).

Neste sentido, o foquismo, nas experiências dentro da América Latina, se caracterizou por membros da pequena-burguesia, sem vinculação ao trabalho de fábrica ou de campo; a “patologia do poder”, segundo Guillén, deve ser controlada, pois quando há o poder sem a experiência concreta da classe trabalhadora, cria-se um partido que exclui todo o povo, constituindo em “nova classe”, mais difícil de desalojar do poder que a burguesia. Essa classe se apresenta como uma espécie de encarnação do proletariado por meio do Estado totalitário e partido único sem ter trabalhadores em suas fileiras, e desta maneira, para o teórico espanhol, o foquismo pequeno-burguês pode ser um novo stalinismo (GUILLÉN, 1975).

O fenômeno cubano é, quase, único; por isso toda a revolução tem que ser inventada, a fim de que não tenha limitações em sua política internacional e em sua política nacional, em suas estratégicas táticas. O foquismo guerrilheiro é, segundo Guillén, um voluntarismo militar que toma o desejo subjetivo pela realidade objetiva, fazendo da ação um mito milagroso. Qualquer movimento guerrilheiro e/ou revolucionário não pode desconsiderar ou subestimar as condições econômicas políticas, sociais, internacionais, demográficas, psicológicas e conjunturais para desencadear a ação guerrilheira sem estabelecer os objetivos políticos, sem que seja subordinado o âmbito militar ao político. A missão inicial da guerrilha consiste em desmontar dentro das massas populares o sindicalismo aburguesado e dos partidos de esquerdas com prática contrarrevolucionária. O foco guerrilheiro por outro lado, sobretudo no caso cubano, foi para o enfrentamento da ditadura, entendida como governo tirânico. Vale destacar a experiência de Abraham Guillén na Guerra Civil Espanhola (com golpe de estado fascista) e/ou grandes crises:

Em momento de grandes crises econômica e social [na democracia parlamentar] com desemprego, aumento na carestia de vida – são todas as condições objetivas e subjetivas de agir com uma faísca, tornando-se um braço armado do povo (...) enquanto o sindicato institucionalizado negociar acordo salariais, sem nenhuma aspiração revolucionária, os guerrilheiros urbanos podem com ações armadas aprofundadas a luta até que as burocracias sindicais sejam deslocadas dos sindicatos, tomando seus lugares líderes relacionados à ação revolucionária” (GUILLÉN, 1975, p. 32).

Na análise de Guillén sobre a guerrilha dos Tupamaros este refletia a necessidade de uma unidade de ação de pensamento e ação de libertação; por isso a falta de um programa estratégico é um problema central do fim da organização. Até 1975, o grupo de Raúl Séndic, um dos principais fundadores do MLN-T, se “limitando” às marchas de Artigas (região norte do país) até Montevidéu, pois seguia a doutrina foquista – da luta armada nas serras (GUILLÉN, 1975). O foquismo cubano propõe que todas as guerras revolucionárias têm que ser feitas desde o campo, desde a montanha. Nas cidades mais populosas é que são mais apropriadas à realização das guerrilhas na época do capitalismo; no período pré-capitalismo, as guerras camponesas não triunfaram. No entanto, a guerrilha cubana se desenvolveu por toda ilha não só em Sierra Maestra; o movimento estabeleceu-se em duas frentes atuando em Cuba, no âmbito rural, mas também urbano. No mesmo ano de publicação “Estratégia de

Guerrilha Urbana” (1967) – Os Tupamaros conceberam a adaptação para sua realidade: “Bosques de cimentos são mais seguros que bosques de árvores” (FAU, 1996, p.51). Para Guillén, a adaptação urbana é o ideal, pois as cidades têm mais recursos logísticos que o campo. A civilização capitalista no Uruguai concentra na capital mais de 80% da população urbana. Sobre os Tupamaros, Guillén compreendia que a organização do MLN-T era taticamente brilhante, mas estrategicamente pobre: “Ao não descobrir as leis específicas da guerra revolucionária no Uruguai e nem oferece um programa de socialismo autogestionário, creio que os Tupamaros por serem fiéis ao modelo castristas, foram derrotados em termos políticos” (GUILLÉN, 1975, p.7); segundo o espanhol, a organização importou o modelo cubano, inclusive em seus erros.

A experiência Tupamara contribui, nos seus acertos e erros, na visão de guerrilha– na luta entre o capitalismo e o socialismo – ter como epicentro as grandes cidades, ou seja, urbana. O primeiro critério para tal é ter uma frente móvel ou fixa, com a ocupação de casas/espços para base de infraestrutura clandestina. Quando o processo é imposto sem o apoio das massas, se fixar em bases únicas/poucas imobiliza o guerrilheiro facilitando a repressão: “preciso viver separado, lutar juntos” (GUILLÉN, 1975); para uma luta clandestina coerente e impenetrável para o inimigo. Guillén defende a guerrilha urbana já nos primeiros momentos da luta armada; ignorando esta estratégia, por falta de análise estratégica amadurecida, por vezes leva-se a guerrilha a campos abertos, buscando a exposição do exército repressor. Em campos abertos é necessário ter esconderijos, e acaba se perdendo a mobilidade, velocidade, segurança e combatividade; e torna-se fundamental ter retaguarda (GUILLÉN, 1980). Deve-se compreender que o “caráter” da guerrilha e sua estratégia são de utilização de táticas progressivas: “(...) sem a ajuda da população urbana, uma guerrilha nas cidades não tem nenhuma possibilidade de êxito sobre um poderoso exército progressivo” (GUILLÉN, 1980). O segundo critério da guerrilha urbana é a mobilidade e segurança para preservar a ação armada e ter uma grande margem de segurança; o guerrilheiro deve dispersar seus combatentes entre a população favorável, pois assim não deixa rastros para a repressão: Permanecer em uma frente fixa é o maior erro estratégico de um guerrilheiro rural ou urbano. Outro ponto importante é a infraestrutura logística que deve existir para a produção de elementos logísticos (arranjo e adaptação de armas, fabricação de algumas delas, dentre outras atividades), devendo ser conhecida, no todo da linha produtiva, somente por quem dela participa, “porém para fabricação de certos elementos, convém dividir suas partes e confiá-las a diversas oficinas e depois recolhê-las para a montagem em uma oficina de guerrilha” (GUILLÉN, 1980, p. 37). O guerrilheiro deve continuar sendo um cidadão “comum” para não levantar suspeitas e ser coerente com a luta; os Tupamaros colocaram à clandestinidade diversos militantes (combatentes) sem avançar na estratégia revolucionária, resultando em uma maior vulnerabilidade e maior probabilidade de aniquilamento, o que acabou se concretizando (neste caso, com prisões em massas).

O exército popular tem quer ser símbolo de justiça, liberdade e equidade; não pode levar para o triunfo de sua causa os mesmos métodos violentos empenhados por aquilo que luta contra, sendo contra o vício, a corrupção e ações imorais das classes dominantes em sua tirania desumanizadora. Segundo as proposições políticas de Guillén, para o triunfo do processo revolucionário, há a necessidade fulcral das instâncias deliberativas serem de base, isto é, com ampla participação do povo, inclusive nas deliberações dentro do exército revolucionário; com representações de trabalhadores através da democracia direta, diferentemente das esferas estatais burguesas que consistem na democracia representativa:

El mando en un ejército, popular debe rotar entre los comandantes mejores, más victoriosos, más queridos por sus soldados, más estimados por el pueblo. En este sentido, la autodefensa (guerrilla) es incomprendible sin la democracia directa del mando (autogestión), revalidada por la autodisciplina, muy superior a la disciplina cuartelaria, propia de un ejército burocrático y reaccionario (GUILLÉN, 1980, p. 32)

O mandato do delegado é o poder transitório concedido pelo povo – isto é, a classe trabalhadora deve discutir democraticamente uma operação, e após a deliberação, a ação se torna de responsabilidade do comando delegado para tal. Essas deliberações, partem desde a socialização dos espaços e postos de trabalhos até as medidas máximas de decisões, assim, resultando em uma sociedade autogestionada, fazendo das classes mais marginalizadas e exploradas parte ativa no desenvolvimento do poder político popular. Outro elemento importante, é a luta armada ser concomitante à luta econômica e social como uma ação política concreta do povo:

(...) 3. llegar al poder mas que al gobierno, tomando desde la base, poderes concretos: representacion directa de los trabajadores en todos los organos de poder: empresas, instituciones, etc.; pues el gobierno sin el poder no facilita la emancipacion del pueblo trabajador, hace ministros y parlamentarios con “praxis” de burgueses;
4. emplear la lucha economica paralelamente con la lucha armada para transformar lo social y economico em accion politica insurrecta del pueblo;
5. sustituir la democracia indirecta por organos autogestores de democracia directa, para que el capitalismo privado o de Estado se transforme en socialismo de autogestion, sin lo cual no desaparece el Estado de clase privilegiada.
Una guerrilla no es revolucionaria si no se plantea, claramente, la toma del poder a la burguesia y a la burocracia, para convertirlo en el poder del pueblo, desde abajo para, arriba, haciendo de las masas trabajadoras el sujeto activo de la politica, entregando a la sociedad sin clases los poderes que tenia el Estado de clase explotadora y opresora (GUILLÉN, 1975, p. 33).

Com a população favorável a luta armada, a correlação de forças se transforma conforme o devir do processo revolucionário; isto é, a guerrilha (pequena) se torna grande e o exército regular (grande) se torna pequeno. É necessário estabelecer uma relação harmônica entre estratégia, tática e os objetivos conscientes dentro do processo revolucionário. E para tal, não é possível importar e/ou tentar copiar a revolução realizados em outros lugares, que não refletem as condições objetivas, subjetivas e específicas da localidade:

(...) a revolução, em cada país, deve ser reinventada, descobrir suas leis estratégicas específicas; programar bem seus objetivos políticos; combinar perfeitamente sua frente unida de classes oprimidas contra classes opressoras; dar unidade de pensamento e a ação aos grupos políticos sem tolerar sectarismo; e sobre tudo para que a guerrilha conduza a revolução não basta ter uns quadros fuzis e uns poucos homens, senão mais que nada, tem que aproveitar uma ocasião histórica favorável a revolução” (GUILLÉN, 1980, p. 32)

Há unidade de pensamento e ação, de política e estratégia, de estilo tático, e embora as forças sejam separadas, deste modo elas terão métodos semelhantes para operar. Centralizar demais a ação é ficar em uma posição muito rígida, reproduzindo a lógica das forças repressivas e impossibilitando aquela transformação no caráter das forças revolucionárias.

Na teoria desenvolvida por Guillén, o espanhol defende em diversos momentos o envolvimento direto da população na luta armada; é só com o apoio do povo que a guerrilha prospera, e só com as massas é possível a tomada de poder. Um dos princípios destacados como básicos da guerra revolucionária que uma vez iniciada deve-se ir até o fim é a questão ideológica, e não se deve paralisar para compor frentes populares ou frentes políticas típicas da pequena burguesia de esquerda. É importante o trabalho direcionada a mobilização popular. Nesse sentido, segundo Guillén, a *Organización Popular Revolucionaria* (OPR-33), articulada dentro da organização anarquista, conduziu a ação da luta armada mais para os movimentos de massas (sindicatos, estudantes, “*barrial*”) do que para o enfrentamento contra as forças repressivas; diferentemente dos Tupamaros, que não desenvolveram a atuação diretamente para o nível de massas e nos anos de 1971 refizeram a posição estratégica em participaram do processo eleitoral. Através da ação das massas, com o povo dando cobertura, a guerrilha que aplicar sua tática, estratégica e políticas, terão maiores chances de êxito. É a partir desse processo que a ação revolucionária fica mais profunda: parte da ação militar para a tomada do poder econômico nas fábricas, que se transformarão em empresas cooperativas ou autogestionárias. Mais tarde, na mesma frente de luta, os grupos revolucionários, confrontados com uma crise geral, devem estar preparados para assumir o poder, para estabelecer o socialismo autogestionado: sem capitalismo privado ou capitalismo de Estado, sem explorar a burguesia ou a burocracia, caminho possível pela articulação do enfrentamento bélico e de uma política de massas bem estabelecidas (GUILLÉN, 1975).

2.2.4 Violencia FAI

Nos anos 1970, com o aumento da repressão, a FAU avalia que a ação direta, principalmente de apoio nas lutas de trabalhadores, sindicatos e mobilizações de massa era cada vez mais imprescindível. Em contramão a essa análise, o uso da violência se torna uma questão moral tanto para aqueles que apoiavam o aumento da repressão quanto dos reformistas, se propagando no período

uma espécie de condenação das ações de “atentados” e dos militantes “terroristas”. Esses últimos, os reformistas, compreendiam a luta transgressora como demonstrações, greves e ocupações. Segundo os anarquistas, ninguém poderia estar em desacordo com apenas essas possibilidades de mobilizações, inclusive essas táticas, deveriam ser amplas e massificadas. O que aponta a FAU é a repressão crescente mesmo em conflitos pequenos, pontuais. A coerção a uma única fábrica ou a postos de trabalhos se tornava comum; pode-se dizer, também, sobre a mobilizações populares de um bairro ou um povoado.

Dessa forma, com a necessidade de dinamizar o nível de massas e o nível militar, foi criado um dispositivo, a “Violência FAI”, o nome em referência à *Federación Anarquista Iberica* e, mais precisamente, se formava a partir daqueles grupos de ação que realizaram um trabalho de apoio ao movimento operário, como trabalho de apoio e complemento ao aparato armado e às lutas sociais em que a FAU estava inserida. A V.F. tinha um objetivo estratégico, pois o dispositivo constituía um vínculo direto com o movimento operário e popular, podendo responder de maneira imediata questões, problemáticas e reivindicações desses setores: “Tal fue así que a um nível de acción directa armada, una especie de intermedio entre Chola y acciones organizadas a nível de masas, se le llamó ‘Violencia FAI’ (MECHOSO, S/d, p. 227).

A imersão direta na luta de classes é capaz de resultar numa perseguição às expressões políticas e infraestruturas contrárias ao regime político estabelecido. Com essa nova forma de atuação a organização areja e irradia concepções de ações diretas e a defesa ideológica da violência revolucionária para instâncias especificamente externas, além da capacitação contra as forças repressivas. A principal importância estratégica da V.F. era: a criação de um embrião de milícias populares, articuladas com a autogestão política e econômica, que levariam a construção do poder popular e apoio e retaguarda do exército revolucionário. Esta retaguarda dos movimentos sociais se daria através de sabotagens, confrontos com forças repressivas e com capacitação para conflitos. Em resumo, se buscou fomentar e sistematizar um método de violência revolucionária (ação direta) na luta de massas (MECHOSO, 2009). A Violência FAI contia essa especificidade estratégica, sua violência está referida diretamente ao nível de massas, diferenciando do aparato armado (OPR-33) que apresenta uma estrutura organizativa permanente.

A estrutura da VF tinha como linha organizativa seu objetivo finalista, ou seja, o desenvolvimento das lutas de massas. Assim, previa um mecanismo ágil devido aos trabalhos imediatos, uma infraestrutura técnica, operativa e comunicação adequadas a este objetivo. A V.F. tinha uma estrutura similar a OPR: “(...) compuesta por 3 equipos hace un planteo de desarrollo, y especialmente de reestructura de su trabajo que es sometido a discusión.” (MECHOSO, 2009, p. 190). A composição da V.F deveria ter, além de pessoas do nível especificamente político, a participação de pessoas também do nível de massas e do aparato militar; ou seja, deve ser um endereço conjunto

dos âmbitos da FAU: o político, o de massas e o militar. Nela, um setor é encarregado de auxiliar na tarefa de violência em nível de massa e um setor estará preocupado com a informação sobre a qual trabalhará para os operativos, coletando e gerenciando todas as informações que vêm do nível de massas. Os possíveis diferenciais de experiências e/ou habilidades serão atenuados por este tipo de direções de junta e contatos horizontais. O positivo deste tipo de integração para a FAU se dá pela troca constante de experiências e por ter uma visão global do progresso da Organização em todos os seus níveis.

2.2.5 Crítica ao foquismo

O documento “El Copey” (1972) é fundamental para compreender qual era a visão de luta armada proposta pela organização e em quais termos divergia da principal proposta de guerrilha na América Latina, o foquismo. Esse documento público é uma reflexão político-ideológica sobre a atuação e desarticulação do MLN-T. A prisão e a morte dos principais quadros políticos (dirigentes) da organização e o “triunfo” das forças armadas são elementos de ponto de partida da análise para a FAU; mas a luta armada ainda se mantém necessária com a conjuntura repressiva, mesmo com o estágio do MLN-T. Os Tupamaros se vincularam a tradição marxista, se baseando nas concepções e em constante diálogo com Marx e Lênin e a incorporação da maneira mais profunda de autores que pensaram a América Latina, e principalmente, a linha do foquismo, de Che Guevara (1980a, 1980b) e Régis Debray (1977?). Na adoção do foquismo por parte dos uruguaios houve uma adaptação significativa para as condições objetivas do desenvolvimento da luta nos centros urbanos uruguaios. A guerrilha para o MLN é o meio, uma etapa do processo da consolidação do exército regular, e assim, o desenvolvimento da transformação social.

O foquismo parte de uma concepção fulcral que a conjuntura de dominação colonial e imperialista, levando a exploração extrema e a escravidão do povo, deve ser combatida com a devida urgência. Por essa condição latino-americana, a aliança com a burguesia nacional – como determinava o conselho dos partidos comunista - é inviável; no estágio imperialista do capitalismo esta burguesia nacional é dependente e os Estados que elas criam são apenas superficiais. A estratégia militar foquista consistia em cercar as cidades, por meio da ocupação de territórios rurais espalhados em focos. Isto é, a criação de diversos grupelhos no campo para que em determinado momento houvesse a dominação do espaço urbano. Duas das principais funções da guerrilha são: a mobilidade para as ações militares e a proteção contra as forças repressivas. Assim, a ocupação do espaço rural permitiria essas duas funções. Os militantes, conhecendo melhor o seu território, teriam mais possibilidades para locomover-se rapidamente para abrigar-se e despistar ataques militares do Estado. Com este objetivo, no processo de enfrentamento da luta de classe não haveria tempo hábil para a formulação partido revolucionário, pois as condições objetivas (questões materiais) já estavam

evidentes e as condições subjetivas (questões ideológicas) podem ser criadas com o tempo. A questão programática partidária leva tempo que não comporta na conjuntura:

El conformismo de esperar que los otros Partidos de Izquierda se disuelvan ante sus andanadas verbales, y sus bases y el pueblo en general vengan un día a él. Esto es lo que se ha hecho durante 60 años en Uruguay, y el resultado está a la vista. Hay que partir de la realidad. Hay que reconocer que hay revolucionarios auténticos en todos los Partidos de Izquierda, y muchos más que no están organizados. Tomar estos elementos y grupos donde estén y unirlos, es una tarea para la Izquierda en general, para el día en que los sectarismos queden atrás; cosa que no depende de nosotros, pero mientras esto no suceda, la Revolución no se puede detener a esperar. A cada revolucionario, a cada grupo revolucionario sólo nos cabe un deber: prepararse para hacer la Revolución, Como dijo Fidel en uno de sus últimos discursos: "... con Partido o sin Partido", La Revolución no puede esperar (30 PERGUNTAS A UN TUPAMARO, 1968)

Isso leva a contestação que as massas não estão maduras o suficiente para o processo revolucionário pois as massas não estão organizadas e não há partido revolucionário de fato. O foquismo surge como uma vanguarda militar na constituição de focos militares cercando a região das cidades/grandes zonas urbanas os guerrilheiros têm como objetivo guiar o processo revolucionário. A guerra de guerrilhas é a “primeira etapa” da tomada de poder e, num segundo momento é necessário a criação de um exército regular revolucionário. Segundo a formulação teórica foquista, compreende-se que a guerrilha tem o poder de mobilizar as massas com as ações insurgentes, e o apoio das massas é fundamental para o sucesso da guerrilha com esconderijos, medicação, propaganda, entre outros:

En las condiciones objetivas y subjetivas para la revolución. Es fundamental que la mayoría de la población, aunque no esté para lanzarse a la insurrección, por lo menos tampoco está para hacerse matar por un régimen que la golpea. Esto, entre otras cosas, reduce los cálculos estratégicos respecto a las fuerzas del enemigo, prácticamente, a sus Fuerzas Armadas organizadas y posibilita un clima favorable para las primeras medidas de un gobierno revolucionario (MLN-T, 30 PERGUNTAS A UN TUPAMARO, 1968)

Ao analisar essa concepção, a FAU se debruça sob qual momento histórico e objetivo o foquismo foi desenvolvimento. O triunfo da Revolução Cubana (1959) teve um efeito engajador no processo de transformação social em todo o continente. A formulação estratégico-militar do foquismo nasce no contexto revolucionário alinhando critérios específicos cubanos. Contudo, esses critérios foram apresentados como gerais para a maioria dos países latino-americanos. A etapa inicial da guerra de guerrilhas se deu em la Sierra Maestra, em Cuba, com objetivo político de derrotar a ditadura militar de Batista para restabelecer a democracia parlamentar, a democracia liberal burguesa, e objetivo econômico-social de reforma agrária, contra o monopólio estrangeiro, por um desenvolvimento capitalista “nacional”, e “justiça social” capitalista (FAU, 1972). O início do confronto não começou com uma pauta socialista, ainda que não se tenham dúvidas das posições revolucionários de vários militantes que atuaram desde o princípio da guerrilha. Foi esse o programa aglutinador popular em torno da guerrilha, somente depois a radicalização da Revolução possuiu objetivos socialistas.

Já no caso do Uruguai, a FAU, compreende que o contexto era completamente diferente da ilha caribenha. O país se trata de uma economia dependente, cuja ação do imperialismo, para as massas, é menos visível. A guerra de guerrilha uruguaia não parte de uma luta anticolonial nem em uma luta democrática, isto é, restaurar um regime da democracia liberal. O contexto “ditatorial” é da ditadura burguesa de classe, comum a todos os países capitalista. O liberalismo democrático, como ideologia, está muito arraigado na sociedade uruguaia, inclusive, sendo alimentado por partidos reformistas nos setores de trabalhadores. E, no caso gaúcho, bem velada pela forma de Estado democrático-burguês. Com isso, a guerrilha foquista não poderia nem pode começar sendo “patriótica” ou “democrática”. É preciso que surja socialista, demonstrando seu caráter de classe, portanto, não abrindo margem para as alianças burguesas, nem mesmo na guerra nacional.

Ainda refletindo na incorporação do foquismo como estratégia militar revolucionária no Uruguai, a FAU defende de maneira categórica que em sua concepção estratégica-militar há necessidade de que a luta ocorra em zonas rurais, pois, como supracitado, a guerrilha precisa de mobilidade e proteção. Quando o MLN-T adota o principal cenário de confronto nas cidades, por questões político-sociais do país, fogem da essência do foquismo. Do mesmo modo que a zona rural do país, de extração de gado, grandes pastos, áreas descampadas e baixa população torna-se um ambiente propício para o isolamento e maior repressão da luta, não sendo de fato possível importar o modelo foquista.

O entendimento do foquismo da imaturidade das massas para o processo insurrecional e a guerra de guerrilha capaz de mobilizar simpatia e engajamento dos setores populares recaí em uma contradição profunda. Ou as massas estão imaturas e, assim, não estariam aptas a apoiar um confronto desse porte ou as massas populares poderiam, já que conseguiriam mostrar solidariedade a luta armada, ter uma parte mais envolvida na guerra de guerrilhas. Segundo os anarquistas, o foquismo, desse modo, subestima a compreensão dos trabalhadores:

A la concepción foquista le interesan las masas casi exclusivamente como sostén y cobertura de la acción específicamente militar. No le interesa la participación de las masas protagonizando el proceso revolucionario. Subestima y hasta niega la necesidad y la posibilidad de que esto suceda. Niega por lo tanto la necesidad del trabajo político entre las masas, de una línea de trabajo para las masas. (FAU, 1972, 24).

Com isso, o foquismo não considera como fundamental uma prática política no nível de massas, inclusive alijando a possibilidade do protagonismo dos trabalhadores, pela própria defesa foquista na qual é inviável constituir uma organização necessária em tempo hábil. E acredita-se que o desenvolvimento do foco é possível, dessa forma, criar um enraizamento na mentalidade dos setores populares, para então se envolverem mais ativamente na guerra de guerrilha. Para o partido anarquista, o partido é fundamental no processo revolucionário, pois é a maneira a se dar respostas ao longo prazo dentro da luta de classes: “La actividad del foco armado no se ha evidenciado como un sustituto

adecuado, ni siquiera como un sustituto posible y viable de la actividad de partido. Esta insuficiencia salta a la vista en la medida en que la lucha se prolonga” (EL COPEY, 1972, p. 7). É o partido revolucionário o capaz de criar um programa, impor uma linha política revolucionária, e também de estabelecer transformações econômicas e ações de massas, como através da atuação sindical. Sem esse desenvolvimento ideológico-político, a guerrilha é uma apenas uma tática militar; ela [guerrilha] não carrega em si o espírito revolucionário, o que determina o caráter da luta é a compreensão por detrás da tática. Segundo os anarquistas, se superestima o caráter militar na perspectiva foquista, marginalizando o desenvolvimento político da luta de massa:

Uma organización es realmente revolucionaria si se plantea y resuelve realmente el problema del poder, y el problema del poder sólo se resuelve con una adecuada línea de práctica de la violencia, o sea con una adecuada línea militar. (...) Ninguna organización es realmente revolucionaria hasta que no se plantea y resuelve los problemas del aspecto violento, militar de su práctica política. No hay política revolucionaria sin teoría revolucionaria. No hay política revolucionaria sin línea militar revolucionaria. (FAU, 1972, p. 12)

Nesse sentido, o foquismo inverte a lógica da ação revolucionária por compreender que apenas o envolvimento dos trabalhadores no nível econômico traria a consciência de classe, ao negar o trabalho político a priori da luta armada. Dessa forma, a FAU defende que o foquismo importa a ideologia revolucionária, a consciência dos objetivos políticos de classe, o conhecimento dos interesses históricos da própria classe, na classe operária incapaz do levante espontâneo, partindo só da experiência do nível econômico. A consciência revolucionária pelos operários, assim, se adquirirá depois da revolução. Para a *Federación*, a luta no nível econômico está atrelada diretamente as condições mais materiais, a necessidade imediata na vida dos trabalhadores, e a consciência política não se desenvolverá espontaneamente. O trabalhador pode participar de várias greves por salário, por exemplo, e ainda sim pensar igual ao patrão: “La lucha economica como lo que es: como un nivel – el primário – de lucha de classe” (FAU, 1972, p. 25). A FAU considera que o foquismo tem uma linha muito simplificada sobre quais são as categorias necessárias para começar o processo revolucionário e a manutenção da luta armada. As condições objetivas e subjetivas envolvem as considerações do nível econômico e os níveis ideológico e político, e com isso, deve delimitar qual é o papel da luta armada e qual são suas limitações.

A ausência de uma política no nível de massas do MLN-T fez com que, de certa forma, este não combatesse o reformismo diretamente. Assim, a principal frente armada não interferiu ou questionou diretamente quem detinha a linha majoritária no movimento de trabalhadores. A falta dos Tupamaros nas instâncias de massas permitiu uma coexistência pacífica de luta armada e do reformismo, mais especificamente por parte do PCU. No desenvolvimento dessas linhas paralelas, apesar de duras críticas de cada uma delas entre si, não houve um embate direto, resultando em uma espécie de achatamento entre aqueles que compuseram as duas frentes; tanto o reformismo nas

instâncias de massas quanto a capitalização do foquismo no âmbito militar. Segundo a FAU, o Partido Comunista saiu mais fortalecido deste desenvolvimento paralelo.

Ao analisar o processo mais específico da repressão ao MLN-T, a *Federación* entendeu como dois elementos principais os limites políticos da organização. O primeiro foi o pressuposto político de polarização combativa. As atividades militares do foco estabeleceriam uma replicação generalizada, como uma resposta a repressão. Isto é, a medida que os guerrilheiros operassem com maior intensidade, em graus mais elevados, a repressão se tornaria cada vez mais dura e geral. Essa dinâmica, desse modo, afetaria cada vez mais setores da população, e, conseqüentemente, o foco atrairia maiores simpatias, aumentando suas possibilidades de desenvolvimento:

En esta dialéctica ascendente de acción-represión, se generarían condiciones políticosociales cada vez más favorables a la acción militar, hasta culminar en una situación ideal en que importantes sectores de la población, sosteniendo a la guerrilla, su vanguardia armada, impondría la caída del gobierno despótico, solo sostenido por la minoría privilegiada y por el aparato represivo, vencido en sus esfuerzos por suprimir militarmente la guerrilla. (FAU, 1972, p. 6)

Contudo, esse resultado isolou a própria organização, fazendo com que as forças repressivas soubessem manejar sem confronto e/ou enfrentamento direto. O segundo momento, com a crescente popularidade da MLN-T, a organização aumentou seus números de militantes e de simpatizantes, todavia, a guerrilha tem características da mobilidade e infraestrutura. A nova estrutura demandou mais recursos financeiros e logísticos, afetando diretamente na agilidade organizativa, deixando-a mais lenta, assim, mais facialmente marcada.

Como já fora dito, a guerrilha urbana foi a prática que melhor correspondia as necessidades da formação social uruguaia, inclusive da FAU. Nas dimensões continentais de transformação a guerra popular, não pode ser descartada a priori, após uma análise crítica. A “Guerra Prolongada”, experiência de êxito chinês, explora elementos mais complexos, pois consiste em um confronto mais clássico militar – uma guerra regular entre exércitos regulares – e inclui a etapa inicial do confronto rural. E ao contrapor esse modelo mais clássico de guerra com a guerrilha, se torna cristalino a necessidade urbana da luta no país. Citando e criticando a obra “Revolução na Revolução?” (197?) de Régis, as situações não são equivalentes: no Uruguai há apenas uma pequena população, com estabelecimento local de um aparato armado repressivo; em contraposição, havia as peculiaridades de estruturação social do povo chinês, com a grande força do campesinato. O que ambas as organizações, FAU e MLN-T, também compreendem: a urbanização da luta requer um alto esforço de estruturação na clandestinidade. Por isso, os anarquistas defendem um trabalho político mais rigoroso anterior nos organismos de massas. O êxito do insurrecionalíssimo é medido pela inserção no nível de massas; e esta depende de sua linha política, sem que isso sacrifique o desenvolvimento armado. E tudo isso significa um partido na condução do processo. Só uma concepção de curto prazo

pode subestimar, em definitivo, a importância do partido político como ideal para realizar esse trabalho político.

.

3 LA RESISTENCIA VIVE: Resistência e o exílio na Argentina

El Uruguay no es de los tiranos, la resistencia es tarea de todos, el protagonismo es usted.
(Um dos lemas do PVP)

O capítulo visa determinar e estabelecer paralelo com a repressão das forças armadas e consolidação da ditadura militar no Uruguai com as mudanças internas e externas da FAU. O início dos anos 1970 marcaram, além da transição repressiva no país com a continuidade do projeto governamental conversador, na determinação do *Estado Interno de Guerra*, até a consolidação do golpe militar de maneira efetiva em 1973, mudanças nas estruturas das organizações de esquerda. No processo eleitoral de 1971, em uma manobra política, o Estado, que até então, impunha a clandestinidade aos grupos mais radicalizados, legaliza a organização política-ideológica civil no país. Assim, uma coalização de forças progressistas se reuniu dentro do partido *Frente Amplio*, retomando com força a defesa das instituições e da lisura do processo democrático. Já a FAU, manteve sua posição contrária as eleições burguesas e ao incentivo ao voto. Desse modo, a organização compreende a necessidade de se capilarizar ainda mais dentro dos setores populares, haja visto um possível isolamento por continuar defendendo a luta armada como um processo de transformação social frente a uma aparente “redemocratização”.

Uma das principais derrotas das forças revolucionárias foi a total desarticulação do MLN-T, deixando as ações armadas ainda mais pontuais. Na conjuntura do país, a organização anarquista, foco de intensa perseguição militar, vislumbrava o futuro regime militar, e por segurança e planejamento estratégico, ainda em 1972 transferiu a OPR-33 para a Argentina. No país vizinho, um dos objetivos era conseguir unir os militantes exilados uruguaios; com o aumento da repressão, as transferências foram se intensificando. A atuação em países diferentes se tornou um novo desafio para FAU. O surgimento e estruturação da organização PVP foi exatamente nesse período de exílio; o *Partido de la Victoria del Pueblo* foi uma organização fundada em 1975 que aglutinou anarquistas e marxistas uruguaios, na denominada “*La Síntese*”, com o compartilhamento de alguns pressupostos ideológicos por ambos os setores, principalmente, a “ação direta em todos os níveis”. O principal objetivo era expor a violação dos direitos humanos no Uruguai e fazer denúncia internacional da ditadura. Sua estrutura visava, na atuação em território estrangeiro, a segurança da militância, comunicação entre os exilados e definição da linha política consistente. A segurança do partido envolveu toda a infraestrutura para as mudanças dos militantes, para as ações radicalizadas e para criação de critérios de proteção. A comunicação era necessária para se dinamizar entre os países e as informações circularem internamente, assim como para ampliar a propaganda do PVP. Já a definição de uma linha política discutia a estrutura organizacional e o uso de armas. Todos esses elementos são fundamentais na especificidade da FAU-PVP nesse período. Em 1976, eclode a ditadura argentina,

na última democracia restante no Cone Sul e a repressão binacional atinge diretamente a organização. Cerca de 50 militantes foram presos, sequestrados, mortos e torturados em um ano, mais de 100 foram detidos, e mais de 10 crianças raptadas.

3.1 Consolidação da ditadura militar (1973-1985)

O ano de 1971 marca um momento fulcral para a política uruguaia, iniciando o processo mais intenso do comando de militares no poder do Estado uruguaio. O decreto da clandestinidade das organizações revolucionárias foi condicionado dos anos de 1967-1971, entretanto, com o objetivo de garantir a legitimidade popular da linha política nacionalista, o governo promoveu medidas “eleitoreiras”, revogou a proibição política partidária, e possibilitou a candidatura dessas organizações; e tornou, pela primeira vez no país, o voto obrigatório para as eleições presidenciais. Este período é marcado por uma coalização política de diversos partidos menores, coletivos, entidades e setores de esquerda, incluindo a principal guerrilha do país, o MLN-T, para a disputa do pleito eleitoral, resultando na constituição do novo partido, o *Frente Amplio*²⁵, que foi fundado em fevereiro em 1971. A conjuntura eleitoral, apesar das votações apertadas, dá continuidade ao projeto conservador e nacionalista de seu antecessor na presidência de Juan Bordaberry.

A constante repressão aos movimentos populares continua como uma força motriz da nova gestão uruguaia, destacando, principalmente as organizações guerrilheiras; isto pois a luta armada nesse período atingiu relevância e referência dentro do cenário nacional e modelo de ação na unidade internacional. O pensamento de Bordaberry foi marcado pelo integralismo, “fato reconhecido na vigorosa defesa do antiliberalismo e do ‘Princípio da Autoridade’” (PADRÓS, 2012b, p. 501). Contrário à divisão de poderes, o atual presidente defendia a centralização política e questionava a função dos partidos políticos e do sistema eleitoral, responsabilizando a situação encontrada no país – fragmentada e dividida - por esse modo de funcionamento. Bordaberry acusava-os pelo fim da unidade nacional e pelo enfraquecimento do poder estatal; nesse sentido, os partidos deviam ser substituídos por outras instituições que não gerassem as tensões fomentadas por aqueles.

A FAU avaliou a situação que se apresentava de forma a isolar a luta armada pelo recurso eleitoral. Segundo a organização, a proposta de superação da realidade e a retomada de redemocratização através das eleições no contexto repressivo vigente era incabível. Os setores reformistas e/ou alinhados com concepções eleitorais culpavam as vertentes mais radicalizadas pelo processo de repressão das forças militares, pois isolavam as massas e promoviam o retrocesso político:

²⁵ O partido F.A., nessas eleições de 1971, atingiu 18% do total de votos, superando a marca histórica dos 10% da esquerda dividida. Na capital, embora não vencesse, obteve 30% dos votos, tornando-se a segunda força política, atrás apenas dos colorados. Contudo, já em 1972 é decretado estado de sítio e em 1973 a consolidação da ditadura civil-militar; fazendo com que o novo partido fosse já perseguido, posto na clandestinidade e lideranças presas

“Una vez mas la política del reformismo consiste en justificar el nuevo retroceso en base a los retrocesos anteriores. Esto lleva, cada vez, a intentar disimular, a justificar en certo modo las situaciones que van creando sucesivamente los ataques de la reacción” (FAU, 1969, p.3). Para a organização, o que promove o isolamento das massas são aqueles que confundem a política reformistas das lideranças, seus efeitos paralisantes e desorganizadores com ausência de vontade de lutar com as massas. Para os anarquistas, a posição da política reformista está preocupada em manter sua posição; dessa forma, o reformismo mantém o discurso seja em qualquer realidade. Quando há defesa de medidas mais radicalizadas e/ou revolucionárias por parte destes grupos reformistas, trata-se apenas de recursos retóricos, mantendo essas ideias num futuro abstrato e distante. Na análise de conjuntura estariam sempre dispostos a adequar medidas cautelares, se justificando na “realidade”. Segundo a FAU, os reformistas adotam a política de massas com o legalismo eleitoral. Essas posturas podem criar, ainda que transitoriamente, um relativo refluxo da resistência popular; a adaptação de realidade e estancamento das mobilizações populares. Uma postura sem enfrentamento facilitaria a aceitação da atual ditadura constitucional como algo “normal” (FAU, 1970).

O avanço das repressões pelas forças armadas, com mortes, prisões, perseguições a militantes, demonstrou que a repressão foi um processo habitual das classes dominantes na manutenção do seu poder. Frente a esse processo, os métodos de luta devem ser aprofundados, adquirindo níveis cada vez mais elevados. O tom dos movimentos, sua combatividade, foi crescendo e ampliando com o passar do tempo, por conta do agravamento das condições de vida da população, fruto da política regressiva desenvolvida pelo governo, que impulsiona o desenvolvimento de formas de luta cada mais profundas e radicalizadas (FAU, 1972). Nas “*Cartas de FAU*”, a organização destaca os motivos ideológicos e práticos do porquê era contrária ao processo eleitoral como forma de luta viável no período da “ditadura constitucional”:

1. O trabalho eleitoral e parlamentar monopoliza o tempo, dos recursos humanos e econômicos do partido, em detrimento da luta armada que se postergue indefinidamente
2. Porque a via eleitoral não é uma forma que subsidia ou uma alternativa para alcançar o poder.
3. As operações e preparações para a luta armada são operadas na clandestinidade, assim, o partido não consegue operar na clandestinidade.
4. O discurso para o povo não pode ser contraditório; o combate na luta armada compreende que as transformações sociais precisam ser mais radicais que o poder não se consegue pelo sufrágio universal. E ao mesmo tempo confiar nas respostas das urnas e no processo democrático.
5. O partido deve se adequar às instâncias legais; respaldar e legitimar nas instituições burguesas.
6. A estrutura (engrenagem) legalista acaba por engolir/incorporar o partido nas articulações parlamentares o mesmo ocorre com alguns sindicatos que confiam nas negações no parlamento do que na força de luta.
7. Nomeação de candidatos partidários mantém vivas as esperanças na trajetória eleitoral, mesmo nos partidos de esquerda ou setores independentes. (FAU, 1969)

El único “cambio” que puede traer una nueva elección es una redistribución de la influencia que, en el gobierno, tienen los distintos sectores oligáquicos (...) de la política reaccionaria que se viene desarrollo y que todos ellos están de acuerdo en continuar. Como repartirán lo que quitan al pueblo, que parte les tocara a los latifundistas o a las banqueiros, a los grandes empresarios o las comerciantes especuladores. Eso es lo único que una “renovación” parlamentaria puede alterar (FAU, 1969)

Ainda em 1971, as Forças Armadas assumem o comando da luta “anti-subversiva”, e meses depois já eram frequentes as violações de direitos humanos e ocupação militar dos espaços políticos. O Poder Militar ganhava mais terreno no âmbito político, enquanto o poder executivo se confrontava com os demais poderes. Dentro dos quartéis gerais passou a ser discutido sobre qual deveria ser o papel desempenhado pelo Exército na sociedade ao mesmo tempo em que os militares considerados “constitucionalistas” eram exonerados ou renunciavam aos seus cargos. Este contexto se desenvolvera, dois anos depois, na suspensão das liberdades civis de maneira mais ampla, sendo decretada a ditadura militar.

Um dos momentos mais marcantes de repressão estatal a militantes ocorreu ainda no ano de 1971. No dia 24 de julho, o movimento estudantil do *Instituto Escuela de la Construcción* (IEC) realizava um pedágio, prática histórica do movimento estudantil para a arrecadação de fundos, nesse caso, em solidariedade a greve dos trabalhadores do CICSSA. Durante a atividade, os estudantes foram atacados pela polícia com gás lacrimogêneo e disparos de armas de fogo. Esta ação policial resultou na morte do estudante de Heber Nieto, “*el Monie*”, que era militante da FAU e do agrupamento de tendência da ROE, de 17 anos. Heber estava envolvido na construção de novas salas da escola, feito por gestão estudantil, conquista do *Centro de Estudiantes de la Construcción*, de linha majoritária da ROE:

O assassinato gerou ampla mobilização em repúdio à repressão e em solidariedade aos estudantes. O cortejo fúnebre (que também foi alvo da repressão) levou uma multidão de 200 mil pessoas às ruas. À frente do cortejo estavam militantes da organização e companheiros estudantis de Nieto com uma bandeira vermelho e negra e outra dos 33 *orientales* em clara alusão à força política que encabeçava a mobilização: FAU/ROE/OPR-33 (ALVES, 2016, p. 127)

O resultado eleitoral de 1971, legitimou uma vitória importante ao Pachecato, que conseguiu eleger seu sucessor. A posse de Bordaberry corroborou a passos largos o golpe de Estado e da instalação de uma ditadura civil-militar tradicional no país gaúcho. No ano seguinte se estabeleceram medidas mais concretas de transição política para um maior controle das forças armadas no país. O principal inimigo eleito pelos militares era não só a guerrilha, mas também as demais forças de esquerda. Nesse período, no ano de 1972, foi a guerrilha urbana do MLN-T que teve diversos aparelhos dissolvidos e dez militantes assassinados. Esta repressão, assumindo de maneira discursiva o combate à “subversão”, destruiu virtualmente toda estrutura militar e política dos Tupamaros (SANTOS, 2018). A ação do aparelho repressivo foi explícita pelo comandante e diretor geral da

Dirección de Información e Inteligência (DII): “Salgan a matar. No quiero prisioneros” (ALVES, 2016). No dia seguinte, a Assembleia Geral do Uruguai aprovou a instituição do Estado de Guerra Interno, período vigente por 30 dias, inclusive com apoio da oposição liberal.

A instituição do *Estado de Guerra Interno* serviu ao propósito de desarticular todas as forças opositoras, mesmo aquelas que defenderam salvaguardar as instituições legais e criticaram a luta armada. Logo após o decreto, o exército também realizou uma ação política em uma das seccionais do PCU, executando 8 militantes do partido. Essa onda de repressão acabou por fomentar uma paralisação geral convocada pela CNT; tanto o setor sindical quanto o movimento estudantil não cessaram suas atividades políticas diante do recrudescimento do regime político, demonstrando sua disposição de luta.

O espectro da tentativa de uma ditadura militar no país era uma questão divisiva dentro da esquerda uruguaia. Para a FAU, desde janeiro de 1973, era notório o avanço militar nas instituições-chaves do Estado: “[...] sempre contando com a cumplicidade ou anuência de setores políticos. A ‘ditadura constitucional’ havia dado um passo a mais, e decisivo, rumo à ditadura às secas” (MECHOSO, S/d, p. 474); a mesma avaliação era compartilhada pelo *Tendencia* e pela ROE. Já o setor alinhado pelo PCU argumentava contra os “excessos” que precipitariam um golpe e, por mais difícil que a situação já estivesse desde o “*pachequismo*”, era necessário preservar os espaços políticos remanescentes. Não faria sentido se preparar contra o autoritarismo, articular uma resistência, não tendo uma ditadura em andamento. No início do ano, foi exposta a tensão interna no governo entre os militares e o setor civil; as forças armadas exigiram uma nova reforma constitucional que sancionasse a extensão de seu poderio.

Na crise governamental do país os militares procuraram desgastar o governo com notas públicas reivindicando mudanças por parte da presidência, incluindo pautas de reivindicações por parte dos movimentos populares, na tentativa de angariar popularidade para as Forças Armadas e, de certa forma, desmobilizar o movimento de trabalhadores. Esta “sinalização” dos militares contra algumas políticas do governo e “defendendo” pautas populares fez com que alguns setores acreditassem nas intenções dos militares. O PCU compreendeu nesses documentos uma manifestação dos militares mais “progressistas”, “nacionalistas”²⁶. Isso possibilitou para acreditar que a posição das Forças Armadas poderia impedir um golpe militar, e para o PCU que a questão não era: “[...] entre poder civil e poder militar; que o divisor de águas é entre a oligarquia e povo, e que dentro desse campo cabem indubitavelmente todos os militares patriotas que estão com a causa do povo” (EL POPULAR, 1973 apud RUGAI, 2012, p. 258). Setores que não compartilhavam dessa análise, como

²⁶ Como chamado na época, “peruanistas”, fazendo referência ao Golpe Militar no Peru em 1968 deu origem a “*Gobierno Revolucionario de las Fuerzas Armadas*” de caráter esquerdista e antiimperialista. Dessa forma, o termo perunista foi usado para destacar setores militares de tendências nacionalistas ou esquerdistas. (RUGAI, 2012)

procedentes da ROE e da *Tendencia*, foram classificadas de “alarmistas” e essas organizações acusadas de não saberem avaliar a conjuntura. Já os militares não aceitaram a “aproximação” dos setores progressistas, desmentindo o PCU publicamente; e causando uma espécie de ruptura dentro das organizações de esquerdas. O setor da burguesia nacional, que estavam alinhados ao PCU até determinado momento, se caracteriza por uma defesa da legalidade, do processo democrático e dos princípios constitucionais. Ao sinalizar um apoio dos militares nacionalistas, segundo a análise comunista, o PCU gerou uma discórdia interna na FA; isto porque a posição dos militares já indicava a proposta de ruptura institucional e da constituição, enquanto o PCU adotou uma análise relativista do viés autoritário das forças militares. A consequência desse debate causou o afastamento e rachas dos setores burgueses orientados por uma tradição histórica a favor da democracia.

O ponto consensual da esquerda uruguaia era a necessidade de mobilizações contrárias ao ascenso repressivo estatal, e contra uma possível ditadura militar. Dessa forma, o movimento operário uruguaio começou a estudar quais medidas de resistência poderiam ser tomadas em caso de uma tentativa de golpe no Estado. Entre o pensamento dos trabalhadores destacava-se a ideia de que os sindicatos deveriam enfrentar qualquer tentativa de golpe de Estado com greve geral e a ocupação dos locais de trabalho. A gênese dessa concepção é encontrada anos antes, quando ainda no processo de formação da CNT, em 1964, estabeleceu-se no estatuto da Central que “em caso de ataques graves às liberdades públicas, os sindicatos da central ficavam autorizados a declarar automaticamente a greve geral” (RUGAI, 2012, p. 255). A resistência sindical uruguaia no final dos anos 60 e o início dos 70 se desenvolveu como uma importante referência de luta operária na América Latina, a exemplo da única Greve Geral deliberada após o decreto ditatorial no continente.

No dia 26 de julho de 1973, as Forças Armadas concretizam o golpe militar, sob o discurso de salvaguardar a ordem daqueles que não preservavam a legalidade constitucional, dissolveram o parlamento e criaram o Conselho de Estado, dominado por militares. A caracterização da ditadura no país se desenvolveu pelo encarceramento em massa, se diferenciando das ditaduras chilena e argentina que tiveram como modo operante o fuzilamento e o desaparecimento em massa, respectivamente, na perseguição de opositores ao regime (SILVA, 2004). As condições geográficas do país foram levadas em consideração para tal; metade da população morava na capital, a aglomeração significativa de pessoas na mesma cidade poderia ser um palco desinteressante para a repressão, pois possibilitava denúncias do regime internacionalmente. Os militantes presos eram considerados “reféns” do Estado, na perspectiva de que sequestrava os militantes, agindo sob chantagem de assassinato caso tivessem mobilizações contrária ao encarceramento dos militares. O processo de redemocratização do país aconteceu em 1985, com a anistia aos militantes. O processo repressivo do Uruguai se diferencia das demais situações ditatoriais contemporâneas dos países sul-americanos. A ditadura militar foi uma espécie de coroamento do processo de ruptura das instituições

iniciadas em 1967, que o golpe se caracteriza mais, de certa forma, pela continuidade ao invés da ruptura com a ordem vigente (ALVES, 2016).

Ainda no ano de 1973 os conflitos contra os setores da educação ocuparam a agenda repressiva da extrema direita uruguaia; os ataques de membros extremistas aumentaram significativamente contra a universidade, escolas e contra o movimento estudantil de maneira geral. A resistência que as escolas e as universidades não conseguiram enfrentar as medidas de intervenção durante o “Pachecato”, sofrendo a destituição de suas respectivas direções, fechamento de cursos, impondo normas de condutas morais e novos currículos. Esse contexto educacional resultou no exílio de milhares de uruguaios:

As perseguições políticas e os resultados da ofensiva que feriu ainda mais as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora e dos setores médios, cada vez mais precarizados, levaram o país a perder parte expressiva de sua população. A “diáspora” uruguaia levou à saída de 200 mil habitantes do país, a maioria entre 20 e 24 anos, em um movimento que foi sintetizado por uma inscrição em um muro do porto de Montevidéu que dizia “*El último que se vaya, que apague la luz*” (ALVES, 2016, p. 149)

A CNT foi considerada clandestina por Bordaberry em 30 de junho de 1973, durante a greve geral, que ocorreu entre 27 de junho e 4 de julho, impulsionada pela central. A clandestinidade resultou na ocupação de sua sede por militares e a prisão de centenas de militantes que se encontraram no local. Após o fim da mobilização, dirigentes da CNT foram acusados de “mafiosos e delinquentes” e 52 de membros da direção foram presos. O encarceramento de opositores políticos e militantes sindicais teve um marco simbólico na utilização do estádio municipal montevideano *Cilindro Municipal* por parte das FFAA como cárcere, confinando em torno de 2 mil presos políticos (ALVES, 2016).

3.2 Exílio argentino

A leitura de conjuntura da FAU, ainda nos anos de 1970, compreendia a iminência do golpe militar e que o partido precisaria se estruturar para uma longa luta e estabelecer uma grande resistência contra as forças ditatoriais: “(...) organización fue definido posiciones y criterios de trabajo” (MECHOSO, S/d, p. 153). Os critérios anarquistas reafirmaram a luta mais radicalizada como a forma mais efetiva de saída do contexto repressivo e rumo a transformação social, e não o diálogo ou convivência com os setores repressivos. Reafirmam a necessidade dessas ações de resistência, ainda que mais radicalizadas, estarem intimamente ligadas aos movimentos populares; as práticas revolucionárias devem ter o protagonismo da classe, não podem ser isoladas da população. A organização defendia o conceito estratégico da “ação direta em todos os níveis” e continuava a promover as ações armadas como um aspecto fundamental da luta. Além do contexto de pré-golpe ditatorial, a aliança de setores da esquerda e progressistas dentro do *Frente Amplio* para disputar o processo eleitoral, como supracitado, também influenciaram na leitura do momento. Com isso, a FAU

reafirma a posição contrárias às ideologias burguesas que coexistem pacificamente com o sistema. Dessa maneira, a participação nas eleições ou, até mesmo, apenas incentivar o voto, seria contraditório com sua concepção ideológica (MECHOSO, S/d, pp. 150-155), como dito acima. Por essa análise a FAU promovia a necessidade de uma organização fortalecida para sobreviver ao contexto repressivo, sendo um contraponto do pensamento esquerdo vigente e avançando o programa anarquista:

- 4) Una actividad organizada, permanente y coordinada, a nivel de masas, para superar el espontaneísmo.
- 5) Reivindicar el papel protagónico y decisivo del movimiento organizado (...) no entregar a ningún sector burgués la orientación de la lucha.
- 6) Promover el desarrollo de un centro político que impulse las luchas asumiendo la responsabilidad de éstas en sus niveles de mayor complejidad.
- 7) Prepararse para cualquier conjuntura forjando los medios que permitan operar de la legalidad burguesa en forma permanente.
- 11) (...) postular la necesidad de una resistencia prolongada y radical como condición para pasar a una fase de ofensiva estratégica. (MECHOSO, S/d, p, 153)

Após esta avaliação da organização, em reunião de “Fomento” se colocou em pauta a transferência de parte da militância para operar em Buenos Aires; a transferência de setor da organização foi temas de algumas reuniões internas (RUGAI, 2012). A criação de um núcleo na Argentina, aliada aos rígidos critérios de segurança compartilhados pela FAU, permitiriam poupar sua estrutura e garantir a segurança de seus quadros militantes. Desta maneira, foi estabelecida a transferência de parte do “Fomento” e o conjunto de “Aguilar” (OPR-33) para Buenos Aires:

(...) Fomento decide acerca de la evacuación de militancia hacia Bs. As. (...) el proyecto de trabajo que hay en perspectivas y la atención de tareas en curso y otras a encarar o desarrollar (...) el criterio es seguir operando, ya desde Argentina, ya desde adentro. Se prevé un largo período de lucha es estas nuevas condiciones sociales y organizativas. La frase que usa para designar este encare es ‘durar haciendo’ (MECHOSO, S/d, p.364).

No mesmo ano, estava prevista uma “*La Instancia*” da FAU, uma espécie de congresso realizado na clandestinidade, que precisava eleger os responsáveis por alguns setores da organização, como o “Fomento” e “Aguilar”. Todos os militantes foram consultados e em cada voto era necessária uma justificativa positiva ou negativa sobre o militante indicado para a responsabilidade (RUGAI, 2012): “(...) la Instancia en 1972. Esa Instancia que comenzó tras un gran esfuerzo y en un marco social-político particularmente difícil y que sin duda marca con claridad una vocación de la Organización, de la militancia: la participación, la democracia interna, la vida colectiva (MECHOSO, S/d, p. 372). À medida que a organização percebera que o contexto uruguaio continuava o mesmo quadro de deterioração política, social e econômica, a FAU compreendia a manutenção do desenvolvimento como uma estrutura clandestina a partir de mecanismos de compartimentação de informação e rigorosos critérios de ingresso de novos militantes. De acordo com Juan Mechoso (S/d), *La Instancia* só foi possível com a estrutura horizontal e de companheirismo da FAU, fruto de um acúmulo da

organização durante os anos. Deve-se ter em mente que dentro dos critérios de avaliação a Solidariedade e a Modéstia ocupariam o primeiro plano: “(...) la ausencia de una ideologia de jerarquías y charreteras²⁷ hacía fácil, normal, estos prodecimientos de cuestionamento y de pedido expreso de que en compañero responsable de una tarea determinada fuera desplazado de ella” (MECHOSO, S/d, p. 372).

Concomitante a esta decisão, a FAU suspendeu a publicação das Cartas de FAU. A partir disso, a discussão política da FAU se desenvolveu praticamente nos mesmos moldes, contudo, seria apenas de consumo interno, denominado *Chorizo*, foi realizado somente no ano de 1971. Esta, sem a identificação como órgão oficial, também definiria uma edição de um periódico de ordem público. Ainda não se divulgasse como tal, a FAU financiava e editava o periódico. A proposta tinha como iniciativa um meio de massificar sua orientação política, contando, a partir de então, como um instrumento de propaganda de maior abrangência e caráter de agitação. O informativo estabelecia critérios políticos mais “flexíveis” do que havia nas *Cartas*. A FAU explorou tal medida, pois após o surgimento do *Frente Amplio*, havia uma necessidade, de certa forma, ampliar o raio de influência da política organizacional e evitar um isolamento por não aderir à Frente.

O contexto repressivo no ano de 1972 levou ao importante momento dentro da esquerda uruguaia, a desarticulação dos Tupamaros²⁸ além de uma derrota da luta armada, visou ainda mais a OPR-33 que se encontrava mais isolada no campo da luta armada e sofrendo futuramente, em 1973, sofreu outro duro golpe, intensificando a decisão de transferência do país:

No momento em que a organização levava adiante uma reestruturação interna, em março de 1973, é detido um número importante de integrantes entre os quais se encontram alguns dirigentes do aparato armado e da direção central. Nesta situação, a direção da FAU resolve que se trasladam o mais imediatamente possível à cidade de Buenos Aires todos os integrantes clandestinos da organização e o conjunto do aparato militar (MECHOSO, S/d, p. 425).

A FAU desenvolveu entre os anos de 1973 e 1976 grande parte de suas atividades na Argentina, principalmente para “[...] meios necessários para sustentar uma longa resistência” (FAU, 1996, p. 54) no Uruguai. A atuação no país vizinho teria que se desenvolver com paciência e cautela, pois seria necessário estabelecer relações de confiança com grupos libertários argentinos, apesar da íntima relação política entre os países do Rio da Prata na história, inclusive dentro da tradição anarquista. Era preciso também se adaptar às novas condições político-sociais, se fixar na nova terra, se inserir dentro das camadas populares. Essas orientações se baseiam nas concepções políticas da FAU e por questões de segurança do próprio militante, - dando um aspecto de naturalidade ao processo:

²⁷ Insígnia militar a modo de ombreira, de prata, ouro ou seda, de qual se forme uma franja. Em português é conhecido como dragona.

²⁸ Conferir em: “Guerra aos senhores: MLN-T e a OPR-33 na guerrilha urbana uruguaia (1967-1973)” de Thaís Linhares Fabi dos Santos (2018)

(...) Hay em Bs. As. um pequeño núcleo de compañeros libertários con los que se tiene una gran relación de confianza (...) pasos de dan de manera totalmente independiente y se establece una relación fraternal con algún grupo argentino. Uno de los criterios establecidos es que los compañeros trabajen y hagan vida normal, manteniendo claro está la correspondiente compartimentación a la vez que consecuencia con la nueva identidad adoptada (MECHOSO, S/d, pp. 364-365)

O ano de 1973 foi o momento em que a luta no Uruguai tomou outros rumos, pois a maioria das organizações de esquerda estavam desmanteladas ou atuavam em precárias condições, enquanto a ditadura militar dava amostras de fortalecimento. Internamente na FAU, definiu-se como objetivo principal para o aparato armado, com novo nome codificado de “*Bancada*”, como obtenção de meios financeiros para o sustento da organização e da luta de massas. Ainda foi criado um grupo interno dedicado ao trabalho “teórico-político” chamado “*Cocina*”; o grupo desenvolvia suas atividades com o objetivo de preparar um material para o novo congresso da organização. Em 1973, é imposta a clandestinidade a todas as organizações de esquerda; nesse sentido, em dezembro a ROE é considerada clandestina. No mesmo mês, foi deliberado que parte da militância da Tendência também se deslocasse para a Argentina. No Uruguai, vários militantes se encontravam presos há tempos e uma parte importante de sua direção foi presa em março de 1973, entre eles alguns militantes que estavam coordenando o trabalho em Buenos Aires desde fins de 1972.

O impacto das prisões obrigou a organização a intensificar ainda mais a retirada de militantes à Argentina; a existência de dezenas de militantes perseguidos pelas FFAA definia a dificuldade de conseguir aparelhos seguros nos quais pudessem alojá-los, o que foi um dos principais motivos do incentivo do exílio argentino. Contudo, a mudança de país não foi uma medida consensual, ainda que por uma minoria interna, houve uma cisão significativa dentro da organização. A divisão fora muito sentida, pois alguns eram quadros militantes estimados por suas firmezas e trajetórias. Com a ida de militantes para o país fronteiriço somada à problemática interna da situação material de alguns militantes, a organização ficou devastada no Uruguai. No país permaneceram apenas um serviço técnico mínimo e uma oficina para a produção de documentos em casos emergenciais.

Atuando na Argentina, as alianças políticas das organizações FAU e ROE foram avaliadas, na perspectiva de ampliar a resistência contra a ditadura militar, articulando uma frente ampla, visando estender o espectro das forças políticas. Isso correspondia à uma nova orientação política, isto é, o desígnio de formar uma frente de combate à ditadura. Dessa forma, durante os próximos anos, 1974 e 1975, se persistiu em consolidar a “*Frente Nacional de Resistencia*” (FNR), com organizações de um amplo espectro de forças políticas. Com a convocação através do *Boletín de la ROE* e o periódico “*Compañero*” todos os grupos de esquerda e o grupo “*Por la Patria*” do Partido Nacional articularam a FNR. Em nome da ROE, as conversas foram estabelecidas com: o *Movimiento 26 de Marzo*, MLN, PCR, GARU, Erro, Michelini e Partido Comunista; estes diálogos foram realizados tanto em Buenos Aires quanto em Montevideú, e não conduziram a nenhum fim concreto (RUGAI,

2012). Paralelamente a essa iniciativa, a FAU também processou o ingresso da militância oriunda do *Frente Estudiantil Revolucionario* (FER) e da *Fuerza Revolucionaria de los Trabajadores* (FRT), agrupações estava vinculadas ao MLN-T e que desde a intensificação do confronto militar com as FFAA, começaram a se distanciar, passando se aproximar vínculos com a FAU. As discussões em torno do FNR envolveram basicamente todas as forças opositoras ao regime, mas não se consolidaram; a ausência de acordos e a incorporação do FER/FRT, por sua origem não anarquista, influenciaram nos rumos concebidos para o FNR, baseando a criação de uma nova organização surgida no exílio e que seria uma destacada força de luta contra a ditadura, o *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP). No âmbito das relações práticas, a OPR-33 tinha como objetivos angariar fundos, principalmente nesse período de longa resistência, que seguiu atuando até junho de 1973; quando após um operativo fracassado, diversos militantes foram presos.

Nas questões mais internas, a organização conseguiu aglutinar a chamada “colônia uruguaia” em Buenos Aires, sendo realizados ingressos de militantes oriundos de outras organizações que tiveram suas atividades encerradas; já no campo financeiro, foi conseguido levantar recursos para custear as atividades. Essa movimentação de militantes uruguaios despertou a polícia argentina, que prendeu cerca de 100 militantes, só sendo liberados um mês depois (RUGAI, 2012). No Uruguai, a ROE se manteve ativa dentro dos marcos sindicais, demarcando uma significativa resistência. Em 1974, o grupo “*Cocina*” preparou um documento-base para a realização do congresso que envolvia pontos para uma nova atuação: aparição pública do partido, o que fazer no trabalho de massas, atividade militar e trabalho teórico-político, o atual programa e o nome da organização (PVP, 1979, p. 15 apud RUGAI, 2012, p. 285).

O congresso na clandestinidade tratou-se de um amplo processo de discussão, sendo realizado através de pequenos grupos, cujas posições eram levadas de um grupo ao outro por canais orgânicos da FAU. Nos anos de 1996, através da publicação no periódico “*Lucha Libertaria*” intitulado: “*Bosquejo histórico de la FAU*”, foi divulgado que o congresso determinou também o ingresso de militantes que não eram originados no anarquismo, mas proviam da matriz libertária, dessa forma não houve uma transformação na estratégia, que ainda se mantinha de intenção revolucionária, antieleitoralista e libertária (FAU, 1996, p. 54 apud RUGAI, 2012, p. 285). Essa mudança teve um reflexo importante na decisão em congresso de alterar o nome para organização de FAU para PVP – *Partido por la Victoria del Pueblo*. O congresso reorganizou o partido, dividindo os setores de trabalho e compondo uma nova direção. A atuação do PVP na Argentina seguiu em vários níveis até setembro de 1976, sofrendo com articulação da repressão especial dos exércitos argentinos e uruguaios para dismantelar as organizações em ambos os países.

3.3 Partido de la Victoria del Pueblo (PVP)

A capacidade estrutural política operante com certa efetividade, ainda que vivendo com os traumas do *Estado Guerra Interno* e, posteriormente, com a ditadura civil-militar fez com que a FAU atraísse novos militantes de esquerda para próximo da organização; principalmente com a desarticulação do MLN-T, um setor de trabalhadores ficara à deriva politicamente. O intenso trabalho das forças repressivas, nas prisões e perseguições, assim como o exílio de uruguaios em outros países, principalmente na Argentina, fez com que a FAU, a OPR-33 e a ROE se rearticulassem estrategicamente. Vale ressaltar que em determinado momento, apesar de compartilharem a mesma língua e aproximação histórica, a Argentina, com a queda de Salvador Allende no Chile, era a única democracia do Cone Sul.

A transferência e nova adaptação que a organização e os militantes passaram incluíram alguns critérios de segurança de como atuar e se comunicar com a FAU no Uruguai. Necessário adquirir novos hábitos de Aguirre [seguridad], como supracitado, ter atitudes discretas e mais naturais possíveis. Mas mantendo o caráter popular e vinculado a Empresa [organización]:

- 3) Las actividades asignadas en esta primera etapa serán pocas (...).
- 4) Su estadía en Chile [Argentina] estará totalmente reservada. Sólo será de conocimiento del encargado de Sección y de la persona que se contacte con él. Se desinformará al respecto a demás integrantes de la Sección así como en outro terreno a los familiares. (...)
- 6) En Chile [Argentina] no se tomará contacto con ningún integrante de la Empresa [organización]. Así como tampoco se concurrirá a instituciones sociales y políticas en donde puedan presumir su procedencia complicando entonces su Aguirre [seguridad]. (...). (Mechoso, 2002: 429).

A necessidade de uma organização específica e revolucionária para atuar no plano político leva à fundação, em 1975, do *Partido de la Victoria del Pueblo* (PVP), que constituiu um marco importante de resistência frente ao novo regime. Com esse objetivo determinado, o novo Partido era a organização de síntese entre anarquistas e marxistas que compartilhassem uma concepção em comum na luta, uma espécie de síntese revolucionária: o rechaço dos mecanismos institucionais e apoio à concepção de “ação direta em todos os níveis”. O PVP apesar da “síntese” seguiria diretrizes marxistas, porém sem esquecer a matriz anarquista da maioria de seus fundadores. Essa junção aparentemente impensável, era conhecida no interior da FAU pelo jargão de “La Síntese” “(...) significava que nós poderíamos avançar no marxismo lendo e recebendo conhecimento de distintas correntes” (REIS, 2012, p.71). A principal estratégia política era a denúncia internacional da ditadura instaurada no Uruguai, e a violações dos direitos humanos cometidas nesta:

Derrubar e levar a julgamento o povo a camarilha cívico-militar e seu presidente ao tumulto, culpando de crimes contra a nação, por atentar contra as liberdades, dignidade, vida, economia, independência das pessoas e pátria, bem como os grupos econômicos que apoiam a gangue no poder e eles se favorecem com sua política construir um governo provisório composto por representantes de todas as forças políticas e sociais e de todos *os orientales*, civis, militares, que lutaram contra

ditadura, que não seja uma volta ou fraude para os legítimos aspirações pelas o povo lutou. (REIS, 2012 p. 72)

A composição da organização tem três eixos: um organismo de direção (missões), nas quais se inserem os setores militares (bancada), o trabalho “teórico-político” (Instituto de Histórico) e o setor de massas (cooperativa). A cooperativa estava dividida em dois subeixos: o obreiro e popular e a agitação e propaganda. Além desses 3 setores, tinham a “zona da organização”; cada setor tendo uma direção, chamada de “direção do setor executivo” e na área da organização, “um secretariado”. As direções do setor executivo e o secretário da zona de organização dependem diretamente do “núcleo central de condução”, denominado internamente como ‘*missiones*’”. O setor militar (bancada) era composto por 3 equipes: uma de informação, um de serviços e um operativo. As tarefas eram pensar a segurança do partido e dos militantes, e elaborar movimentações clandestinas até nas atividades cotidianas.

O setor de trabalho teórico-político “(História)”: preparava a edição das teses para a transição da divulgação para fora do partido; também publicava “a semana” – material de circulação interna e periférica do PVP – que consiste em reproduzir recortes de diários uruguaios ou diários do exterior que transferissem notícias do Uruguai. Já sobre os setores de “trabalho de massas (cooperativo)”: a primeira etapa deste é a realização de uma campanha denominada “*Alejandra*” – a união de militantes uruguaios exilados na Argentina, com a unificação da militância se iniciando em setembro de 1975 e culminando em janeiro de 1976. Sua composição era formada por integrantes da ROE, provenientes de grupos políticos subversivos desarticulados e simpatizantes da ROE. As tarefas de propaganda consistiam em uma boa divulgação ao ponto de repassar as informações, mas não tão extensivas a ponto de expor a organização.

As tarefas do PVP de maneira geral se estabeleceram em dois eixos principais: as iniciativas táticas das tarefas do partido, ficando a cargo de formação de sua abordagem política e execução; a construção da linha política da organização (análise da conjuntura, estudos teóricos e desenvolvimento da disciplina). Os grupos de trabalho são compostos na maioria por militantes escondidos – sendo necessário dinamizar as ações, as atividades sendo construídas autonomamente. Além das tarefas do Partido de segurança, informações e propaganda, incluíam: a seleção de companheiros, estudos da versão política, aquisições de elementos materiais e infraestruturas e comunicações; as campanhas de propaganda tinham as seguintes consignas:

- a) *Libertad para Gatti, Duarte e os patriotas na prisão*
- b) *“La Resistencia Vive”*
- c) *Combatir a la plaga verde*
- d) *Libertad o Muerte*
- e) *El Uruguay no es de los tiranos, la resistencia es tarea de todos el protagonismo es usted*

Sobre o trabalho de seleção de militantes, o principal critério era partir dos uruguaios que se adequavam os critérios de segurança, sendo cautelosos nas relações mais íntimas e estabelecendo confiança neles. As funções de infraestrutura tinham como objetivo a aquisição de materiais de forma clandestina: aparelhos e documentação falsa para o traslado dos militantes, pois os dispositivos e/ou localizações de segurança estavam principalmente na Argentina (especificamente na capital, em Buenos Aires), com elementos existentes na Europa, tendo sido praticamente neutralizados em Montevideú. Desde o início do PVP, na transferência de militantes uruguaios para a Argentina e na incorporação por parte deste da FAU, ROE e outras organizações, o PVP precisou de uma reorganização rápida, sobretudo, enquanto a incorporação de militantes no interior do partido foi aumentando, com um lento processo de ingresso, por critérios de segurança.

A fundação do PVP aconteceu em território estrangeiro e a decisão de permanecer fora do país foi mantida e cumprida para além das transformações políticas que estavam ocorrendo durante esse período. As dificuldades se desenvolveram nas estratégias que implicavam em toda uma mostra publicitária e conseqüente aparecimento público “traumático” do partido. Embora o PVP tenha surgido no exílio, a implementação no âmbito das decisões políticas da organização e local da construção militante se constituiu de maneira exterior ao próprio processo de exílio, isto é, como se fosse um espaço “uruguaio” fora do território. A fase de militância na Argentina se constituía temporária; a concepção era que o lugar a partir do qual se construiu – ainda – a possibilidade de triunfo revolucionário.

Na produção documental, a palavra “exílio” era substituída por “recuo”, o que desenvolve o pensamento na discussão estratégica de combate. O Partido não promove vínculos orgânicos com nenhuma outra organização política além das tentativas de formação da Frente de Resistência Nacional). O PVP se formou em 1975, com recursos angariados pela OPR-33 por meio do sequestro em Buenos Aires, do empresário holandês Frederico Hart, em março de 1974. A criação do Partido, naquele momento, resultou “intensa militância política, muito entusiasmo, muitos vínculos com o Uruguai e muito dinheiro para montar sua infraestrutura na Europa e no Brasil (REIS, 2012, pp. 70-71). O Partido conseguiu nuclear muita gente vinculada ao movimento sindical e estudantil, além de intelectuais que se tornaram prestigiados, mesmo com a derrota da Greve Geral, logo após o Golpe de Estado no Uruguai (REIS, 2012, p. 70).

A repressão contra o PVP se desenvolveu em quatro fases, e no território de quatro países: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. A primeira fase ocorreu na Argentina, durante os meses de março e julho de 1976, portanto quase um ano após a sua fundação; “essa etapa foi marcada por detenções massivas na capital portenha” (REIS, 2012, p. 72). As ações sofisticadas do terrorismo estatal, a cooperação repressiva entre a Argentina-Uruguai: vários dos seus quadros foram mortos no

país vizinho e o sequestro de crianças uruguaias, apropriadas ou nascidas em cativeiro, eram filhos de militantes do PVP (REIS, 2012, p. 73).

O Partido de la Victoria del Pueblo (PVP) se exilou na França pela crescente repressão e consolidação do golpe argentino:

“(…) apesar de tamanha repressão, o PVP continuou sua militância ativa desde o exílio, com quadros na Europa no Uruguai e no Brasil, sobretudo após o processo de autocrítica realizado em Paris, em 1977. Porém, no retrocesso à América Latina, mas especificamente ao Sul do Brasil, ocorreu a quarta e última onda de repressão aos militantes do PVP (...) em novembro de 1977, os quadros do PVP na Europa realizam uma conferência, para efetuar uma ‘autocrítica para avanzar’ (REIS, 2012, p.75).

Terceiro, a retirada para a Europa implica uma mudança qualitativa na estratégia e na consideração e avaliação do meio ambiente, pressupondo o exílio como tal. Já sobre as atividades na Europa, estas significaram um processo de avaliação estratégica e do caráter da organização. O PVP passa a se compreender não mais como um projeto revolucionário, e sim com um entendimento da necessidade de recuperação democrática no Uruguai. Em solo parisiense, os responsáveis da delegação do PVP tinham como atividade central, a partir da realização de um congresso, instrumentalizar campanhas internacionais de denúncias do governo uruguaio e dos crimes, violações de direitos humanos, perseguições, assassinatos e entre outros. que este cometia. Nesse encontro foi apontada a principal causa para o fracasso da atuação da organização na Argentina, o isolamento dos militantes, cujas atividades eram totalmente compartimentadas, isto é, com informações cujo conhecimento não era de todo o Partido. Segundo a documentação elaborada em 1977, o PVP superestimou a possibilidade de uma política de alianças com setores populares da Argentina e do Uruguai, possibilitando que a organização ficasse isolada e acuada quando ocorre o golpe também no país portenho. O caráter altamente clandestino do partido foi determinante para sua derrota no exílio já que desconectava este do restante da sociedade: “Isto possibilitou maior eficiência à repressão contra o PVP” (REIS, 2012, pp.74-75).

organizações de segurança argentina interceptaram desde 1974 a correspondência que membros da organização mantinham com outros militantes no Uruguai e na Europa; esse monitoramento foi feito por meio das caixas postais que os cidadãos uruguaios alugaram e nas quais deixaram suas mensagens. O mesmo, que durará pelos próximos dois anos, será um elemento importante para entender as circunstâncias que levaram às prisões em massa em 1976. Através do rastreamento pelos órgãos de censura e perseguição, foram encontrados núcleos do PVP no país. A quarta fase de repressão foi o sequestro e prisão de dois militantes realizados no Brasil, num episódio que é conhecido como “sequestro dos uruguaios”²⁹.

²⁹ Um caso famoso de repressão internacional no Brasil envolvendo o PVP, ficou conhecido como “Sequestro dos Uruguaios”. Em 1978, as Forças Armadas do Uruguai fizeram um comunicado oficial para as forças repressivas do Brasil motivados pela questão do sequestro em Porto Alegre de um casal uruguaio pertencente de PVP: Liliam Celiberti e Universindo Diaz. Conferir mais em: “Operação Condor e o Sequestro dos Uruguaios” de Ramiros José dos Reis (2012)

Através destes processos de repressão, perseguição, encarceramento e também de reavaliação estratégica e tática, o PVP se afasta inteiramente de suas origens anarquistas. Em 1984, quando terminou o regime militar uruguaio e fora conquistada a anistia por conta do período, muitos militantes, que então retornavam ao país ou saíam da prisão se reorganizaram e em 1986 refundaram a FAU, permanecendo ativa até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES

A clandestinidade da Federação Anarquista Uruguaia (FAU) expõe uma reflexão muito profunda sobre as propostas teóricas e de atuação no enfrentamento de resistência contra o regime repressivo, com o objetivo da transformação da sociedade uruguaia. Apesar desse aprofundamento teórico-político se desenvolvido majoritariamente nos anos de clandestinidade, o processo de apreensão da ideologia anarquista reflete na organização desde os seus primeiros anos de fundação. Desde sua formação havia uma preocupação evidente de assimilar a realidade específica uruguaia e não importar de maneira mecânica pressupostos ideológicos. Essa característica fica marcada que além dos principais pensadores dentro da tradição anarquista, as experiências da Espanha, Ucrânia e da própria região da Prata contribuem para o desenvolvimento do anarquismo da FAU.

Os referenciais teóricos de Bakunin e Malatesta sobre a concepção do partido revolucionário especificamente anarquista compreendeu uma organização pequena e compacta, que fosse capaz de enraizar nos setores populares, estimulando as mobilizações de trabalhadores. Pode-se perceber que o grau de incidência de uma organização é medido por suas influências e seu poder de mobilização; isto rompe com os marcos institucionais da métrica de quantidade de votos eleitorais. O ponto fundamental da FAU, por ser um partido exclusivamente de quadros, é da minoria ativa. A concepção de “pequeno motor” é possível gerar a ação coletiva e organizada, tendo como protagonismo a participação popular. Assim, o partido esteve diretamente envolvido e conectado nas pautas sociais. Essa dinâmica só é possível quando à quebra de representação dos trabalhadores por meio da intermediação do partido político, na radicalização da democracia direta.

É no período de pré-clandestinidade que a FAU possibilitou a definição rigorosa de conceitos nos quais vão fundamentar o anarquismo defendido pelo Partido. Dessa maneira, a preocupação com a formação teórica dos militantes se mostrou algo de extrema relevância para a FAU e constante nos seus marcos históricos. Além de três anos de reflexões ideológicas oriundas do “racha” organizacional, tem-se o projeto “*Escuelita*”, que transcendia os aspectos mais práticos da luta e se descuidam elementos psicológicos de seus membros e a “*Cocina*”, que já no contexto de maior repressão, tinha como objetivo a coletivização de conhecimento. Essa característica da FAU é, inclusive, abarcada pelo PVP, nos eixos centrais da organização, tinha como princípio dinamizar a produção de informação e conteúdo.

Os anos de clandestinidade foram importantes para o desenvolvimento estratégico de duas frentes fulcrais da FAU, o nível de massas e o braço armado. A estratégia dos “patas” dinamizou os princípios ideológicos de atuação e estimulou a ação direta em todos os níveis. A criação do agrupamento de Tendência, a Resistencia Obrera-Estudantil e a Tendencia Combativa, possibilitou o alinhamento dos setores que estavam em plena mobilização e deu a compreensão da importância da militância comunitária. A noção de fermento da massa nos seus espaços de organização é reforçada

na dinâmica de aglutinar militantes defensores de ações mais radicalizadas, descontentes com a realidade e com disposição de forjar uma política combativa, mas não, necessariamente, estão incorporados a alguma organização ou se filiam a alguma corrente ideológica específica. E por falta de espaço por vezes se encontram desorganizados.

O braço armado compactua dentro das questões ideológicas da FAU. Sob o caráter de ser vinculado à coletividade do Partido e ter os mesmos valores, a OPR-33 se mostrou um contraponto importante na concepção de luta armada dentro do continente latino-americano. O período de clandestinidade impôs uma segurança e proteção redobrada aos militantes anarquistas; e adaptações de atuação da organização, sobretudo, as ações públicas. A Organización Popular Revolucionaria – 33 orientales foi formada por poucos membros e de maneira voluntária, rompendo com o caráter militarista e reafirmando o aspecto político. Tinha como objetivo apoiar as ações dos movimentos populares, proteção e financiamento da organização; estava inserida dentro do projeto de transformação social revolucionária da FAU.

A mudança massiva da organização para a Argentina não significou uma modificação dos eixos centrais da estratégia de resistência: o trabalho popular, a formação teórica e a ação direta (e o uso da mão armada). A constituição da FAU foi possibilitada pelo sistema horizontal e federalista desenvolvido pelo partido anarquista, na qual, houve o envolvimento de todos os integrantes da FAU que pudessem compartilhar e deliberar sobre o processo que estava sendo encaminhado. O enfrentamento da clandestinidade, do avanço das forças repressivas e do exílio eram de plenas convicções dentro da FAU. Esse processo só poderia se estabelecer na segurança de um partido revolucionário, formado pela classe trabalhadora, que alcançaria a formação de um espaço capaz de unir setores contrários ao regime ditatorial uruguaio. Contudo, como a concepção do PVP fora de um partido que aglutinava os uruguaios em território estrangeiro, as análises focadas do Uruguai; a leitura sobre a realidade argentina não foi um objeto de dedicação das análises políticas, se caracterizando apenas como uma análise da Região da Prata de maneira mais generalizada. Essa atitude pode ter sido um obstáculo para a organização ter tido uma melhor adaptação argentina.

A especificidade da conjuntura uruguaia da “ditadura constitucional” se caracterizou por um regime repressivo institucionalizado, tendo o processo, ao longo prazo, de perseguição intensa às organizações revolucionárias. O sistema de articulação de repressão da Operação Condor, junto com as forças militares uruguaias e argentinas, foram responsáveis por perseguir, torturar, prender e assassinar diversos militantes da FAU-ROE-OPR-33, sendo as principais causadoras da desarticulação após o golpe argentino.

A FAU durante os anos de clandestinidade foi uma das principais fases da organização, que, apesar da terrível repressão, fomentou os próprios conceitos ideológicos da prática do enfrentamento às forças repressivas. É essa coerência entre meios e fins e inserção direta nas classes populares que

a organização conseguiu atingir sua maior capilaridade e ápice organizativo. Mesmo sendo uma organização que não fez parte das correntes mais tradicionais de esquerda latino-americana, expõe sua relevância a definir rigorosamente uma concepção de anarquismo forjadas em bases uruguaias, o anarquismo especificista. A compreender um processo de luta armada inserido, e não isolado, em um projeto maior de transformação social, rompendo com práticas de um processo hierarquizado de exércitos regulares ou autoritários. As discussões teóricas de maneira mais específica sobre a FAU estão em uma etapa bem inicial, com poucos estudos sobre, ainda que sejam trabalhos de extrema relevância, retomam uma perspectiva mais histórica, não desenvolvendo diretamente as apreensões de conceitos próprios da Ciência Política. Sua influência no movimento de resistência latino-americano é fundamental para a construção de um conhecimento sobre a realidade do continente e na transformação de uma nova sociedade.

BIBLIOGRAFIAS

Fontes documentais

1. Acervos

Cedema <Centro de Documentación de los Movimientos Armados>

Biblioteca Domingos Passos.

Biblioteca Nacional del Uruguay

Anarkismo <anarkismo.net>

Acervo online da Federação Anarquista Uruguaia <<https://www.nodo50.org/fau>>

2. Depoimentos

MECHOSO, Juan Carlos. Entrevista à Thaís Linhares. Montevidéo, 2017.

MECHOSO, Juan Carlos. Entrevista a Felipe Corrêa. Montevidéo, 2009.

3. Documentos

a) Cartas de FAU

b) El Copey (I/II)

c) Huerta Grande (1970)

d) Documentación del Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas y Servicio de Información de Defensa en custodia de la Secretaría de Seguimiento de la Comisión para la Paz. Dirección Nacional de Inteligencia de Estado (DI.NAC.I.E.) -

e) Informe Final de la Comisión para la Paz (2003)

f) CRONOLOGÍA DE HECHOS REPRESIVOS hacia el PARTIDO POR LA VICTORIA DEL PUEBLO (P.V.P.) (FAU, O.P.R. “33”, ROE, FER, F.R.T.) Por el Equipo de Investigación Histórica. Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente (2011)

4. Audiovisual

500: os bebês roubados pela ditadura argentina. Direção Alexandre Valenti. Brasil/Argentina, 2014.

Ácratas. Direção e roteiro: Virginia Martínez, Uruguai, 2000.

Estado de Sítio. Direção e Roteiro: Costa Gavras & Franco Solinas. Alemanha/França/Itália, 1972.

La Noche de 12 Años. Direção e roteiro: Álvaro Brecne. Uruguai/Espanha/Argentina/França, 2018.

Por tu ojos. Direção e roteiro: Virgina Martínez, Uruguai, 1997.

Y cuando sea grande...La historia de niños de padres desaparecidos. Realização do Grupo Autonomo Cine Independente (GACI), Uruguai/Brasil, 1980.

5. Bibliografia Geral

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALONSO, Rosa; DEMASI, Carlos. *Uruguai: Crisis y estacamiento 1968-1986*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

ALVES, Daniel Augusto de Almeida. *Arriba Los que Luchan! Sindicalismo revolucionário e a luta armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973*. Dissertação de Mestrado - UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre: 2016.

AMPUERO, Raul. **A contrarrevolução militar na América Latina.** In: *Contrarrevolução na América Latina: subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, das igrejas – Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

AMIGOS DE DURRUTI. *Um Programa e Fuzis: textos escolhidos sobre a Agrupação Amigos de Durruti*. S/d.

ASTORI, Danilo. *La política economia de la dictadura*. Montevideu: Banda Oriental, 1989.

ARAÚJO, George Fellipe Zeidan Vilela. *O anarquismo no Uruguai entre fins do século XIX e começos do século XX*. ISBN 978-85-66056-00-6. Anais Eletrônicos do X Encontro Internacional da ANPHLAC São Paulo – 2012.

_____. *O impacto da Revolução Russa no movimento anarquista uruguaio (1917-1921)*. Dissertação de Mestrado – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2012.

ARSHINOV, Piotr. *História do Movimento Makhnovista*. (1923). Spartacus, 1925; Tradução de Assírio & Alvim, 1976. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/nelstor-makhno-archwe/nelstor-makhno-archwe-portugues/a-makhnovitchina-e-o-anarquismo-piotr-arshinov/>

BAKLANOFF, Eric N. *Os problemas econômicos do Uruguai, em perspectiva histórica: o declínio do primeiro “Welfare State” da América do Sul*. Rio de Janeiro, 1970.

BAKUNIN, *El principio del Estado*. 2013.

_____. *Estatismo y Anarquía*. Buenos Aires: Utopia Libertaria, 1986.

_____. *Conceito de Liberdade*. Porto: RES limitada, 1975.

_____. *O Socialismo Libertário*. São Paulo: Global, 1979.

_____. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, Rio de Janeiro, 2012.

BARRET, Daniel. *O movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera*. Verve, 35: 14-46, 2019

BERARDO, João Batista. *Guerrilhas e Guerrilheiros: no drama da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1981.

CABRAL, José Pedro C. *Trajectoria do Movimento Libertação Nacional – Tuapamaros – 1962-1973: algumas questões de identidade e poder*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXIII, n.2, 2007

_____. *Trajectoria político-ideológica da esquerda uruguaia: 1964-2004*. Tese de Doutorado – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo: 2006.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Breve historia de la dictadura (1973-1985)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.

CASTANEDA, Jorge. *A utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação de Mestrado – USP, Programa de Pós-Graduação Mudança Social e Participação Política, São Paulo: 2012.

_____. *Surgimento e breve perspectiva do anarquismo (1868-2012)*. São Paulo: Faísca, 2013. 72

_____. *A prática revolucionária da makhnovitchina (1918-1921)*. São Paulo, S/d.

_____. *A lógica do Estado em Bakunin*. São Paulo, 2016

CORRÊA, Felipe; DA SILVA, Rafael Viana. *Bakunin, Malatesta e o debate da plataforma*. S/d. Disponível: <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/12/13/contribuicoes-de-bakunin-ao-debate-sobre-a-organizacao-politica-anarquista-felipe-correa-e-rafael-v-da-silva/>.

DE SIERRA, Gerônimo. *Consolidação e crise do “capitalismo democrático” no Uruguai*. In: CASANOVA, Pablo Gonzalez (Org.). *América Latina: história de meio século*. Brasília: EdUNB, 1988.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, 198-?

DECRESCI, Samuel. *O sistema político, partidário e eleitoral do Uruguai*. Revista Sem Aspas, Araraquara, v.4, n.1, jan./jun, 2015.

DIELO TROUDA. *A Plataforma Organizacional do Comunista Libertários*, 1926. Tradução Federação Anarquista Gaúcha.

DOGLIO, Natalia; SENATORE, Luis; YAFFÉ, Jaime. *Sindicatos e partidos no Uruguai – fundação da CNT ao triunfo da esquerda (1964-2004)*, 2004. Tradução de Ana Brancher. AN- PUH-SC/UFSC, Florianópolis, agosto-setembro, 2004.

ERRANDONEA, Alfredo. *Dominação e classes sociais*. Trecho de Sociología de la Dominación (Montevideu / Buenos Aires: Nordan / Tupac, 1989). Tradução e revisão: Bruno Domingos Azevedo e Felipe Corrêa.

FAU. *História da FAU*. Rio de Janeiro, S/d. Disponível: <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/historia-da-fau-fau/>

_____. *Sindicato e tendência*. Uruguai, 1970.

_____. *El 68 en tiempos revueltos. La ROE - Un camino dejó señalado: reformismo complaciente o ruptura. Uruguai*, 1968.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expresso Popular, 2012.

FERRARI, Dércio Fernando Moraes. *Ditadura, violência e movimentos de guerrilha no Cone Sul: o caso tupamaro*. In: *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de Outubro de 2014*. Florianópolis: UDESC, 2014.

FONT, Oleguer Vall. *La Federación Anarquista Uruguaya (FAU) y la transición de la matriz política "liberal" a la "nacional y popular" (1956-1973)*. S/d.

GUEVARA, Che. *A Guerra de Guerrilhas*. Tradução de Cláudio Alberto Martins. São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. *Textos políticos*. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Editora Parma Ltda, 1980.

LANZARO, Jorge. *Os partidos uruguaios: a transição na transição*. Campinas: Opinião Pública, 2003.

GALLO, Carlos Artur. *Comissões da Verdade em perspectiva comparada: notas sobre a experiência uruguaia, chilena e argentina*. Revista de História, Campo Grande, MS, v. 6 n. 11 p. 17-34, jan./jun. 2014.

GUILLÉN, Abraham. *Lecciones de la Guerrilla Latinoamericana*. In: *Revaloración de la Guerrilla Urbana – Donald C. Hodges & Abraham Guillén*. Morelos: Editorial Virtual 'Liberación', 1975.

_____. *Teoria de la Violencia*. Buenos Aires: Jamcana, 1965.

_____. *El error político militar de la Republica: la perdida de la Guerra Civil 1936-1939*. Madrid: Queimada Ediciones, 2012.

_____. *Estrategia de la Guerrilla Urbana*. Montevidéo: Manuales del Pueblo, 1966.

LARROBLA, Fabiana. *El exilio combatiente: La fundación del Partido por la Victoria del Pueblo (Uruguay) en la Argentina*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013. Disponível: <https://www.academica.org/000-010/504>

LINHARES, Thaís. *Anarquismo e a questão militar*. 2020. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/2020/07/20/thais-linhares-o-anarquismo-e-a-questao-militar/>

MAKHNO, Nestor. *Nossa Organização*. 1925. Disponível: http://www.nestormakhno.info/portuguese/noss_org.htm.

_____. *Sobre a disciplina revolucionária*. 1926. Disponível: http://www.nestormakhno.info/portuguese/sobre_disc.htm.

MALATESTA, Errico. *Programa Anarquista (1903)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008

- _____. *Um pouco de teoria (1892)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *Objetos Anarquistas (1899)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *A organização das massas operárias (1897)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *A organização I (1897)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *A organização II (1897)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *Sindicalismo e Anarquismo (1922)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *Democracia e Anarquismo (1924)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *Questões de tática (1927)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *O terror revolucionário (1924)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *Anarquia e organização (1927)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *O Estado "Socialista" (1897)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008
- _____. *Socialistas e Anarquistas (1921)*. In: *Escritos Revolucionários*, São Paulo: Hedra, 2008

MECHOSO, Juan C. *Acción directa anarquista: uma história de FAU*. Montevideo: Recortes, S/d.

_____. *A Estratégia do Especificismo*. Montevideo. Entrevista concedida a Felipe Corrêa, 2009. Disponível em: <http://www.anarkismo.net>

MLN. *30 perguntas a um Tupamaros*. Uruguai, 1968. Disponível: <http://www.cedema.org/ver.php?id=1722>.

_____. *A las fuerzas armadas*. Uruguai, 1971. Disponível: <http://www.cedema.org/ver.php?id=115>. Acesso em: 13/11/2018.

_____. *Documento nº1*. Uruguai, 1967. Disponível: <http://www.cedema.org/ver.php?id=111>.

_____. *Documento nº3. Apuntes sobre la acción frente a las massas*. Uruguai, 1968. Disponível: <http://www.cedema.org/ver.php?id=113>.

_____. *Documento nº 4*. Uruguai, 1968. Disponível: <http://www.cedema.org/ver.php?id=1722>.

_____. *Partido o foco: un falso dilema*. Argentina, 1972. Disponível: http://izquierda.library.cornell.edu/i/izquierda/libros_pdf/024.pdf.

MOREIRA, Costanza. *A Esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário*. Campinas: Opinião Pública, 2000. 74

PADRÓS, Enrique Serra. *A ditadura civil-militar uruguaia doutrina e segurança nacional*. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol.28, n o 48, p.495-517: jul/dez 2012

_____. *A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972- 1973)*. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 27-44, jan./jun. 2012.

_____. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tomo II, Tese de Doutorado – UFRGS – Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre, 2005.

POMINI, Igor. *Os Amigos de Durruti e a crítica revolucionária da Guerra Civil Espanhola*. ANPUH – Brasil. 30º Seminário de Nacional de História – Recife, 2019.

RAGO, Margareth. *A LIBERDADE ENTRE A UTOPIA E A HISTÓRIA: Luce Fabbri e o anarquismo na América Latina*. Cadernos pagu (8/9) 1997: pp.279-317.

REIS, Claudio Ricardo Martins dos. *SOCIALISMO E ANARQUIA NA CONCEPÇÃO DE ERRICO MALATESTA*. Kínesis, Vol. VII, nº 13, Julho 2015, p.228-240

REIS, Mateus Fávaro. *O debate intelectual uruguaio sobre a América Latina e os EUA do pós-segunda guerra: entre democracias e revoluções*. História Revista, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 461-482, jul./dez. 2008.

REIS, Ramiro José. *Operação Condor e o Sequestro dos Uruguaios nas ruas de um Porto não muito Alegre*. Dissertação de mestrado – UFRGS, Programa de Pós-graduação em História, 2012.

RIBEIRO, Alex. *Guerra Civil Espanhola: coletivização e anarquismo na Catalunha entre 1936 e 1939*. ENCONTROS – ANO 11 – Número 20 – 1º semestre de 2013.

ROCHA, Bruno Lima. *A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática* - Tese de doutorado – UFRGS, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Porto Alegre, 2009.

_____. *Um debate teórico da tipificação anarquista*. Revista Chilena de Derecho y Ciencia política, Diciembre 2019, vol.10 • núm. 2 • págs. 97-121.

RODRIGUES, Glauco. *A experiência da autogestão territorial anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939): legado, possibilidades e limites*. Boletim Gaúcho de Geogra a, v. 43, n.1, Agosto, 2016.

RUGAI, Ricardo Ramos. *Um Partido Anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2012.

_____. *A Formação do Anarquismo Uruguaio (1905-19520)*. In: “O Anarquismo Organizado: as concepções e práticas da Federação Anarquista Uruguia (1952-1976)”. Campinas: UNICAMP, 2003

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. *A Revolução Cubana e o debate do movimento comunista internacional no anos de 1960: Europa e América Latina*. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.15, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 91-109, Universidade Estadual de Maringá: Maringá, Brasil.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SANTOS, Thaís Linhares Fabi dos. *Guerra aos senhores: MLN-T e a OPR-33 na guerrilha urbana uruguaia (1967-1973)*. Monografia Bacharel em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista, 2018.

SCHELOTTO, Magdalena, *La dictadura cívico-militar uruguaya (1973-198 estado, transición política y contienda de competencias*, Diacronie. Studi di militari: fisionomia ed eredità politica, 2015, Disponível: http://www.studistorici.com/2015/12/29/schelotto_numero_24/. Acesso em: 10/10/2017

SCHMIDT, Michael; van der WALT, Lucien. *Black Flame*. Oakland: AK Press, 2009.

SENDIC, Alberto. *Movimiento Obrero y luchas populares en la historia uruguaya*. Montevidéo: Movimiento de Independientes 26 de Marzo en Uruguay, 1985.

SENDIC, Raul. *Esperando al guerrillero*. Uruguai, 1965. Disponível: <http://www.cedema.org/ver.php?id=143>.

SOUZA, Fabiana Farias de. *Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas*. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011

SILVIA, Izabel Priscila Pimentel. *“Por Ti, América”: Luta Armada, Internacionalismo e Latino-americanismo na Trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria*. Tese de Doutorado – UFF, Programa de Pós-graduação em História, Niterói, 2016.

SHUBIN, Aleksandr. *O Movimento Makhnovista e a questão nacional na Ucrânia (1917 – 1921)*. Tradução de Ivan Thomaz Leite de Oliveira, 2017.

TRISTÁN, Eduardo Rey. La renovación del anarquismo en el Uruguay: la Federación Anarquista Uruguaya entre 1956 y 1967. Estudios Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXX, n.1, p. 161-184, junho 2004.

THOMPSON, Edward P. *História vista de baixo*. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: EDUNICAMP, 2002.

VIANA, Rafael. *O anarquismo brasileiro e uruguaio frente a polêmica da Revolução Cubana*. Disponível:

_____. *Consensos e dissensos latino-americanistas: comparando a polêmica da Revolução Cubana no anarquismo argentino e uruguaio*. Revista Vernáculo n.º 44 – segundo semestre/2019.

ZABALA, Jorge. *A Experiência Tupamara: pensando em futuras insurreições*. Tradução de Jandir Santim. São Paulo: RED Editorial, 2017.

ANEXOS

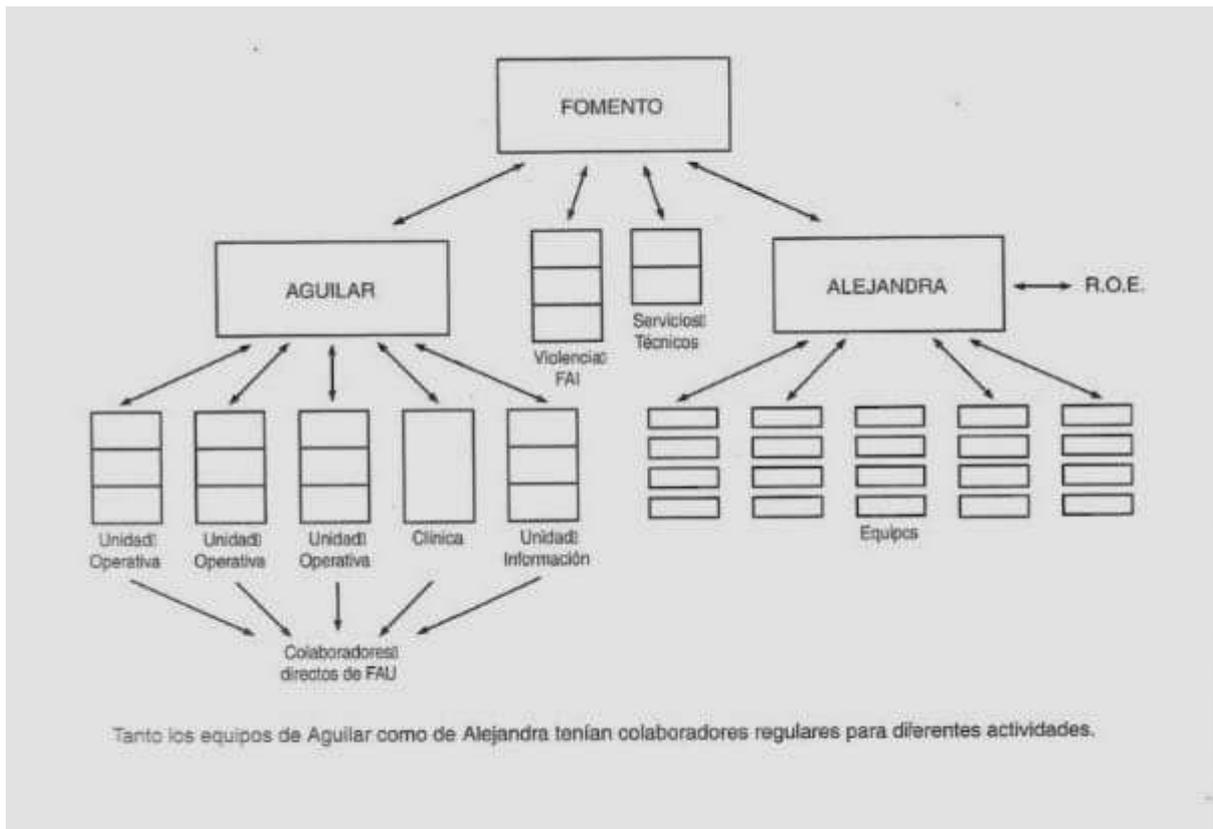


Figura 1: Organograma explicando a estrutura da FAU nos anos de clandestinidade.

Fonte: “Acción directa anarquista – Uma historia de FAU” – Juan Carlos Mechoso. Tomo IV, p. 231



Figura 2: Foto de manifestação “Libertad o Muerte” lema do 33 Orientales – Grupo de independência da Região da Prata. Utilizado pelo MLN-T na sua bandeira e no nome do braço armado da FAU, OPR-33 (Organización Popular Revolucionaria – 33 orientales). Fonte: (Media/Flickr)



Figura 5: Cortejo fúnebre de Heber Nieto. Ao centro Leon Duarte, à sua direita Yamandú González (também dirigente de FUNSA e militante da FAU/ROE) e à esquerda Hugo Casariego junto aos companheiros de Heber; de camisa quadriculada José Carballa e a sua esquerda Graciela Popelka, militantes da ROE no IEC.

Fonte: <http://www.surda.se/ArticulosEnPortada/Uruguay%20y%20el%20pasado%20presente.htm>



Figura 6: Foto panorâmica do cortejo fúnebre de Heber Nieto.

Fonte: COMPAÑERO. La violencia de la dictadura no detiene la lucha del pueblo. Montevideo, 07, ago, 1971. p. 03.



Figura 7: Marcha do Silêncio no Uruguay em 2018. Em lembrança pelos assassinados e desaparecidos no período de repressão no país. Fonte: (MediaRedFlickr)



Figura 8: Reportagem do Presidente Bordaberry dissolve o parlamento
Fonte: Jornal Ahora – Edición Extra

Aniquilan a la OPR 33

Los grupos armados de la OPR 33 fueron aniquilados por el ejército uruguayo en el marco de la Operación Limpieza. Los miembros de la OPR 33 fueron asesinados o capturados durante la Operación Limpieza. El ejército uruguayo utilizó tácticas de guerra psicológica y tácticas de guerra convencional para derrotar a los grupos armados de la OPR 33.

ESTEREOCOTIDIA
El día 29 de marzo de 1973, el ejército uruguayo realizó una operación de limpieza en el sector de la OPR 33, en el barrio de Carreras y República. Los grupos armados de la OPR 33 fueron aniquilados o capturados durante la operación.

Ministerio de Salud Pública

Mario

El día 29 de marzo de 1973, el ejército uruguayo realizó una operación de limpieza en el sector de la OPR 33, en el barrio de Carreras y República. Los grupos armados de la OPR 33 fueron aniquilados o capturados durante la operación.

Bordaberry Almorzó Con Los Comandantes
El día 29 de marzo de 1973, el ejército uruguayo realizó una operación de limpieza en el sector de la OPR 33, en el barrio de Carreras y República. Los grupos armados de la OPR 33 fueron aniquilados o capturados durante la operación.

Los grupos armados de la OPR 33 fueron aniquilados por el ejército uruguayo en el marco de la Operación Limpieza. Los miembros de la OPR 33 fueron asesinados o capturados durante la Operación Limpieza. El ejército uruguayo utilizó tácticas de guerra psicológica y tácticas de guerra convencional para derrotar a los grupos armados de la OPR 33.

ESTEREOCOTIDIA
El día 29 de marzo de 1973, el ejército uruguayo realizó una operación de limpieza en el sector de la OPR 33, en el barrio de Carreras y República. Los grupos armados de la OPR 33 fueron aniquilados o capturados durante la operación.

Los grupos armados de la OPR 33 fueron aniquilados por el ejército uruguayo en el marco de la Operación Limpieza. Los miembros de la OPR 33 fueron asesinados o capturados durante la Operación Limpieza. El ejército uruguayo utilizó tácticas de guerra psicológica y tácticas de guerra convencional para derrotar a los grupos armados de la OPR 33.

Figura 9: Reportagem sobre a repressão a OPR-33. Fonte: Jornal "Acción". 29/03/1973



Figura10: Militantes da FAU que foram assassinados durante a repressão uruguiaia. Fonte: Periódico "Luta Liberta" edição especial 50 anos da FAU



Figura 11: Mural em homenagem aos mortos pela repressão uruguaia “Ni olvido, ni perdón”
Fonte: (MediaRed/Flickr)



Figura 12: Ato exigindo esclarecimento do Sequestro de Uruguaios

NI OLVIDO, NI PERDÓN

A ditadura civil-militar do Uruguai se consolidou em 1975, mas o processo repressivo intenso estatal se desenvolvia desde 1967 na denominada “ditadura constitucional”, através das *Medidas de Seguridad*, as liberdades civis foram censuradas e organizações revolucionárias perseguidas pelo governo uruguaio. A característica principal do regime foi, diferentemente de outros países da América Latina, pelo encarceramento em massa. Na Argentina e Chile os números de desaparecidos e mortos são bem discrepantes em relação ao Uruguai, isso se dá pela composição político-social e geográfica do país. Porém, ao considerarmos proporcionalmente pela totalização de moradores, os números são expressivos.

O “grande encarceramento” se desenvolveu sobretudo pelas especificidades do país em ser pequeno, com uma relativa pequena população, mas concentrada em Montevideu e de longa tradição institucional no continente, isto é, um cenário político estável na história. A elasticidade do considerado “inimigo interno”, em uma sociedade como a do Uruguai, as forças repressivas consideraram difícil justificar a morte e o desaparecimento de milhares de pessoas em um país com um forte sistema institucional. O aspecto populacional levou ao provérbio popular no país: “*en lo Uruguay, todos se conocen*”, isso reflete na pressão das mobilizações em Montevideu serem fortes, de dificuldade de ser abafada e fácil reconhecimento entre as pessoas (PADRÓS, 2005):

“O método de detenção faria parte da dinâmica do sistema repressivo e contribuiria na lógica de espelhar o medo” (PADRÓS, 2005, p. 543), também se caracterizaria por detenções longas, afetando a saúde mental dos presos políticos. No Uruguai, cerca de um número aproximado de 3.700 detidos, para de 3 milhões de moradores; 10% da população fora detida no período: “(...) o que faz do Uruguai a nação que teve o maior número de presos políticos em relação a sua população. (...) O relatório é categórico quanto à constatação da magnitude do fenômeno, o que permite qualificá-lo como um “grande encarceramento” ocorrido entre 1972 e 1985”. (PADRÓS, 2005, p. 550).

A Operação Condor foi de todos os sistemas da coordenação multinacional da conexão repressiva entre os países do Cone Sul um dos mais efetivos e letais. Os serviços de inteligência do Uruguai com a Argentina montada pelo Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (OCSA). Essa cooperação executou uma verdadeira caçada a militantes da comunidade uruguaia na Argentina. O Plano Condor chegou a manter Centros Clandestinos de Detención (CCD) binacionais em Buenos Aires que eram administradas por militares argentinos e uruguaiois: “(...) uma das organizações políticas mais atingidas pela conexão repressiva uruguaia-argentina foi o Partido por la Victoria del Pueblo (PVP)” (REIS, XXX, p. 51). Para além das detenções, uma das práticas de terrorismo de Estado mais polêmica e sofisticada do Cone Sul foi o sequestro de crianças, especialmente na Argentina:

(...) Operación Invasión, outro desdobramento no plano condor, onde vários integrantes do PVP, sequestrados e torturados em Orletti, acabaram sendo trasladados clandestinamente ao Uruguai. Ali ficaram presos terem sido utilizados em uma espécie

de simulação de retomada da luta armada, o que permitiria à ditadura uruguaia justificar as suas permanências, em um momento de pressão externa do governo (REIS, 2012, p. 53)

Os procedimentos de detenções uruguaias eram públicos, em lugares abertos, com testemunhas; não havia cerimônia por parte dos militares esconderem as prisões. O que diferenciava estes eram os locais não informados para onde eram levados os presos, lugares secretos. Isto se configurava como um sequestro por parte do Estado. Já na Argentina se caracterizavam por operações secretas, agentes disfarçados e carros particulares.

Todos os presos políticos foram submetidos a tortura e se tornou um recurso repressivo massivo pelas forças repressivas. No Uruguai, a tortura foi, em primeiro lugar, um instrumento político. Como disse Veiga Fialho: “[...] a tortura nesse país é, também, um meio de governo”;¹²⁶ enquanto mecanismo da política do TDE, perpassou toda a estrutura de poder estatal, como descreve Daniel Rey Piuma em seu depoimento *Un marino acusa*:

Esto es política de estado, cuyas órdenes manan del Consejo de Seguridad Nacional (bajo la presidencia del presidente de la República e integrado por la Junta de Comandantes en Jefe); de este órgano de gobierno pasan a los Ministerios de Defensa Nacional y del Interior. De allí van a los comandantes en jefe de cada arma y a los jefes de Policía. De aquí en adelante, las órdenes se diseminan así; primeramente a los Comandos Generales y a los 2ºs Estados Mayores y de estos pasan a los cuerpos de choque o combate, a los órganos de inteligencia y de investigaciones, que queden abocados a esa tarea concreta (enfrentamientos, detenciones, interrogatorios y reclusión de detenidos políticos) (PIUMA, XXX, p. XXX apud in PADRÓS, 2005, p.)

No estudo elaborado pelo SERPAJ, *Uruguay: Nunca Más*, a partir de depoimentos por ex-torturados e presos foram categorizados mais de 26 tipos de torturas nas prisões. Um dos pontos que chama a atenção é a frequente utilização da nudez na aplicação de muitas modalidades de tortura, além do caráter desmoralizante aos militantes. Uma rotina frequente dos procedimentos começava com um período de preparação (etapa de aclimatação), na qual se despersonalizava completamente a vítima. A falta de comunicação era o complemento nessa fase. Não era informado nada ao preso, nem era dirigido a palavra diretamente. A dimensão e a duração dela variavam caso a caso. De qualquer forma, não se pode perder de vista a universalização desse tratamento (da aplicação da “máquina”). (PADRÓS, 2005, p.550) No Uruguai, a ditadura utilizou uma grande violência sistemática contra os estudantes secundaristas. Após a realização de seminários com denúncias, passaram por detenções e sessões de tortura cerca de “29 crianças e adolescentes, entre 13 e 17 anos, na cidade de Treinta y Tres, em abril de 1975, sob a supervisão do posterior presidente da ditadura, o general Gregorio Álvarez” (PADRÓS, 2005, p. 670).

Números da ditadura Uruguaia – Comisión para la Páz (2003)

Os casos analisados pela Comisión para la Páz foram apenas acerca das denúncias de desaparecidos políticos e reconhecimento de corpos por órgãos oficiais e familiares. Estas pessoas foram detidas em procedimentos não oficiais ou não reconhecidos como tal, foram submetidos a

constrangimentos físico e tortura em centros de detenções clandestinos e acabaram por falecer, quer em consequência das penas recebidas – na grande maioria dos casos – ou em consequência direta de atos tendentes para causar sua morte em algum caso excepcional. Não sistematizando o número de mortos ou presos (futuramente soltos) em centros oficiais. O relatório também não tabelar os dados por organizações e acontecimentos; isto é, podendo haver a duplicação de dados em alguns casos, por exemplo: membros de mais de uma organização, como poderia ser a situação da FAU, ROE, PVP, ou militantes que foram detidas mais de uma vez, como foi o caso de Victoria Lucía Grisonas detida mais de uma vez, segundo os documentos da inteligência militar, é sequestrada pelo Estado, e desaparecida até os dias atuais; ou, famoso caso, do casal Jorge Zaffaroni e María Emília Islas de Zaffaroni que foram presos, processados e tiveram sua filha Mariana Isla Zaffaroni sequestrada pela ditadura militar. A história desse sequestro e a busca de sua avó María Esther Gatti de Islas para encontrá-la é contada no documentário “Por tu ojos” (1989) de Víriginia Martínez. O casal continua desaparecido até os dias atuais:

El abordaje de los operativos represivos contra el PVP no puede desprenderse de los procedimientos que se desplegaron en contra de las organizaciones que confluirán en la constitución de este partido, en 1975. En ese sentido los distintos procedimientos que se llevaron a cabo en Uruguay en aras del desmantelamiento de la ROE y de la OPR 33 son incluidos en este apartado. En ese caso, los mismos se desplegaron con distinta intensidad entre los años 1973- 1975 y produjeron la detención de la mayoría de sus militantes (URUGUAI, 2003, p. 2)

Conforme analisada nesta pesquisa nos relatórios oficiais, depoimentos documentados e fontes audiovisuais: foram mais de 200 assassinados pela ditadura uruguaia, com a colaboração das forças militares argentinas, paraguaias, chilenas e brasileiras. Cerca de 160 pessoas morreram no cárcere e 174 pessoas não tiveram seus paradeiros reconhecidos ou foram encontrados os restos mortais, e ainda integram a lista de desaparecidos. Dos números sistematizados são 118 homens, 38 mulheres e 8 crianças; 32 pessoas foram desaparecidas no Uruguai, 127 na Argentina, 3 no Chile, 2 no Paraguai e 1 na Venezuela. Cerca de 9 militantes da MLN-T foram em presos celas solitárias e consideradas sequestradas pelo regime ditatorial. Do PVP, cerca de 60 militantes foram detidos e desses 30 militantes são considerados desaparecidos. Da FAU-ROE, cerca de 36 militantes foram reprimidos e torturados, 5 mortes foram identificadas pela Comisión para la Páz (2003), 9 militantes ainda são considerados desaparecidos até os dias atuais. De acordo com o movimento “A todos ellos” (2004) composto por mães e familiares de desaparecidos uruguaiois, foram denunciadas mais 16 crianças que foram sequestradas, 15 em território argentino e 1 na Bolívia.

FAU-ROE-OPR-33:

***Mortos e/ou desaparecidos**

1. Adalberto Soba
2. Alberto “Poncho” Mechoso
3. Ana Amorós

4. Ana María González
5. André Medina
6. Andrés Bellizo Bellizi
7. Carlos Molina
8. Elenas Quinteros
9. Gerardo Gatti
10. Gilberto Coghlan
11. Heber Neto
20. Roberto Larraq
21. Rubens Barcos

12. Hector Romero
13. Idilio de Leon Bermúdez
14. Iván Morales
15. Julio Larrañaga
16. León Duarte
17. Mário Roger Jubén
18. Maurício Gatti
19. Olivar Caussade
22. Victoria Grisonas

***Militantes presos**

1. Alfredo Pareja
2. Álvaro Nores
3. Cecilia Irene Gayoso
4. Eduardo Mariani
5. Felix Gorgia
6. Ivonne Traís
7. Jorge Bralich
8. Jorge Valazquez

9. Jorge Vázquez
10. José María Seque
11. Juan Carlos Mechoso
12. Luis Alberto Presno
13. Mónica Soliño
14. Raúl Cariboni
15. Stella Saraiva
16. Stella Saravia

PARTIDO DE LA VICTORIA DEL PUEBLO (PVP):

***Militantes presos, muertos e/ou desaparecidos**

1. Adalberto Waldemar Soba Fernández
2. Alberto Cecilio Mechoso Ménde
3. Alicia Raquel Cadenas Ravela
4. Ana Inés Cuadros
5. Ana María Salvo Sánchez
6. Andrés Humberto Bellizzi Bellizzi
7. Ariel Soto
8. Armando Bernardo Arnone Hernández
9. Ary Cabrera Prates,
10. Asilú Maceiro
11. Carlos Alfredo Rodríguez Mercader
12. Casimira María del Rosario Carretero Cárdenas
13. Cecilia Susana Trías Hernández de Cram
14. Eduardo Dean
15. Eduardo Efraín Chizzola Cano,
16. Elba Rama Molla
17. Enrique Rodríguez Larreta (pai)
18. Gastón Zina Figueredo
19. Gerardo Francisco Gatti Antuña,
20. Graciela Teresa Da Silveira de Chegenián
21. Gustavo Edison Inzaurrealde Melgar
22. Jorge Felisberto Gonçalves Busconi
23. Jorge Roberto Zaffaroni Castilla
24. José Enrique Caitano Malgor
25. José Félix Díaz Bayardes
26. Josefina Modesta Keim Lledo de Morales
27. Juan Miguel Morales von Pieverling
28. Juan Pablo Errandonea Salvia
29. Juan Pablo Recagno Ibarburu
30. Julio César Rodríguez Rodríguez

31. Laura Anzalone
32. León Gualberto Duarte Luján
33. Lezama González
34. Luis Alberto López Burgos
35. Margarita Michelini
36. Maria Claudia García de Gelman
37. María del Pilar Nores
38. María Emilia Islas Gatti de Zaffaroni,
39. Mario Jorge Cruz Bonfiglio
40. Mario Roger Julien Cáceres
41. Marta Petrides
42. Miguel Ángel Moreno Malugani
43. Nelson Santana Scottó
44. Rafael Laudelino.
45. Rafael Lezama
46. Raquel Nogueira Paullier
47. Raúl Altuna
48. Raúl Néstor Tejera LLOvet
49. Ruben Prieto González
50. Sara Méndez
51. Segundo Chegenián Rodríguez
52. Sergio López Burgos
53. Telba Juárez
54. Universindo Rodríguez
55. Lilán Celiberti
56. Víctor Lubian
57. Walner Ademar Bentancourt Garín
58. Washington Cram González
59. Washington Domingo Queiro Uzal

***Crianças sequestradas de militantes FAU-PVP**

1. Anatole Julien Grisonas, 3 anos – identidade recuperada 3 anos depois (1979) no Chile. Filho de Victoria Grisonas y Roger Julien
2. Eva Julien Grisonas, 1 anos – identidade recuperada 3 anos depois (1979) no Chile. Filha de Victoria Grisonas y Roger Julien
3. Mariana Zaffaroni, 18 meses – identidade recuperada 19 anos depois (1992) na Argentina. Filha de Maria Emilia Islas y Jorge Zaffaroni
4. Simón Riquelo, 20 dias – identidade recuperada 27 anos depois (2002). Filho de Sara Mendez e Mauricoo Gatti
5. Camilo Casariego – 8 anos - identidade recuperada 2 anos depois (1978), no Brasil. Filho de Lilán Celiberti e Universindo Rodríguez
6. Francesca Casariego – 3 anos - identidade recuperada 2 anos depois (1978), no Brasil. Filho de Lilán Celiberti e Universindo Rodríguez

*** Crianças presas de militantes FAU-PVP**

1. Beatriz Elizabeth, 9 anos – Filha de Beatriz Castellonese e Alberto Mechoso
2. Alberto José, 6 anos – Filho de Beatriz Castellonese e Alberto Mechoso

No processo de investigações sobre os crimes cometidos na ditadura uruguaia no país houve especificidade do pacto de silêncio entre os militares. Dificultando ainda mais novas descobertas, paradeiros de desaparecidos políticos e a punição de responsáveis. Outra característica marcante foi a alta taxa de cidadãos exilados em outros países, a através da Operação Condor foram reprimidos fora de seu território; impedindo a sistematização, de maneira eficiente, dos dados até os dias atuais e processos em andamento. Em 2014, o governo do Uruguai pede ao Brasil arquivos sobre uruguaios mortos e desaparecidos no país no período do regime militar. Segundo o ministro das relações internacionais do período, as investigações mais recentes indicaram o desaparecimento de uruguaios em vários países da região, em especial da região no Sul do Brasil.

Em 2011, um grupo de 28 ex-presas políticas entrou com uma ação na justiça uruguaia por violência sexual e estupro, contra mais de 100 agressores. Mesmo sendo liberadas depois, os estupros e agressões sexuais eram sistemáticos contra mulheres. Devido à maioria militares no contexto da ditadura e demora das instituições uruguaias, o grupo planejou comparecer no ano de 2020 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos para expressar as denúncias. Por conta da pandemia do Coronavírus, os depoimentos foram adiados para o segundo semestre de 2021.

REFERÊNCIAS

URUGUAI. *Documentación del Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas y Servicio de Información de Defensa en custodia de la Secretaría de Seguimiento de la Comisión para la Paz. Dirección Nacional de Inteligencia de Estado (DI.NAC.I.E.)*, 2000.

URUGUAI. Relatório Final *Comisión para la Páz*, 2000.

SINTRAJUC, *Uruguai enfrenta passado e expõe horrores da ditadura militar*. 2006. Disponível: <https://www.sintrajusc.org.br/uruguai-enfrenta-passado-e-expoe-horrores-da-ditadura-militar/>

ISTO É. *Masmorras da loucura a violência sexual contra as mulheres na ditadura do Uruguai*, 2006. Disponível em: <https://istoe.com.br/masmorras-da-loucura-a-violencia-sexual-contra-mulheres-na-ditadura-do-uruguai/>

TRIBUNA PARANÁ. *Uruguai pede dados mortos durante no Brasil*, 2006. Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/politica/uruguai-pede-dados-de-mortos-durante-ditadura-no-brasil/amp/>

GLOBAL VOICES. *Contos sombrios do Uruguai como mães e avós buscam por vítimas da guerra fria*, 2021. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2021/10/27/contos-sombrios-do-uruguai-como-maes-e-avos-buscam-por-vitimas-da-guerra-fria/>